

19/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Somos todos UnB](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[MEC tenta sensibilizar Supremo a deixá-lo investir dinheiro recuperado na Lava Jato](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[MEC quer definir verba de universidade por desempenho](#)

[Cálculo inclui notas e número de alunos](#)

[Para especialistas, critério contraria papel das federais](#)

[FGV vai oferecer graduação em Ciência de Dados](#)

[Shutdown à moda da casa](#)

O GLOBO - RJ

[O desafio da tecnologia](#)

[Um bom exemplo na Educação](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA MANHÃ - GO

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

O LIBERAL - PA

[Bolsas serão atreladas a IDH e DESEMPENHO](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Sessão pública na Ufrgs rejeita o programa Future-se](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[MEC estuda liberar verbas da educação](#)

MEIO NORTE - PI

IRREGULARES

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais](#)

DE FATO

[Rejeição de Bolsonaro à ciência leva o Brasil à ignorância](#)

FOLHA VITÓRIA

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções. Entenda!](#)

METRÓPOLES

[MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais](#)

NE 10

[MEC estuda distribuir recursos a universidades proporcionalmente ao seu desempenho](#)

PORTAL EXAME

[MEC mudará critérios para concessão de bolsas de mestrado e doutorado](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

PORTAL VEJA

[MEC usará IDH, nota de curso e setor prioritário para liberar bolsas](#)

R7

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções. Entenda!](#)

[Recursos de universidades podem ser desbloqueados, diz ministro](#)

TERRA

[MEC estuda atrelar recursos a desempenho de universidades](#)

CLIPPING



TRIBUNA DO NORTE - RN

[Rio Grande do Norte conquista 20 medalhas na Olimpíada Nacional em História do Brasil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

VERMELHO

[Marina Trevisan: Com cortes, Brasil importará tecnologia para tudo](#)

A CRÍTICA - AM

[Inpa abre seleção para bolsas de mestrado em sete cursos da Instituição](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Convém transferir recursos do ensino superior ao ensino básico?](#)

[Convém transferir recursos do ensino superior ao ensino básico?](#)

[MEC estuda mudança na distribuição de recursos para federais que deve prejudicar](#)

UFRJ

[Guedes assina MP do Coaf no BC; Permanece resistência a Eduardo no Senado. Jornais de segunda \(19\)](#)

G1

[Ufopa em Alenquer fomenta economia com prioridade na agricultura familiar](#)

R7

[MEC estuda repassar verbas para universidades por desempenho](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[A ver navios](#)

[Núcleo pensante](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[YouTube x professor](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Especialistas temem que uso do IDH prejudique polos de pesquisa](#)

O ESTADO - MS

[MEC usará IDH e nota de curso para conceder bolsas](#)

O POVO - CE

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

O POPULAR - GO

[Curso de Direito lidera em inadimplência no Estado](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Especialistas temem filtro ideológico em novo modelo de bolsas de pós](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Portugal terá validação automática de mestrado e doutorado nota 5 na Capes](#)

BOL NOTÍCIAS

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

CGN - PR

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

DOURADOS NEWS

CLIPPING



[Kit desenvolvido no RJ ajuda a identificar patógenos](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

JORNAL DO BRASIL - RJ

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

METRÓPOLES

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para dar bolsas de pós](#)

OLHAR DIGITAL

[Cursos à distância crescem e ganham popularidade e reconhecimento](#)

O LIBERAL – SP

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

PORTAL ISTOÉ

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

SUL21

[‘Não há país desenvolvido que não tenha investido em ciência’, diz vencedora de prêmio para mulheres cientistas](#)

TERRA

[Especialistas temem filtro ideológico em bolsas de pós](#)

TRIBUNA UNIÃO

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

G1

[Robô faz processos ficarem mais rápidos na Justiça Federal do RN](#)

[Mestrado em educação da Ufopa oferta vagas em três linhas de pesquisa; inscrições abertas](#)

[Inscrições abertas para a 24ª edição da Feira de Ciência Viva em Uberlândia](#)

METRÓPOLES

[DF : 17 mil estudantes têm dívidas que superam R\\$ 400 milhões com Fies](#)

TERRA

[Weintraub diz que pode desbloquear recursos de universidades](#)

Grande Imprensa

O GLOBO - RJ

[‘Não tem dinheiro’](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Enem amplia aceitação em Portugal](#)

[Inovação na escola](#)

[O Brasil todo está sem dinheiro](#)

[Disciplina nas escolas pode ficar a cargo da PM](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Mais quatro universidades de Portugal passam a aceitar o Enem na seleção de alunos](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Resposta](#)

[Mais 4 faculdades de Portugal usarão Enem](#)

Revistas

ISTOÉ - SP

[O colapso das universidades](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO POVO - RS

[O Exército vai entrar em meio expediente](#)

A CRÍTICA - AM

[MEC vai liberar recursos](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Falta de dinheiro diminuirá expediente dos militares](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Com bloqueio de verba, setores do governo correm risco de paralisia](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Mais quatro universidades portuguesas vão usar Enem](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Cuni altera composição para eleger novo reitor](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Brasil todo está sem dinheiro e ministros estão apavorados, diz Bolsonaro](#)

BOL NOTÍCIAS

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

CORREIO POPULAR - SP

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro](#)

DIÁRIO REGIONAL - RS

[Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro](#)

GAZETA ONLINE

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

METRÓPOLES

[Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro](#)

MONEY TIMES

[Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro](#)

O LIBERAL - SP

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

PORTAL DO HOLANDA

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

PORTAL ÉPOCA

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

PORTAL ISTOÉ

[Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro](#)

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

[Weintraub diz que recursos de universidades podem ser desbloqueados](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro](#)

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

VERMELHO

[Pós-graduandos denunciam governo Bolsonaro por corte de 4.500 bolsas](#)

CORREIO WEB

[Weintraub diz que recursos de universidades podem ser desbloqueados](#)

G1

[USP critica possível corte de bolsas do CNPq em setembro](#)

CLIPPING



[Mais de 40 universidades de Portugal já aceitam o Enem para selecionar estudantes brasileiros](#)

MSN

[MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós](#)

PORTAL EXAME

[Mais quatro universidades portuguesas vão usar Enem para selecionar alunos](#)

R7

[Bolsonaro diz que falta de recursos diminuirá expediente dos militares](#)

[Mais quatro universidades portuguesas vão usar Enem](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Com novos convênios, 41 universidades portuguesas aceitam o Enem](#)

Agências de notícias e sites

FOLHA DE LONDRINA - PR

[476 pesquisadores financiados pelo CNPq na UEL podem ficar sem bolsa](#)

FOLHA MT

[Professores de matemática podem se inscrever em mestrado profissional gratuito](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Os 20 anos da Plataforma Lattes](#)

[Fórum de Editores Científicos questiona metodologia da Capes](#)

UFMS

[CPAN recebe doutorando da Universidade de Kentucky](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Mais quatro universidades portuguesas vão usar o Enem para selecionar alunos](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ministro da Educação diz que 'todos os sinais estão corroborando' para desbloqueio de recursos](#)

G1

[Ministro admite que bolsas do CNPq podem ficar sem pagamento em setembro](#)

REUTERS BRASIL

[Governo não tem mais dinheiro e está tentando sobreviver a este ano, diz Bolsonaro](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[Incerteza nas universidades](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[Políticos disputam os bilhões do FNDE](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Educação a distância prevalece na formação de novos professores](#)

O DIA - RJ

[Prazos para ProUni e Fies são prorrogados](#)

O TEMPO - MG

[Política de alfabetização adotará método fônico](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO DE SANTA MARIA – RS

[Faculdades poderão oferecer mestrado e doutorado a distância a partir de 2020](#)

JORNAL DA USP - SP

[Professores de matemática podem se inscrever em mestrado profissional gratuito](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Pós-graduação no Brasil: setor produtivo é o foco](#)

AGÊNCIA ESTADO

[CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Contrato com organizações sociais caberá a reitor, diz secretário do MEC](#)
[Problema de orçamento do CNPq está “sendo resolvido”, diz ministro](#)

AGÊNCIA GLOBO

[CNPq suspende 4.500 bolsas por falta de orçamento](#)

DIRETO DA CIÊNCIA

[Corte de bolsas é ‘passo para a destruição do CNPq’, diz diretor da UFRJ](#)

G1

[CGU aponta uso irregular de quase R\\$ 51 milhões do Fundeb em todo o país](#)
[MEC prorroga prazo do Future-se para receber sugestões na consulta pública](#)

METRÓPOLES

[CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas](#)

PORTAL EXAME

[CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas](#)

PORTAL ISTOÉ

[CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas](#)

[Problema de orçamento do CNPq está “sendo resolvido”, diz ministro](#)

PORTAL VEJA

[CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas de estudo ociosas](#)

R7

[Fundo bilionário do MEC terá corregedoria em setembro](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Inep apresenta novo Catálogo de Escolas e novidades do Saeb em fórum da Undime](#)
[Meio termo : Refletir para avançar](#)

TERRA

[O crescente mercado de ensino a distância para profissionais da área da saúde](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Problema de orçamento do CNPq está "sendo resolvido", diz ministro](#)

[CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Somos todos UnB

ISAAC ROITMAN

Professor emérito da Universidade de Brasília, membro da Academia Brasileira de Ciências e Membro do Movimento 2022 O Brasil que queremos.

Pessoas e instituições fazem a história. Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira conceberam no início da década de 1960 a Universidade de Brasília (UnB) para um salto na educação superior do país. A primeira grande crise na UnB ocorreu entre os anos de 1964 e 1965 em um cenário de prisões de professores e o afastamento de 79% dos docentes, dos quais 16 foram demitidos e 223 solicitaram demissão face a impossibilidade de continuarem trabalhando em um quadro de dignidade e respeito à autonomia universitária. Esse episódio foi registrado de forma notável pelo professor Roberto Salmeron no livro Universidade Interrompida Brasília 1964-1965 (editora da UnB). Nos 57 anos de vida da UnB, outras graves crises ocorreram e foram superadas com muito suor e lágrimas.

O artigo terceiro do Estatuto da UnB diz: “São finalidades essenciais da Universidade de Brasília o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos

qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais”. Esses princípios foram sempre defendidos pela comunidade universitária.

Atualmente, a UnB está sendo submetida a uma asfixia orçamentária que compromete o exercício pleno de sua missão. A comunidade universitária e a sociedade brasileira e do Brasil estão unidas na defesa da educação pública brasileira. A UnB, segundo o Times Higher Education, é a quinta melhor universidade do Brasil e a décima quinta, da América Latina. Foi pioneira nas políticas inclusivas — cotas — que resultou, como mostra o estudo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que mais de 70% dos estudantes das universidades federais vêm de famílias com renda até um salário mínimo e meio. A UnB está viva. Um exemplo foi a iniciativa dos estudantes de criar uma disciplina Darcy Ribeiro: pensamentos e fazimentos, que será oferecida pelo Decanato de Extensão (DEX) e terá como local o Memorial Darcy Ribeiro (Beijódromo) para mostrar os feitos e legados do fundador de nossa universidade.

Em 2017, na lembrança de 20 anos do falecimento de Darcy, a Secretaria de Comunicação da UnB convidou o autor desse artigo para responder perguntas em uma entrevista imaginária com Darcy. Eis a resposta à pergunta: “E qual a mensagem para a juventude brasileira? “Em primeiro lugar, gostaria de convocar os jovens para um olhar para o futuro. As próximas décadas serão de lutas para um renascer do Brasil. Antevejo algumas dessas batalhas. A primeira delas será reconquistar a institucionalidade da lei original que criou a Universidade de Brasília como organização não governamental, livre e autoconstrutiva. Depois dessa reconquista, a expansão dessa estrutura para todas as universidades públicas do país. Simultaneamente, cumpre libertar-nos da tutela ministerial, assumindo plenamente a responsabilidade na condução de nosso destino.

Os jovens deverão ser protagonistas para, de forma permanente, reinventar o ensino básico e superior, de graduação e pós-graduação, fazendo deles instrumentos de liberação do Brasil. Olhando para o futuro, nostálgico dos velhos tempos, o que peço é que voltem ao Campus Universitário Darcy Ribeiro e a todos os campi do país, aquela convivência alegre, aquele espírito fraternal, aquela devoção profunda ao domínio do saber e a sua aplicação frutífera. Vocês jovens devem ser protagonistas para elaborar uma versão contemporânea dos Centros Integrados de Educação Popular (CIEPs), iniciativa do governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro nos quais as crianças possam ter uma educação de qualidade em tempo integral. Repito uma frase minha: “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”.

Desmontar esse projeto é a nossa principal causa. Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando, lutando, como um cruzado, pelas causas que comovem. Elas são muitas, a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível seria ter ficado ao lado dos que nos venceram nessas batalhas. Deixo como herança os meus fracassos, para que sejam transformados em vitórias pelos jovens dessa e das próximas gerações. E deixo o recado primeiro e último aos jovens: sejam brasileiros sempre apaixonados pelo Brasil”. E repito: Somos todos UnB.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

MEC tenta sensibilizar Supremo a deixá-lo investir dinheiro recuperado na Lava Jato

Painel

De onde virá o socorro Em meio a uma crise financeira e com boa parte dos recursos congelados, o Ministério da Educação elabora proposta para reivindicar o uso de valores recuperados da Petrobras pela Lava Jato. A pasta quer sensibilizar o ministro Alexandre de Moraes, do STF, a destinar ao menos uma parte dos R\$ 2,5 bilhões que foram pagos em multa pela estatal a ações voltadas à primeira infância. O ministro Abraham Weintraub já conversa com o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, sobre o projeto.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/08/19/mec-tenta-sensibilizar-supremo-a-deixa-lo-investir-dinheiro-recuperado-na-lava-jato/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC quer definir verba de universidade por desempenho

Atualmente, distribuição tem como base o tamanho das federais; novo modelo será discutido com reitores

BRASILIA

O Ministério da Educação quer repassar, já a partir de 2020, mais dinheiro às universidades federais que tiverem melhor desempenho em indicadores como governança e inovação. O secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, diz que o novo modelo será discutido com reitores das 63 federais e não depende de alterações na lei. Atualmente, o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades, o que faz com que instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebam mais. Hoje, dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades – aquelas que bancam gastos operacionais como as contas de energia elétrica e de serviços de limpeza –, R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O MEC pretende usar ainda em 2019 um dos indicadores, o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU), para definir quem terá prioridade no eventual desbloqueio de recursos.

O Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais. A ideia é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade, entre outros.

Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades (veja box ao lado). Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou ao Estado o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei,

mas somente de ajustes nas regras atuais.

“Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

Indicadores. O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores - o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) - na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário a que os órgãos estão submetidos.

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. “Acreditamos que o MEC, em algum momento, irá formalizar essa questão de maneira pública. Somente assim teremos elementos concretos para nos manifestarmos”, diz a universidade de Lavras.

Empregabilidade. A ideia do ministério é, no futuro, ampliar o rol de dados utilizados para medir o desempenho das universidades e que poderão ser usados para distribuir os recursos. Um destes indicadores deve ser empregabilidade dos

egressos. O plano é comparar as informações do Enade, exame que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz detalhes

sobre os empregos formais no País. Com isso, seria possível saber se as universidades estão conseguindo formar alunos mais aptos a ingressar no mercado de trabalho em suas áreas de atuação - e premiá-las por isso.

Outra ideia é analisar a evolução de criação de patentes, indicador que reflete o grau de inovação dentro das instituições de ensino.

Future-se. O secretário afirma que não se trata de represália a universidades que criticaram o “Future-se”, programa lançado recentemente pelo governo Jair Bolsonaro para as instituições públicas de ensino superior. O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, trava desde o início da sua gestão uma queda de braço com os reitores. “Não tem nada a ver com isso. A questão é equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil reais por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais”, afirma Lima Junior.

Na semana passada, o MEC resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do “Future-se”. De acordo com o ministério, foram registrados mais de 49 mil cadastros de interessados em participar da consulta.

O secretário defendeu o diálogo e a apresentação das sugestões pelas universidades. “A educação vive ainda um momento muito dogmático e isso é expresso em instituições de ensino que estão se manifestando contra o Future-se. Agora é consulta pública”, diz.

“Não é para ser a favor ou contra”, avalia ele sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

Queremos tratar os diferentes de forma diferente. Vamos olhar desempenho, não só tamanho” ARNALDO LIMA JUNIOR

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MEC

“Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade.” Arnaldo Lima Junior. SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE Cálculo inclui notas e número de alunos

A distribuição de verbas entre universidades federais é feita com base em um cálculo que inclui indicadores como o número de estudantes e a qualidade acadêmica. Esse cálculo resulta na Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (Matriz OCC), que determina o valor repassado a cada universidade.

Nesse cálculo, a quantidade de alunos matriculados é o fator que tem mais peso. O Ministério da Educação leva em conta informações como número de matrículas, estudantes formados, evasão escolar e o tipo de curso para calcular o número de “alunos equivalentes” de uma universidade.

O ministério considera que cursos com maior número de laboratórios e uso de equipamentos caros devem receber mais recursos, e inclui essa diferença ao contabilizar os “alunos equivalentes” de cada instituição. Esse índice corresponde a 90% do valor da Matriz OCC de uma universidade.

O outro indicador é a Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científico (EQAC), que tem peso de 10% na matriz. Nesse cálculo, são utilizadas as notas dos cursos de graduação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e os conceitos dos cursos de pós-graduação, avaliados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do MEC.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Para especialistas, critério contraria papel das federais

A intenção de incluir critérios como governabilidade, inovação e empregabilidade para definir a distribuição de recursos entre universidades federais foi criticada por especialistas em educação – mesmo contrários às atuais regras. O professor Nilson Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), disse que o caminho apontado pelo Ministério da Educação (MEC) para substituir o sistema atual soa utilitarista. “Isso me parece preocupante, do ponto de vista de que podemos estar indo para um critério de utilitarismo igual ao que existe hoje, ou talvez até mais acentuado”, disse Machado.

Já o especialista em ensino superior Leandro Tessler, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diz que os critérios têm mais relação com o ensino tecnológico e vocacional do que com o papel das federais. “Desde quando a finalidade da universidade pública é inovação e empregabilidade? As universidades públicas são lugares onde se faz pesquisa”, diz Tessler. “Ele está trazendo uma cultura das instituições privadas, e não vai dar certo.”/

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

FGV vai oferecer graduação em Ciência de Dados

Apesar de pouco conhecida, a Ciência de Dados já influencia o cotidiano de qualquer pessoa que tenha perfis em redes sociais na internet, use aplicativos de trânsito no celular ou assine serviços de transmissão de vídeos ou música, como o Netflix ou o Spotify. É a ciência por trás de algoritmos que são a base das sugestões de novos amigos, álbuns e filmes feitas nessas plataformas, com base nas informações que os próprios usuários produzem.

Interdisciplinar, a área acaba de ganhar seu primeiro curso de graduação, autorizado em caráter experimental pelo Ministério da Educação (MEC) há pouco mais de um mês. O primeiro bacharelado em Ciência de Dados no Brasil será oferecido pela Escola de Matemática Aplicada (Emap) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio, no primeiro semestre de 2020.

A grade curricular é, em parte, adaptada do curso de Matemática Aplicada, que já é oferecido pela escola há oito anos. Além de Matemática e Estatística, os alunos terão aulas de programação e oito disciplinas focadas no tema do curso.

“O objetivo é não só desenvolver essa área de pesquisa na FGV, mas educar o maior número possível de pessoas para usar essa técnica disponível da melhor maneira”, diz o professor Yuri Saporito, que será o coordenador do curso.

O plano de inaugurar uma graduação em Ciência de Dados surgiu quando os professores perceberam que ex-alunos da escola já estavam se encaminhando para empregos nessa área. Hoje, as vagas geralmente são preenchidas por quem se forma em Ciência da Computação, Matemática e cursos de Engenharia. “A própria pesquisa da Emap estava voltada para a Ciência de Dados, em vários sentidos. Já havia vários professores trabalhando com esse tema”, conta Saporito. “O objetivo não é só desenvolver a pesquisa, mas educar o maior número possível de pessoas para usar essa técnica”.

Antes do curso da FGV, a Ciência de Dados já era oferecida como curso tecnológico ou especialização em universidades como o Mackenzie e a Cruzeiro do Sul, por meio de Ensino à Distância (EAD).

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Shutdown à moda da casa

A expressão “shutdown”, já familiar nos Estados Unidos, começa a tirar o sono de integrantes do governo brasileiro. Trata-se da paralisação da administração pública, como resultado de travas no orçamento. Cercado de suspense, o shutdown abalou a gestão Obama, repetiu-se por duas vezes na era Trump e, como, nesses últimos tempos, tudo que acontece nos Estados Unidos acaba servindo de exemplo para o Brasil, já tem gente temendo que ele também chegue por aqui (atenção: contém ironia).

O próprio Bolsonaro admitiu, na sexta-feira, que a falta de dinheiro está deixando os ministros “apavorados” e o Exército será forçado a trabalhar em regime de meio expediente, além de dispensar um terço dos recrutas. Mas não é só o Exército que enfrenta sufoco financeiro. Faltam recursos para pesquisa e até para atividades básicas nas universidades. Embora a declaração oficial seja de um corte linear de gastos, persiste a desconfiança de que as decisões envolvam também critérios ideológicos. O ministro das Ciências e Tecnologia, Marcos Pontes, alertou para o risco de calote nas bolsas de pesquisa, já em setembro. A UFRJ ameaça suspender as aulas, por não conseguir cobrir os gastos com segurança, iluminação e até com limpeza. E providências semelhantes estão em discussão em várias das 63 universidades federais.

As queixas de falta de dinheiro espalham-se por toda a Esplanada dos ministérios e chegam ao Congresso, onde parlamentares cobram o cumprimento das promessas feitas pelo Planalto, quando foram convencidos a apoiar a reforma da Previdência, em troca da liberação de cargos e emendas – foram mais de R\$ 4 bilhões em emendas desde o desembarque da proposta da nova Previdência na Câmara, em março. Numa verdadeira “volta do parafuso”, a solução encontrada para honrar esses compromissos com o Congresso foi pedir ao próprio Congresso um crédito suplementar de R\$ 3 bilhões. Diante do quadro de penúria, parece até pouco significativa a suspensão da emissão de passaportes pela Polícia Federal, em meados de 2017, num episódio visto à época como prenúncio de um shutdown.

Fatos, obviamente, são sempre mais eloquentes do que números. Por mais que técnicos venham advertindo há tempos que o Brasil caminha para o colapso, se não encarar uma reestruturação das contas públicas para valer, começando com a reforma da Previdência. Fatos põem às claras o que manobras contábeis tendem a esconder. No Brasil dos últimos anos, o que se tem feito, em matéria de ajuste fiscal, é preferencialmente na linha de “cortar gasto aqui para cobrir ali o cheque especial ou o cartão de crédito”. E, dessa forma, chegar ao fim do exercício dentro das metas fiscais.

Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, as contas do Governo Central devem fechar 2019 com um déficit primário nas proximidades dos R\$ 139 bilhões previamente fixados pelo governo. Nas projeções dos analistas de mercado reunidas no boletim Prisma Fiscal, o rombo pode ser ainda menor, de R\$ 103 bilhões, mas tudo indica que esse desempenho leva em conta recursos do leilão dos excedentes da cessão onerosa do pré-sal – e não é garantida a entrada do dinheiro nos cofres da

União ainda dentro do atual exercício.

Além disso, o governo vem recorrendo com intensidade ao contingenciamento de verbas para não perder a mão no Orçamento. Até agora, foram bloqueados R\$ 34,2 bilhões, um quarto dos gastos não obrigatórios previstos para 2019 – e é esse aperto que acaba desembocando, no limite, em situações como a da falta de material de limpeza na UFRJ. Enquanto o presidente se “distrai” com no mínimo um embate por semana, das provocações aos governos da Alemanha e da Noruega, em razão das punições para os desmandos da política ambiental, às intervenções na Polícia Federal, a administração pública anda aos solavancos. Um shutdown à moda da casa, com interrupções de alguns serviços básicos, não está descartado. Assim, não há atividade econômica que resista.

Meta fiscal está garantida, mas falta dinheiro até para limpeza nas universidades

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

O desafio da tecnologia

Automação tem alta chance de afetar o emprego de metade dos brasileiros

SÃO PAULO- O paulista Robinson de Jesus Martins, de 40 anos, trabalhou, por sete anos, num call center que fazia o atendimento de uma companhia aérea e de um banco. Ele conta que cada "ilha de atendimento" tinha mais de 400 pessoas. Martins chegou ao cargo de coordenador, mas acabou perdendo o emprego após todos os processos da empresa serem automatizados.

Um estudo de pesquisadores da Universidade Harvard, nos EUA, mostra que muitos outros brasileiros correm o risco de perder o emprego para a tecnologia, o que desafia o país a preparar melhor os trabalhadores para fazer o que as máquinas não fazem.

A pesquisa estima que 44,5 milhões de profissionais dos setores formal e informal, ou 53% da força de trabalho do país, estão em ocupações com 70% de chance ou mais de serem automatizadas nas próximas décadas por meio de tecnologias já existentes ou em desenvolvimento com grande probabilidade de serem viabilizadas, como os carros autônomos. Entre as categorias com maior risco estão motoristas (98% de chance), auxiliares de escritório (97%), vendedores de lojas (95%) e caixas (90%). O estudo analisou 373 ocupações no país.

MÉTODO APLICADO AO BRASIL

Com o título de "O Brasil Precisa se Preparar para a Era da Inteligência Artificial?", o trabalho foi realizado pelo economista brasileiro João Moraes Abreu e pela cientista em computação russa Katya Klinova para uma dissertação de mestrado no curso de Administração Pública e Desenvolvimento Internacional da Harvard Kennedy School of Government. Uma das orientadoras foi Carmen Reinhart, única mulher no ranking dos 12 economistas mais citados em trabalhos acadêmicos nos EUA.

A base da pesquisa sobre o Brasil foi um trabalho anterior de pesquisadores da Universidade de Oxford, no Reino Unido, em que especialistas em inteligência artificial identificaram ocupações nos EUA para as quais já existe tecnologia para executá-las de forma automática e também as que provavelmente serão "automatizáveis" Inspirados nesse trabalho, os pesquisadores de Harvard buscaram as atividades equivalentes no Brasil. Além de apontar as profissões mais ameaçadas, o estudo concluiu que homens

correm mais riscos que mulheres e que quem ganha menos está nas posições mais vulneráveis.

— Embora faça algum sentido que ocupações com salários menores sejam mais fáceis de automatizar, isso não é sempre verdade. Avanços recentes em telemedicina sugerem que atividades que até há pouco exigiam elevado conhecimento médico podem ser executadas por máquinas. O dado sobre o Brasil nos surpreendeu — diz Klinova.

Os pesquisadores ressaltam que, ainda que as previsões sobre o desenvolvimento de tecnologias de automação se mostrem verdadeiras, isso não significa que todas serão adotadas. Vai depender da viabilidade econômica do investimento para trocar humanos por máquinas. Mas, se as profissões que empregam os mais pobres forem as mais afetadas, o provável efeito será o aumento da desigualdade social. Isso exigirá uma resposta de políticas públicas, como mais investimento em educação, alerta Abreu: — Para desenvolver habilidades que as máquinas não podem desempenhar é preciso ter acesso a um bom sistema educacional e a ambientes familiares estáveis. Quem não tiver isso tem probabilidade alta de ficar para trás.

MENOS AGÊNCIA, MAIS APP

De certa forma, o futuro já chegou em muitos setores. No de telemarketing, que já foi um grande empregador, é crescente o uso de assistentes virtuais de voz e softwares que permitem interações entre clientes e máquinas por mensagens de texto. No bancário, a automação fecha cada vez mais vagas. Segundo dados do Caged, cadastro do Ministério do Trabalho que contabiliza admissões e demissões, foram fechadas 60 mil vagas em bancos nos últimos sete anos. Eram 513 mil empregados em instituições financeiras em 2012 e hoje são 450 mil.

— Bancos e teles são responsáveis por mais de 40% das contratações de empresas de telemarketing. E são eles que mais estão automatizando o atendimento — diz Marco Aurélio Coelho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (Sintratel).

Para o economista Gustavo Cavarzan, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que estuda o impacto da tecnologia no setor bancário, trata-se de uma queda considerável num prazo curto. Ele observa que, no mesmo período, as operações bancárias digitais avançaram: — Em 2008, 18% do total de transações eram feitas na agência. Hoje, são apenas 5%. O celular, que respondia por 1% das operações em 2012, já concentrava 40% em 2018.

Por outro lado, a tecnologia cria novas posições em setores em transformação como o bancário, ainda que não na mesma proporção da redução das vagas tradicionais. Uma dessas funções é a de cientista de dados, um profissional capaz de administrar o enorme volume de informações que hoje a tecnologia permite acumular na atividade bancária.

— Um grande banco tinha 33 cientistas de dados em 2017. Hoje tem 250 — diz Cavarzan.

Indústria 4.0 também cria oportunidades de trabalho

Mudanças tecnológicas no mercado devem gerar ao menos 30 novas profissões em até dez anos, diz estudo do Senai

Se a automação ameaça atividades, novas oportunidades de emprego trazidas pelas inovações vão se abrir, inclusive na indústria. Pelo menos 30 novas profissões em oito áreas devem surgir nos próximos cinco ou dez anos, com o avanço da chamada Indústria 4.0, como tem sido chamada a revolução tecnológica no setor produtivo. A estimativa é do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

No setor automotivo, por exemplo, a previsão é de mais vagas para mecânicos de veículos híbridos ou técnicos em informática veicular. Na construção civil, gestores de logística de canteiro de obras ou técnicos de automação predial terão mais chances. No ramo têxtil, devem surgir profissionais como designer de tecidos avançados. No de tecnologia, haverá mais espaço para especialistas em big data, a gestão de dados. Outras profissões que devem se transformar estão em setores como petróleo e gás, química e petroquímica e máquinas e ferramentas.

Na Gupy, empresa de recrutamento baseada em inteligência artificial de São Paulo, a tecnologia, em vez de demitir, tem gerado vagas. Criada em 2015, a empresa tinha 30 funcionários no início de 2018. Hoje, são 100, metade deles na área de tecnologia.

Com algoritmos, os cerca de 1 milhão de currículos na base de dados da empresa podem ser ranqueados em 33 minutos. Se o mesmo processo fosse feito por uma pessoa, seriam necessárias 21 mil horas. Com a tecnologia, a empresa alcança alta produtividade, um dos principais problemas da economia do país, sem dispensar especialistas de carne e osso.

— Nosso trabalho não substituiu totalmente a mão humana. Fazemos uma pré-seleção que depois precisa ser analisada por pessoas do setor de recursos humanos — diz Guilherme Dias, sócio da Gupy.

A Indústria 4.0 integra o mundo físico e virtual. O grande desafio no Brasil, concordam os estudiosos do assunto, será qualificar e requalificar as pessoas para essas novas funções, o que inclui a melhoria do ensino e programas de atualização para profissionais que já saíram da escola ou da universidade.

— A tecnologia vai destruir muitos empregos, mas também vai gerar novos. Um levantamento do Fórum Econômico Mundial mostrou que serão 133 milhões novos empregos no mundo nos próximos cinco anos. Mas será preciso um esforço para preparar as pessoas para preencher essas vagas, incluindo o Brasil — diz Rafael Lucchesi, diretor-geral do Senai.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Um bom exemplo na Educação

Criada em 2013, a Associação de ex-Alunos do IME (Instituto Militar de Engenharia) está próxima de arrecadar R\$1 milhão para viabilizar (por meio de editais) projetos de alunos, professores e pesquisadores do instituto. Só este ano, já foram R\$ 500 mil. Os editais são financiados por campanhas de doação, em processo semelhante ao que acontece com universidades americanas como Harvard, por exemplo, que no ano passado arrecadou US\$ 1,4 bilhão com sua rede de ex-alunos.

topo ↕

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - BRASIL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

Resultado do “kit sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um “kit único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosaneilva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os “kits disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Comfinanciamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o “Kit que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o “kit, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo” Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos kits: Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas; explicou.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Bolsas serão atreladas a IDH e DESEMPENHO

MEC - Governo usará Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nota dos cursos e teor dos trabalhos para pagamentos a pós-graduandos, de acordo com as novas normas

BRASÍLIA

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá "critérios técnicos". "Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos", disse o ministro.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Anderson Correia.

Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. "Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará." Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas - esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. "O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional." As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de "humanas puras" serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. "Priorizar uma área não é matar outra."

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

BLOQUEIO

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais - valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos. Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma "escolha ideológica" na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos. "É importante que nenhuma área seja deixada de fora.

Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na

gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico", alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. "Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado", afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil. Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas.

Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento. Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos. Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado).

Cenário fiscal definirá reajuste para doutorado

A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas. A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

[topo](#)

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Sessão pública na Ufrgs rejeita o programa Future-se EDUCAÇÃO

Mesmo não sendo deliberativa, a sessão pública que lotou o Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) na sexta-feira antecipou o que deve ser a posição da instituição em relação ao programa Future-se, lançado pelo governo federal.

A plenária foi unânime em rejeitar o projeto, que ainda não foi enviado ao Congresso e que prevê mudanças nas regras sobre financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do País. Uma das alterações flexibiliza a gestão, abrindo espaço para contratos com organizações sociais, além de aplicação de indicadores de desempenho, com foco em produtividade de pesquisa e ensino.

O programa, que ainda não tem redação final do Ministério da Educação e que está sendo submetido a uma consulta pública, prevê novas formas de aportes privados

diretos e limites de gastos com pessoal.

Uma declaração da comunidade universitária contendo críticas à proposta do MEC e rejeitando a adesão da Ufrgs ao Future-se será apreciada pelo Conselho Universitário (Consun) em 23 de agosto. O órgão deve emitir uma posição oficial sobre adesão ou não ao programa.

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL

MEC estuda liberar verbas da educação

O Ministério da Educação tem estudado a possibilidade de desbloquear as verbas das universidades no próximo mês. O ministro da pasta, Abraham Weintraub, disse que a aprovação da reforma da Previdência cria um ambiente favorável à retomada da atividade econômica e, como consequência, o aumento na arrecadação de impostos, o que aliviaria o caixa do governo, permitindo os descontingenciamentos.

“Desde o primeiro momento a gente falou que contingenciamento não era corte, que a gente ia administrar uma crise herdada por governos passados na boca do caixa e que a previsão era que, caso passasse a reforma da Previdência, provavelmente já em setembro a gente teria um des contingenciamento. Simplesmente eu estou mantendo tudo o que eu estou falando há 120 dias”, disse Weintraub.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - INFORME

IRREGULARES

O relatório ressaltou que mais de 107 mil alunos estão matriculados em situação irregular no Piauí na Educação Básica perante o Conselho Estadual de Educação do Piauí. “Apesar de a amostra não ser probabilística (39 escolas escolhidas por amostragem dentre 64 municípios), foi utilizado um critério objetivo, envolvendo o cruzamento de dados de escolas com maior quantidade de alunos e menor resultado do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), para realização da inspeção”, disse Delano Câmara.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais Ministério quer repassar mais dinheiro às instituições que tiverem melhor desempenho em indicadores como governança e inovação; governo diz que novo modelo será discutido com reitores e pode começar a valer já no ano que vem

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais. A ideia é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade, entre outros.

Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades. Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou ao Estado o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais.

“Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

Indicadores

O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores - o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) - na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário a que os órgãos estão submetidos.

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. “Acreditamos que o MEC, em algum momento, irá formalizar essa questão de maneira pública. Somente assim teremos elementos concretos para nos manifestarmos”, diz a universidade de Lavras.

Empregabilidade

A ideia do ministério é, no futuro, ampliar o rol de dados utilizados para medir o desempenho das universidades e que poderão ser usados para distribuir os recursos. Um destes indicadores deve ser empregabilidade dos egressos. O plano é comparar as informações do Enade, exame que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz detalhes sobre os empregos formais no País. Com isso, seria possível saber se as universidades estão conseguindo formar alunos mais aptos a ingressar no mercado de trabalho em suas áreas de atuação - e premiá-las por isso.

Outra ideia é analisar a evolução de criação de patentes, indicador que reflete o grau de inovação dentro das instituições de ensino.

Future-se. O secretário afirma que não se trata de represália a universidades que criticaram o “Future-se”, programa lançado recentemente pelo governo Jair Bolsonaro para as instituições públicas de ensino superior. O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio

de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, trava desde o início da sua gestão uma queda de braço com os reitores. “Não tem nada a ver com isso. A questão é equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil reais por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais”, afirma Lima Junior.

Na semana passada, o MEC resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do “Future-se”. De acordo com o ministério, foram registrados mais de 49 mil cadastros de interessados em participar da consulta.

O secretário defendeu o diálogo e a apresentação das sugestões pelas universidades. “A educação vive ainda um momento muito dogmático e isso é expresso em instituições de ensino que estão se manifestando contra o Future-se. Agora é consulta pública”, diz.

“Não é para ser a favor ou contra”, avalia ele sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

Cálculo inclui notas e número de alunos

A distribuição de verbas entre universidades federais é feita com base em um cálculo que inclui indicadores como o número de estudantes e a qualidade acadêmica. Esse cálculo resulta na Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (Matriz OCC), que determina o valor repassado a cada universidade.

Nesse cálculo, a quantidade de alunos matriculados é o fator que tem mais peso. O Ministério da Educação leva em conta informações como número de matrículas, estudantes formados, evasão escolar e o tipo de curso para calcular o número de “alunos equivalentes” de uma universidade.

O ministério considera que cursos com maior número de laboratórios e uso de equipamentos caros devem receber mais recursos, e inclui essa diferença ao contabilizar os “alunos equivalentes” de cada instituição. Esse índice corresponde a 90% do valor da Matriz OCC de uma universidade.

O outro indicador é a Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científico (EQAC), que tem peso de 10% na matriz. Nesse cálculo, são utilizadas as notas dos cursos de graduação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e os conceitos dos cursos de pós-graduação, avaliados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do MEC.

Para especialistas, critério contraria papel das federais

A intenção de incluir critérios como governabilidade, inovação e empregabilidade para definir a distribuição de recursos entre universidades federais foi criticada por especialistas em educação – mesmo contrários às atuais regras.

O professor Nilson Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), disse que o caminho apontado pelo Ministério da Educação (MEC) para substituir o sistema atual soa utilitarista. “Isso me parece preocupante, do ponto de vista

de que podemos estar indo para um critério de utilitarismo igual ao que existe hoje, ou talvez até mais acentuado”, disse Machado.

Já o especialista em ensino superior Leandro Tessler, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diz que os critérios têm mais relação com o ensino tecnológico e vocacional do que com o papel das federais. “Desde quando a finalidade da universidade pública é inovação e empregabilidade? As universidades públicas são lugares onde se faz pesquisa”, diz Tessler. “Ele está trazendo uma cultura das instituições privadas, e não vai dar certo.” /COLABOROU TULIO KRUSE

topo ↕

DE FATO - TEMPO REAL

Rejeição de Bolsonaro à ciência leva o Brasil à ignorância

O governo não quer que sejam produzidas informações sobre as condições de vida da população

Uma das marcas do governo de Bolsonaro é a rejeição à ciência. A posição do governo sobre relações internacionais, meio-ambiente e direitos humanos estão assentadas em teses sem qualquer apego à racionalidade nem compromisso com pesquisas sérias.

Dentre os episódios marcantes sobre isso, está a exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) por divulgar dados acerca do aumento do desmatamento na Amazônia. Se a verdade não interessa ao governo, ele proíbe que a verdade seja dita.

Outro acontecimento recente foi o parecer da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** rejeitando auxílio acadêmico a evento que debaterá democracia e Constituição, sob o argumento de que se trata de "militância política".

A retirada de algumas questões sobre fonte de renda, formação escolar e bens de consumo do Censo de 2020 é outro exemplo. O governo não quer que sejam produzidas informações sobre as condições de vida da população.

O ataque à produção de conhecimento entrega as universidades à iniciativa privada, colocando o país distante da soberania científica e tecnológica. É por tudo isso que as mobilizações em defesa educação e da ciência, como as do dia 13, são cruciais para o presente e para o futuro do Brasil.

Edição: Paula Cozero e Ricardo Prestes Pazello

topo ↕

FOLHA VITÓRIA - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções. Entenda!

A especialista esclarece que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis

no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da **Capes**, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene. (Alana Gandra)

* Com informações da Agência Brasil.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais Ministério quer repassar mais dinheiro às instituições que tiverem melhor desempenho em indicadores como governança e inovação

O Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais. A ideia é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade, entre outros.

Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades. Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou ao Estado o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais.

“Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

Indicadores

O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores – o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) – na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário a que os órgãos estão submetidos.

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. “Acreditamos que o MEC, em algum momento, irá formalizar essa questão de maneira pública. Somente assim teremos elementos concretos para nos manifestarmos”, diz a universidade de Lavras.

Empregabilidade

A ideia do ministério é, no futuro, ampliar o rol de dados utilizados para medir o desempenho das universidades e que poderão ser usados para distribuir os recursos. Um destes indicadores deve ser empregabilidade dos egressos. O plano é comparar as informações do Enade, exame que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz detalhes sobre os empregos formais no país. Com isso, seria possível saber se as universidades estão conseguindo formar alunos mais aptos a ingressar no mercado de trabalho em suas áreas de atuação – e premiá-las por isso.

Outra ideia é analisar a evolução de criação de patentes, indicador que reflete o grau de inovação dentro das instituições de ensino.

Future-se

O secretário afirma que não se trata de represália a universidades que criticaram o “Future-se”, programa lançado recentemente pelo governo Jair Bolsonaro para as instituições públicas de ensino superior. O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, trava desde o início da sua gestão uma queda de braço com os reitores. “Não tem nada a ver com isso. A questão é equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil reais por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais”, afirma Lima Junior.

Na semana passada, o MEC resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do “Future-se”. De acordo com o ministério, foram registrados mais de 49 mil cadastros de interessados em participar da consulta.

O secretário defendeu o diálogo e a apresentação das sugestões pelas universidades. “A educação vive ainda um momento muito dogmático e isso é expresso em instituições de ensino que estão se manifestando contra o Future-se. Agora é consulta pública”, diz.

“Não é para ser a favor ou contra”, avalia ele sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

Cálculo inclui notas e número de alunos

A distribuição de verbas entre universidades federais é feita com base em um cálculo que inclui indicadores como o número de estudantes e a qualidade acadêmica. Esse cálculo resulta na Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (Matriz OCC), que determina o valor repassado a cada universidade.

Nesse cálculo, a quantidade de alunos matriculados é o fator que tem mais peso. O Ministério da Educação leva em conta informações como número de matrículas, estudantes formados, evasão escolar e o tipo de curso para calcular o número de “alunos equivalentes” de uma universidade.

O ministério considera que cursos com maior número de laboratórios e uso de

equipamentos caros devem receber mais recursos, e inclui essa diferença ao contabilizar os “alunos equivalentes” de cada instituição. Esse índice corresponde a 90% do valor da Matriz OCC de uma universidade.

O outro indicador é a Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científico (EQAC), que tem peso de 10% na matriz. Nesse cálculo, são utilizadas as notas dos cursos de graduação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e os conceitos dos cursos de pós-graduação, avaliados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do MEC.

Para especialistas, critério contraria papel das federais
A intenção de incluir critérios como governabilidade, inovação e empregabilidade para definir a distribuição de recursos entre universidades federais foi criticada por especialistas em educação – mesmo contrários às atuais regras.

O professor Nilson Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), disse que o caminho apontado pelo Ministério da Educação (MEC) para substituir o sistema atual soa utilitarista. “Isso me parece preocupante, do ponto de vista de que podemos estar indo para um critério de utilitarismo igual ao que existe hoje, ou talvez até mais acentuado”, disse Machado.

Já o especialista em ensino superior Leandro Tessler, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diz que os critérios têm mais relação com o ensino tecnológico e vocacional do que com o papel das federais. “Desde quando a finalidade da universidade pública é inovação e empregabilidade? As universidades públicas são lugares onde se faz pesquisa”, diz Tessler. “Ele está trazendo uma cultura das instituições privadas, e não vai dar certo.”

topo ↕

NE 10 - TEMPO REAL

MEC estuda distribuir recursos a universidades proporcionalmente ao seu desempenho

Novo modelo tem como proposta dar mais dinheiro às instituições mais bem avaliadas nos requisitos governança, empregabilidade e inovação

O Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma que como é feita a distribuição de recursos às 63 universidades federais do país atualmente. Novo modelo tem como proposta dar mais dinheiro às instituições mais bem avaliadas nos requisitos governança, empregabilidade e inovação. De acordo com o governo, proposta será analisada junto aos reitores e pode entrar em vigor já no ano de 2020. As informações são do Estadão.

Como a verba é repassada hoje?

Atualmente, a regra para a distribuição de dinheiro é feita em relação ao tamanho das instituições. Ou seja, quanto maior a universidade e mais alunos a compuserem, maior a fatia do orçamento.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

Desbloqueio

Neste ano os técnicos já estudam utilizar o indicador baseado no ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) para determinar quais universidades terão prioridade no desbloqueio das verbas.

Praticamente metade (46%) da fatia utilizada para despesas discricionárias, que bancam conta de luz e serviços de limpeza, por exemplo, estão bloqueadas. Quais universidades seriam mais beneficiadas?

De acordo com o ranking do TCU, de 2018, que mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência, as faculdades que seriam mais beneficiadas com recursos seriam as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS), por estarem no topo da lista.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) está em quarto lugar. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Empregabilidade

O MEC pretende, ainda, medir o desempenho das universidades a partir do critério de empregabilidade dos formados. O plano é comparar as informações do Enade, teste que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz estudos sobre os empregos formais no País. E saber, assim, se as faculdades conseguem formar alunos aptos a ingressar no mercado de trabalho.

Future-se

O programa, batizado de "Future-se", é um funding que envolve o patrimônio da União, fundos constitucionais, leis de incentivos fiscais, recursos de cultura e até fundo de investimento imobiliário. O plano apresentado pelo governo Bolsonaro vêm sofrendo opiniões negativas de muitas universidades.

“Não é para ser a favor ou contra”, avalia Abraham Weintraub, ministro da Educação, sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

Índice composto por notas e quantidade de alunos

Os indicadores utilizados são o número de estudantes, a necessidade de uso de equipamentos caros e laboratórios e a Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científico (EQAC) onde se analisa, no cálculo para distribuição, os conceitos dos cursos de pós-graduação, avaliados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do MEC, e as notas dos cursos de graduação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Especialistas criticam novo critério

A inclusão de critérios como governabilidade, inovação e empregabilidade para definir a fatia de recursos que será repassada, é criticada mesmo por especialistas contrários às regras atuais.

“Isso me parece preocupante, do ponto de vista de que podemos estar indo para um

critério de utilitarismo igual ao que existe hoje, ou talvez até mais acentuado”, disse o professor Nilson Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Já Leandro Tessler, especialista em ensino superior da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diz que os critérios têm mais relação com o ensino tecnológico e vocacional do que com o papel das federais. “Desde quando a finalidade da universidade pública é inovação e empregabilidade? As universidades públicas são lugares onde se faz pesquisa”, diz Tessler. “Ele está trazendo uma cultura das instituições privadas, e não vai dar certo.”

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC mudará critérios para concessão de bolsas de mestrado e doutorado

MEC usará IDH do município, teor da pesquisa, nota de curso e área prioritária como critérios para a distribuição de bolsas de pós-graduação

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como

Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$2,2 mil mensais – valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total

25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais – valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

**MEC usará IDH, nota de curso e setor prioritário para liberar bolsas
Sistema planejado pela gestão Bolsonaro deve focar em programas de Saúde e Engenharias, não em Humanas, e doutorado terá preferência em relação ao mestrado**

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar

contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções. Entenda!

A especialista esclarece que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

Fechar anúncio

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da **Capes**, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene. (Alana Gandra)

* Com informações da Agência Brasil.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Recursos de universidades podem ser desbloqueados, diz ministro Abraham Weintraub afirmou que recursos podem ser liberados em setembro se a Reforma da Previdência for aprovada e a economia melhorar

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o cenário indica a possibilidade de que os recursos contingenciados das universidades podem ser desbloqueados a partir de setembro. De acordo com o ministro, a aprovação da reforma da Previdência cria um ambiente favorável para a retomada da atividade econômica e, como consequência, o aumento na arrecadação de impostos, o que aliviaria o caixa do governo, permitindo descontingenciar os recursos.

“Desde o primeiro momento a gente falou que contingenciamento não era corte, que a gente ia administrar uma crise herdada por governos passados na boca do caixa e que a previsão era que, caso passasse a reforma da Previdência, provavelmente já em setembro a gente teria um descontingenciamento. Simplesmente eu tô mantendo tudo o que eu estou falando há 120 dias”, disse Weintraub.

Parceria

A afirmação foi feita durante coletiva do MEC (Ministério da Educação) para falar sobre o acordo com instituições de ensino superior de Portugal, para que elas aceitem as notas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) como forma de seleção de estudantes brasileiros em seus cursos de graduação.

Andifes

Na quinta-feira (15), o ministro se reuniu com reitores da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Na ocasião, Weintraub acenou que o repasse no orçamento das universidades e institutos federais começa a ser revertido a partir do próximo mês.

Na ocasião, a Andifes disse que o ministro reconheceu que a situação econômica do país exigiu um contingenciamento que limitou as ações no MEC e nas universidades. “Mas disse também que a arrecadação melhor no mês de agosto, junto com o recebimento de dividendos por parte do governo federal, permitirá um desbloqueio a partir do mês de setembro”, disse a Andifes em nota.

Bloqueio

Em março, o governo anunciou contingenciamento no orçamento das universidades e institutos federais de educação no montante de R\$ 2 bilhões da verba prevista, o equivalente a 29,74% do total do orçamento anual. Segundo o ministro, o bloqueio da verba foi necessário devido à redução na previsão de crescimento do país este ano. O Orçamento elaborado no ano passado previa um crescimento de 2,5% no ano, o que já foi descartado pelo governo. Além disso, com o recuo da atividade econômica no primeiro semestre, houve uma redução na arrecadação.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC estuda atrelar recursos a desempenho de universidades

Governo diz que novo modelo será discutido com reitores e pode começar a valer já no ano que vem

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais. A ideia é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade, entre outros.

Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades.

Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

"Queremos tratar os diferentes de forma diferente", afirmou ao Estado o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. "Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade", acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais.

"Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos", afirmou.

Indicadores

O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores - o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) - na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário a que os órgãos estão submetidos.

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. "Acreditamos que o MEC, em algum momento, irá formalizar essa questão de maneira pública. Somente assim teremos elementos concretos para nos manifestarmos", diz a universidade de Lavras.

Empregabilidade

A ideia do ministério é, no futuro, ampliar o rol de dados utilizados para medir o desempenho das universidades e que poderão ser usados para distribuir os recursos. Um destes indicadores deve ser empregabilidade dos egressos. O plano é comparar as informações do Enade, exame que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz detalhes sobre os empregos formais no País. Com isso, seria possível saber se as universidades estão conseguindo formar alunos mais aptos a ingressar no mercado de trabalho em suas áreas de atuação - e premiá-las por isso.

Outra ideia é analisar a evolução de criação de patentes, indicador que reflete o grau de inovação dentro das instituições de ensino.

Future-se

O secretário afirma que não se trata de represália a universidades que criticaram o "Future-se", programa lançado recentemente pelo governo Jair Bolsonaro para as instituições públicas de ensino superior. O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, trava desde o início da sua gestão uma queda de braço com os reitores. "Não tem nada a ver com isso. A questão é equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil reais por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais", afirma Lima Junior.

Na semana passada, o MEC resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do "Future-se". De acordo com o ministério, foram registrados mais de 49 mil cadastros de interessados em participar da consulta.

O secretário defendeu o diálogo e a apresentação das sugestões pelas universidades. "A educação vive ainda um momento muito dogmático e isso é expresso em instituições de ensino que estão se manifestando contra o Future-se. Agora é consulta pública", diz.

"Não é para ser a favor ou contra", avalia ele sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

Cálculo inclui notas e número de alunos

A distribuição de verbas entre universidades federais é feita com base em um cálculo que inclui indicadores como o número de estudantes e a qualidade acadêmica. Esse cálculo resulta na Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (Matriz OCC), que determina o valor repassado a cada universidade.

Nesse cálculo, a quantidade de alunos matriculados é o fator que tem mais peso. O Ministério da Educação leva em conta informações como número de matrículas, estudantes formados, evasão escolar e o tipo de curso para calcular o número de "alunos equivalentes" de uma universidade.

O ministério considera que cursos com maior número de laboratórios e uso de equipamentos caros devem receber mais recursos, e inclui essa diferença ao contabilizar os "alunos equivalentes" de cada instituição. Esse índice corresponde a 90% do valor da Matriz OCC de uma universidade.

O outro indicador é a Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científico (EQAC), que tem peso de 10% na matriz. Nesse cálculo, são utilizadas as notas dos cursos de graduação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e os conceitos dos cursos de pós-graduação, avaliados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do MEC.

Para especialistas, critério contraria papel das federais
A intenção de incluir critérios como governabilidade, inovação e empregabilidade para definir a distribuição de recursos entre universidades federais foi criticada por especialistas em educação - mesmo contrários às atuais regras.

O professor Nilson Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), disse que o caminho apontado pelo Ministério da Educação (MEC) para substituir o sistema atual soa utilitarista. "Isso me parece preocupante, do ponto de vista de que podemos estar indo para um critério de utilitarismo igual ao que existe hoje, ou talvez até mais acentuado", disse Machado.

Já o especialista em ensino superior Leandro Tessler, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diz que os critérios têm mais relação com o ensino tecnológico e vocacional do que com o papel das federais. "Desde quando a finalidade da universidade pública é inovação e empregabilidade? As universidades públicas são lugares onde se faz pesquisa", diz Tessler. "Ele está trazendo uma cultura das instituições privadas, e não vai dar certo." /COLABOROU TULIO KRUSE

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - TEMPO REAL

Rio Grande do Norte conquista 20 medalhas na Olimpíada Nacional em História do Brasil

Equipes de 11 estados conquistaram medalhas de ouro, prata e bronze na final da 11ª Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) realizada neste fim de semana, dias 17 e 18 de agosto, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O Nordeste foi a região que mais levou medalhas: do total de 75 distribuídas, 58 foram para a região. O Rio Grande do Norte foi o estado com maior número de medalhistas: 20 no total, seguido de Pernambuco (15), Ceará (14), São Paulo (12), Bahia (4), Piauí (3), Minas Gerais (2), além de Goiás, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro e Sergipe, que levaram uma medalha cada.

Alunos de todo o Brasil participaram da 11ª edição da Olimpíada Nacional em História do Brasil. No Nordeste, o Rio Grande do Norte foi o estado com o maior número de medalhas

Alunos de todo o Brasil participaram da 11ª edição da Olimpíada Nacional em História do Brasil. No Nordeste, o Rio Grande do Norte foi o estado com o maior número de medalhas

O estado potiguar conseguiu 4 medalhas de ouro, 7 de prata e 9 de bronze. Pernambuco e Ceará vieram logo atrás no quadro de medalhas da competição. A final contou com a participação de 314 equipes, um total de 1,2 mil convocados de todos os estados brasileiros. Foram entregues 15 medalhas de ouro, 25 de prata e 35 de bronze, além de medalhas de honra ao mérito para os demais participantes. As escolas particulares levaram 43 medalhas enquanto as públicas conquistaram 32.

Neste ano, a ONHB teve 73 mil inscritos desde a fase inicial. As equipes passaram por seis etapas online com duração de uma semana cada. A final contou com a realização de uma prova dissertativa no sábado (17) em que foi apresentado um conjunto de documentos com manchetes de jornais dos últimos do Brasil e solicitado aos competidores a elaboração de um texto com os temas: violência, exclusão e banalidade

do mal.

A coordenadora da ONHB, Cristina Meneguello, afirma que a 11ª edição confirmou o sucesso do projeto. “A cerimônia foi muito tocante, especialmente nas falas dos professores e convidados que destacaram a importância do ensino de História, do papel do historiador, do estudo e da consciência do jovem na sociedade atual. A final veio coroar um esforço de 11 anos muito bem sucedido em nível federal.”

A cerimônia contou com a participação de estudantes, professores, historiadores de relevância nacional e autoridades, como representantes da Anpuh (Associação Nacional de História), **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, ProfHistória (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História) e da Unicamp com a presença do reitor Marcelo Knobel.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós Brasília

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá "critérios técnicos". "Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos", disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. "Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará." Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas - esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico.

"O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional." As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de "humanas puras" serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. "Priorizar uma área não é matar outra."

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais - valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma "escolha ideológica" na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

"É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico", alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. "Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado", afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação,

integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

VERMELHO - TEMPO REAL

Marina Trevisan: Com cortes, Brasil importará tecnologia para tudo

Os cortes de verbas destinados às universidades federais promovidos pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL) afetam a produção de pesquisa científica no País. Frente a esse cenário, o Brasil pode acabar se tornando apenas um importador de tecnologias de outros países, deixando de ser produtor e de potencializar seu desenvolvimento científico. O alerta é de Marina Trevisan, professora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em entrevista ao site Sul21.

A professora Marina Trevisan, da UFRGS, foi uma das vencedoras do prêmio nacional Para Mulheres na Ciência. A professora Marina Trevisan, da UFRGS, foi uma das vencedoras do prêmio nacional Para Mulheres na Ciência.

Marina é uma das sete cientistas vencedoras do prêmio nacional Para Mulheres na Ciência, promovido pela L'Oréal Brasil, em parceria com a Unesco Brasil e com a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Ela conta que, apesar de gostar de ciência desde criança, optou por Engenharia Elétrica apenas ao ter de decidir o que cursaria no vestibular. Durante a graduação na Universidade de São Paulo (USP), campus São Carlos, redescobriu a paixão pela astronomia e decidiu que terminaria o curso, mas não seria engenheira. “Continuei o curso de Engenharia Elétrica e comecei a estudar astronomia por conta, tentando pegar disciplinas na Física”, relembra.

Em 2005, quando começou um mestrado em Astrofísica pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Marina passou a estudar formalmente, entre diversos temas, galáxias, astronomia extragaláctica e astrofísica estelar. Atualmente, é professora

da UFRGS e chefe substituta do Departamento de Astrofísica da universidade.

Intitulada “A Sobrevivência das Galáxias ao Longo da Teia Cósmica”, a pesquisa da cientista que foi contemplada pelo prêmio ‘Para Mulheres na Ciência’ estuda se o ambiente de uma galáxia pode afetar seus processos de evolução. “Hoje, a gente observa as galáxias do jeito que elas são. Mas um dia elas começaram a se formar – e houve todo um processo no meio do caminho para deixá-las do jeito que elas são hoje”, explica Marina. Além do reconhecimento, a premiação contemplou a pesquisa com uma bolsa-auxílio de R\$ 50 mil para que a pesquisadora possa investir em seu estudo.

Segundo Marina, a premiação é uma iniciativa que dá mais visibilidade às mulheres cientistas. “Ao longo da história, as mulheres não foram incentivadas a serem cientistas. Isso foi um problema e talvez por isso houve um déficit de mulheres na ciência”, afirma. Mas, para a pesquisadora, hoje há um movimento que busca mudar esse cenário. “Por isso é tão importante a questão da representatividade. Quando uma menina que está no ensino médio vê uma cientista, ela pensa ‘eu posso ser também’. Então, quanto mais mulheres tem na ciência hoje, mais mulheres serão cientistas no futuro.”

O tipo de estudo que Marina desenvolve é chamado de pesquisa básica – ou seja, são pesquisas que não têm impacto imediato nas sociedades, mas que ajudam no aumento do conhecimento de determinados temas. Conforme a pesquisadora, a tecnologia utilizada nos estudos pode ser adaptada para outras necessidades das pessoas. “Tem muitos softwares que a gente usa para analisar imagens de galáxias que agora foram adaptados para analisar imagens de tecido humano. Essa tecnologia permite que seja possível detectar câncer.”

Confira sua entrevista:

Sul21: Como você começou a se interessar pela ciência?

Marina: Gosto de ciência desde pequena, mas, quando fui fazer vestibular, acabei escolhendo um curso mais seguro. Fui fazer Engenharia Elétrica. No meio da minha graduação, eu já gostava de astronomia e acabei começando a me envolver mais. Vi que era realmente aquilo ali que queria fazer. Continuei o curso de Engenharia Elétrica e comecei a estudar astronomia por conta, tentando pegar disciplina na Física. Terminei o curso de Engenharia em 2004 sabendo que não seria engenheira. Então, comecei o mestrado em Astrofísica no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em 2005.

Sul21: Você mencionou que desde pequena gostava de ciência. O que te chamava a atenção nessa área?

Marina: Sempre fui muito curiosa, sempre gostei muito de entender as coisas. Quando criança, gostava muito de biologia, acreditava que ia ser bióloga. Depois, cheguei a cogitar fazer astronomia na graduação, mas acabei fazendo engenharia. Acabei voltando para a astronomia, não teve jeito.

Sul21: Suas pesquisas são desenvolvidas em astronomia extragaláctica, populações estelares e astrofísica estelar. O que te motivou a escolher estudar esses temas?

Marina: Já atuei em algumas áreas. No meu mestrado, trabalhei com radiação cósmica de fundo. Radiação cósmica é tipo uma luz que vem de um universo muito antigo. No doutorado, comecei a trabalhar com estrelas da nossa galáxia, mas estava acostumada a estudar com outras galáxias também, a estudar extragaláctica, que é tudo que está fora

da nossa galáxia. No meio do meu doutorado, comecei a trabalhar com galáxias e estrelas em outras galáxias

Sul21: Você pesquisa temas que normalmente não estão no cotidiano das pessoas. Qual a importância de pesquisas que abordem tais assuntos?

Marina: As áreas que estudo são o que a gente chama de pesquisa básica, que são pesquisas que não têm uma aplicação direta no cotidiano. Mas a humanidade evoluiu muito fazendo pesquisa básica e hoje conhecemos sobre o que nós somos e sobre o nosso universo por causa de pesquisas básicas. Ainda que essas pesquisas não sejam aplicadas diretamente no cotidiano, a tecnologia que desenvolvemos para elas são úteis para as pessoas. Por exemplo, tem muitos softwares que a gente usa para analisar imagens de galáxias que agora foram adaptados para analisar imagens de tecido humano. Essa tecnologia permite que seja possível detectar câncer.

Sul21: Você poderia explicar mais sobre a sua pesquisa sobre a evolução de galáxias que foi reconhecida pelo prêmio “Para Mulheres na Ciência”?

Marina: Basicamente, hoje a gente observa as galáxias do jeito que elas são, mas um dia elas começaram a se formar e houve todo um processo no meio do caminho para deixá-las do jeito que são hoje. E esse processo envolve tudo que acontece dentro ou fora delas. O projeto que submeti pra L’Oréal é voltado para tentar entender como o ambiente de uma galáxia as afeta, porque elas não evoluem sozinhas, estão em estruturas maiores. Há gases girando em torno delas. Meu projeto tenta entender o processo de evolução dessas galáxias.

Sul21: Qual a importância desse prêmio?

Marina: Fui classificada na versão nacional, que é a versão para jovem cientista. Nessa versão, o prêmio só é concedido para quem terminou o doutorado há menos de sete anos. E esse prêmio é importante em dois aspectos. O primeiro é o reconhecimento do trabalho. Em qualquer profissão, qualquer pessoa gosta de ver seu trabalho reconhecido. Então, é uma satisfação muito grande ver o reconhecimento desse trabalho, ainda mais vivendo em um período em que a ciência no Brasil está atravessando um momento muito complicado, com cortes de verbas por todos os lados. O segundo ponto é que esse recurso que está vindo com o prêmio chegou em uma hora certíssima. Com ele, vou poder ajudar alunos cujas pesquisas eu oriento, vou poder comprar coisas para o laboratório. É um momento em que estão cortando verbas para pesquisa – então é muito importante ter esse dinheiro agora.

Sul21: Além do reconhecimento, a premiação também inclui um montante em dinheiro, não?

Marina: Sim! Ganho R\$ 50 mil para gastar com coisas relacionadas à minha pesquisa, como material, equipamentos para o laboratório, computadores.

Sul21: Você mencionou a questão dos cortes de verbas destinados à pesquisa científica no Brasil. Os contingenciamentos que temos observado nos últimos meses afetaram as universidades e institutos federais e também agências de fomento à pesquisa, como CNPq e **Capex**. Quais os impactos que a falta de investimentos e a desvalorização de pesquisas científicas podem ter na sociedade?

Marina: É bem grave. Não há país desenvolvido que não tenha investido pesadamente em ciência, em desenvolvimento científico e em pesquisa. O corte de verbas vai causar um atraso muito grande no Brasil. Vamos ter de comprar tecnologia para tudo de fora.

Isso é muito grave e muito sério. Minha pesquisa não tem aplicação direta na sociedade, mas, como mencionei antes, muito da tecnologia das pesquisas básicas é revertido para as pessoas. É fundamental investir em ciência porque um país desenvolvido tem de investir em desenvolvimento, em tecnologia. Sem tecnologia, a economia não vai para frente, os países começam a comprar de outros. Se não vamos produzir tecnologia e ciência, vamos produzir o quê? Só recurso agrário? Tecnologia é o que mais dá dinheiro. As economias que mais lucram no mundo hoje são de tecnologia. Nosso país vai ficar muito para trás.

Sul21: O que faz com que tantas pessoas no Brasil não se importem com as pesquisas científicas ou com os cortes de verbas para essas áreas? Há uma falta de conhecimento a respeito do que é feito dentro das universidades?

Marina: Acredito que sim. Há uma falha na comunicação entre a sociedade e os pesquisadores que gera essa falta de conhecimento. Mas, aqui no departamento, estamos cada vez mais investindo nisso. Temos um programa de divulgação em que fazemos o trabalho de levar até a sociedade o que fazemos aqui, levar o conhecimento que produzimos. Talvez hoje essa comunicação seja falha e precisamos investir nela. E talvez seja por isso que acontecem tantos ataques. Não sabem o que fazemos e não sabem quão fundamental é o que fazemos como pesquisadores.

Sul21: Nos últimos tempos, é possível perceber mulheres ganhando visibilidade dentro da ciência, um ambiente que durante anos foi majoritariamente masculino. Quando foi divulgada a primeira imagem do buraco negro, o nome de uma das cientistas responsáveis pelo feito se tornou mundialmente conhecido. Como você enxerga a presença de mulheres dentro da ciência atualmente?

Marina: A presença das mulheres está aumentando e se criou a consciência de que, ao longo da história, as mulheres não foram incentivadas a serem cientistas. Isso foi um problema – e talvez por isso houve um déficit de mulheres dentro da ciência. Mas hoje isso já se leva como um problema a ser resolvido. É incentivando mulheres a serem cientistas que vamos consertar isso. Há hoje todo um movimento para tentar mudar esse cenário e por isso é tão importante a questão da representatividade. Quando uma menina que está no ensino médio vê uma cientista, ela pensa “eu posso ser também”. Então, quanto mais mulheres houver na ciência hoje, mais mulheres serão cientistas no futuro.

[topo](#)

A CRÍTICA - AM - TEMA DO DIA

Inpa abre seleção para bolsas de mestrado em sete cursos da Instituição Mais de 100 vagas estão sendo disponibilizadas. Cursos oferecidos são os de Ecologia, Botânica, Genética, Ciências de Florestas Tropicais, entre outros

O setor de Pós-Graduação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTIC) abriu um processo seletivo para o preenchimento de 107 vagas de mestrado, em sete cursos oferecidos pela Instituição. As inscrições seguem até o dia 27 de setembro. Os interessados devem acessar os editais, clicando aqui, para saber os detalhes do processo de seleção. O ingresso está previsto para março de 2020.

Das vagas de mestrado disponíveis, 20 são para o curso de Biologia de Água Doce e Pesca Interior, 10 vagas para Clima e Ambiente, 11 vagas em Botânica, 15 vagas em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva, 18 vagas em Ecologia, 13 vagas em Entomologia e no curso de Ciências de Florestas Tropicais, 20 vagas.

Mestrado no Inpa

O Instituto possui nove programas de pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado. O de Ecologia é o único do Amazonas com nota 6 de avaliação, de acordo com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (Capes)**. Além dos cursos citados – todos acadêmicos – a Instituição possui o Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (MPGAP), referência mundial, de acordo com a **Capes**.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Convém transferir recursos do ensino superior ao ensino básico?

Em que mundo estamos?

É comum, quando se debate o tema da educação no Brasil, alguém defender uma estratégia por etapas: primeiro investir no ensino fundamental e, quando esse nível estiver bem atendido, prosseguir para o ensino médio, e apenas então para o ensino superior. Esta semana, vagando entre os canais de televisão, vi na TV Senado a reprise de uma apresentação do Ministro da Educação para a Comissão de Educação do Senado. O ministro expunha exatamente esse argumento, e usou uma figura de linguagem que é bastante recorrente: quando se constrói uma casa, primeiro se faz a fundação, depois as paredes, e apenas então o telhado.

Seguindo esse argumento, o ministro disse que o Brasil fez primeiro o telhado, o que explicaria o atual déficit educacional do país. Em sua opinião, os recursos atualmente destinados ao ensino superior deveriam ser redirecionados para a educação básica, assim nos colocando na trajetória dos países que foram educacionalmente e economicamente bem-sucedidos. Como exemplo, o ministro citou a Coreia do Sul, que na década de 1950 era mais pobre que o Brasil, mas que desde então fez grande esforço em seu sistema educacional, construído “de baixo para cima”.

Podemos verificar que, de fato, a Coreia do Sul tinha 42% de seus jovens adultos (25 a 34 anos) apenas com ensino médio e 55% com ensino superior em 2007, e em 2017 passou a contar com 28% apenas com ensino médio e 70% com ensino superior. Esse exemplo parece estar de acordo com a “teoria da construção da casa”, e se aplica a um país economicamente bem-sucedido.

O Brasil, por sua vez, em 2007 tinha 53% de seus jovens adultos sem sequer o ensino médio, 37% apenas com o ensino médio, e 10% com ensino superior. Em 2017 esses números passaram a ser de 36% sem o ensino médio, 47% apenas com o ensino médio e 17% com o ensino superior. De fato, está ocorrendo um aumento do investimento no ensino superior antes de se completar a universalização do ensino médio. O argumento da “construção da casa” poderia indicar que estaríamos cometendo um grave erro. Mas vamos em busca de outro exemplo.

A China tem exibido grande vigor econômico nas três últimas décadas, e as projeções indicam que o tamanho de sua economia deverá ultrapassar o da economia dos Estados Unidos durante a próxima década. Mas em 2017 a China tinha 64% de sua população de jovens adultos sem o ensino médio sequer, 18% apenas com o ensino médio, enquanto os restantes 18% possuíam diploma superior.

Como fica o argumento da “construção da casa”? Tendo muito maior proporção que o Brasil de jovens sem sequer o ensino médio, a China tem maior proporção de pessoas com ensino superior. Apesar disso, a estratégia chinesa parece estar dando certo. Por

que a lógica da sucessão de etapas de consolidação dos níveis de ensino, que foi realmente verificada nos Estados Unidos e também nos países europeus mais ricos, não parece ser necessária para a China?

Para encontrar uma explicação, é preciso entender as mudanças ocorridas na dinâmica econômica no último século. Na primeira metade do século XX, o polo dinâmico da economia mundial era a chamada “indústria de base”: siderurgia, produção de máquinas e equipamentos. As nações mais bem-sucedidas tinham educado a maioria de sua população no nível do ensino fundamental, o que possibilitava que essas pessoas trabalhassem em fábricas. Estava em curso um esforço para educar mais e mais pessoas no nível do ensino médio, suficiente para a formação das profissões de classe média cuja necessidade era crescente: bancários, escriturários, vendedores, etc. Bastava, além disso, um pequeno número de profissionais de nível superior, e o sistema da “sociedade industrial” funcionava adequadamente. Nações como Estados Unidos, Alemanha ou Japão seguiram a rota de educar suas populações primeiro no nível fundamental, depois no nível médio, precisamente porque eram os países centrais no contexto daquela sociedade industrial.

Na entrada do século XXI, o polo dinâmico da economia passa a ser a produção tecnológica, principalmente assentada nas tecnologias da informação e na automação, caracterizando a chamada “sociedade do conhecimento”. Os operários nas indústrias mais tecnificadas precisam ter educação no nível de ensino médio. Passa a ser necessário um número muito maior de profissionais de nível superior para dar suporte aos processos de criação tecnológica. Para os países que haviam sido centrais no ciclo anterior, e que já haviam universalizado a educação básica, a entrada no novo ciclo implicava apenas um esforço extra para a expansão expressiva do ensino superior.

Os dois ciclos em sequência, da universalização da educação básica na sociedade industrial seguida da generalização do ensino superior na sociedade do conhecimento, dão a impressão de que se tratava de um único processo, traduzido na fórmula tão simples quanto errada do “argumento da construção da casa” utilizado pelo ministro.

Países que tinham economia agrária e grande parte da população no analfabetismo, como o Brasil e a China, não puderam participar do centro dinâmico da “sociedade industrial” do início do século XX. O início do esforço de universalização do ensino fundamental, nos dois países, data do final do século XX – esse erro continuará a custar caro aos dois, por muitas décadas ainda.

A China, no entanto, nos últimos 30 anos decidiu se desenvolver e assumir uma centralidade no mundo. Buscando se posicionar no contexto da “sociedade do conhecimento”, investiu pesadamente em universidades, de maneira a contar com núcleos acadêmicos de elevada qualificação nas diversas áreas do conhecimento, em especial nos diversos campos da tecnologia – o que foi essencial para se tornar a potência tecnológica que é hoje. Tem hoje um enorme passivo social, com um contingente de pessoas ainda sem o ensino médio e, portanto, excluídas, que deverá ser preocupação por algumas décadas ainda. Mas se prepara para assumir a posição de maior economia do planeta ainda na próxima década.

Quanto ao Brasil, é preciso primeiro concordar que não há dúvida quanto à necessidade de se priorizar fortemente a educação básica. Não há fórmula alternativa para tratar a

desigualdade estrutural que nos acomete desde sempre. No entanto, a ideia de desmontar as universidades até que esteja resolvido o problema da educação básica parece remeter ao mundo de uma “sociedade industrial” do início do século XX. No mundo da “sociedade do conhecimento”, no qual não se ingressa sem universidades de alto padrão, tal ideia só traz a certeza de perdermos novamente o trem da história. Em que mundo estamos?

Todos os dados estatísticos apresentados neste texto foram extraídos do relatório “Education at a Glance 2018 – OECD Indicators”, disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2018_eag-2018-en

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Convém transferir recursos do ensino superior ao ensino básico?

Em que mundo estamos?

Ricardo Takahashi, Professor Titular do Instituto de Ciências Exatas, UFMG

É comum, quando se debate o tema da educação no Brasil, alguém defender uma estratégia por etapas: primeiro investir no ensino fundamental e, quando esse nível estiver bem atendido, prosseguir para o ensino médio, e apenas então para o ensino superior. Esta semana, vagando entre os canais de televisão, vi na TV Senado a reprise de uma apresentação do Ministro da Educação para a Comissão de Educação do Senado. O ministro expunha exatamente esse argumento, e usou uma figura de linguagem que é bastante recorrente: quando se constrói uma casa, primeiro se faz a fundação, depois as paredes, e apenas então o telhado.

Seguindo esse argumento, o ministro disse que o Brasil fez primeiro o telhado, o que explicaria o atual déficit educacional do país. Em sua opinião, os recursos atualmente destinados ao ensino superior deveriam ser redirecionados para a educação básica, assim nos colocando na trajetória dos países que foram educacionalmente e economicamente bem-sucedidos. Como exemplo, o ministro citou a Coreia do Sul, que na década de 1950 era mais pobre que o Brasil, mas que desde então fez grande esforço em seu sistema educacional, construído “de baixo para cima”.

Podemos verificar que, de fato, a Coreia do Sul tinha 42% de seus jovens adultos (25 a 34 anos) apenas com ensino médio e 55% com ensino superior em 2007, e em 2017 passou a contar com 28% apenas com ensino médio e 70% com ensino superior. Esse exemplo parece estar de acordo com a “teoria da construção da casa”, e se aplica a um país economicamente bem-sucedido.

O Brasil, por sua vez, em 2007 tinha 53% de seus jovens adultos sem sequer o ensino médio, 37% apenas com o ensino médio, e 10% com ensino superior. Em 2017 esses números passaram a ser de 36% sem o ensino médio, 47% apenas com o ensino médio e 17% com o ensino superior. De fato, está ocorrendo um aumento do investimento no ensino superior antes de se completar a universalização do ensino médio. O argumento da “construção da casa” poderia indicar que estaríamos cometendo um grave erro. Mas vamos em busca de outro exemplo.

A China tem exibido grande vigor econômico nas três últimas décadas, e as projeções indicam que o tamanho de sua economia deverá ultrapassar o da economia dos Estados Unidos durante a próxima década. Mas em 2017 a China tinha 64% de sua população de

juvencs adultos sem o ensino médio sequer, 18% apenas com o ensino médio, enquanto os restantes 18% possuíam diploma superior.

Como fica o argumento da “construção da casa”? Tendo muito maior proporção que o Brasil de jovens sem sequer o ensino médio, a China tem maior proporção de pessoas com ensino superior. Apesar disso, a estratégia chinesa parece estar dando certo. Por que a lógica da sucessão de etapas de consolidação dos níveis de ensino, que foi realmente verificada nos Estados Unidos e também nos países europeus mais ricos, não parece ser necessária para a China?

Para encontrar uma explicação, é preciso entender as mudanças ocorridas na dinâmica econômica no último século. Na primeira metade do século XX, o polo dinâmico da economia mundial era a chamada “indústria de base”: siderurgia, produção de máquinas e equipamentos. As nações mais bem-sucedidas tinham educado a maioria de sua população no nível do ensino fundamental, o que possibilitava que essas pessoas trabalhassem em fábricas. Estava em curso um esforço para educar mais e mais pessoas no nível do ensino médio, suficiente para a formação das profissões de classe média cuja necessidade era crescente: bancários, escriturários, vendedores, etc. Bastava, além disso, um pequeno número de profissionais de nível superior, e o sistema da “sociedade industrial” funcionava adequadamente. Nações como Estados Unidos, Alemanha ou Japão seguiram a rota de educar suas populações primeiro no nível fundamental, depois no nível médio, precisamente porque eram os países centrais no contexto daquela sociedade industrial.

Na entrada do século XXI, o polo dinâmico da economia passa a ser a produção tecnológica, principalmente assentada nas tecnologias da informação e na automação, caracterizando a chamada “sociedade do conhecimento”. Os operários nas indústrias mais tecnificadas precisam ter educação no nível de ensino médio. Passa a ser necessário um número muito maior de profissionais de nível superior para dar suporte aos processos de criação tecnológica. Para os países que haviam sido centrais no ciclo anterior, e que já haviam universalizado a educação básica, a entrada no novo ciclo implicava apenas um esforço extra para a expansão expressiva do ensino superior.

Os dois ciclos em sequência, da universalização da educação básica na sociedade industrial seguida da generalização do ensino superior na sociedade do conhecimento, dão a impressão de que se tratava de um único processo, traduzido na fórmula tão simples quanto errada do “argumento da construção da casa” utilizado pelo ministro.

Países que tinham economia agrária e grande parte da população no analfabetismo, como o Brasil e a China, não puderam participar do centro dinâmico da “sociedade industrial” do início do século XX. O início do esforço de universalização do ensino fundamental, nos dois países, data do final do século XX – esse erro continuará a custar caro aos dois, por muitas décadas ainda.

A China, no entanto, nos últimos 30 anos decidiu se desenvolver e assumir uma centralidade no mundo. Buscando se posicionar no contexto da “sociedade do conhecimento”, investiu pesadamente em universidades, de maneira a contar com núcleos acadêmicos de elevada qualificação nas diversas áreas do conhecimento, em especial nos diversos campos da tecnologia – o que foi essencial para se tornar a potência tecnológica que é hoje. Tem hoje um enorme passivo social, com um

contingente de pessoas ainda sem o ensino médio e, portanto, excluídas, que deverá ser preocupação por algumas décadas ainda. Mas se prepara para assumir a posição de maior economia do planeta ainda na próxima década.

Quanto ao Brasil, é preciso primeiro concordar que não há dúvida quanto à necessidade de se priorizar fortemente a educação básica. Não há fórmula alternativa para tratar a desigualdade estrutural que nos acomete desde sempre. No entanto, a ideia de desmontar as universidades até que esteja resolvido o problema da educação básica parece remeter ao mundo de uma “sociedade industrial” do início do século XX. No mundo da “sociedade do conhecimento”, no qual não se ingressa sem universidades de alto padrão, tal ideia só traz a certeza de perdermos novamente o trem da história. Em que mundo estamos?

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC estuda mudança na distribuição de recursos para federais que deve prejudicar UFRJ

Ideia é priorizar indicadores como empregabilidade e inovação, e não mais número de alunos; desbloqueio de verbas esse ano já podem ser guiados por ranking de governança do TCU

RIO — O Ministério da Educação (MEC) pode alterar a maneira como distribui os recursos para as universidades federais do país. Hoje, a verba é repassada de acordo com um cálculo que envolve número de alunos e qualidade acadêmica. A proposta que o MEC avalia, segundo reportagem publicada pelo "Estado de São Paulo", prevê mais dinheiro para as que tiverem melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade.

Da forma como o orçamento é distribuído atualmente, universidades de maior porte e com maior número de alunos, como a UFRJ e a UFF, recebem um orçamento maior sem que necessariamente tenham um desempenho melhor nestes quesitos. A proposta, de acordo com o jornal, ainda deverá ser discutida com os reitores das universidades.

Ao "Estado", o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, afirmou que a pasta quer “tratar os diferentes de forma diferente”. De acordo com ele, “hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”.

O secretário afirmou que as mudanças não dependem de alteração na lei, apenas de ajustes nas regras atuais.

“Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

Segundo Lima Junior, a mudança se trata de uma questão de "equidade": "Temos gasto de R\$ 75 mil por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais”, afirmou Lima Junior, argumentando que a medida não é uma espécie de retaliação a determinadas universidades.

A nova forma de distribuição pode ser implementada a partir de 2020, mas já neste ano

a pasta avalia usar o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) para determinar qual instituição terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Sem dinheiro em setembro

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. Ao GLOBO, o reitor da UFF, Antonio Claudio da Nóbrega, disse no último fim de semana que só tem verba suficiente para custear as despesas até o fim de agosto. A universidade tem R\$ 80 milhões de dívidas com empresas terceirizadas e apenas R\$ 18,7 milhões para serem usados ao longo deste ano.

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) apareceram no topo da lista. Por conta disso, se a nova regra estivesse valendo, poderiam ser mais beneficiadas. Nas posições mais baixas estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Ao "Estado" o secretário de Educação Superior disse que a mudança nos critérios para distribuição de verbas não é uma represália às críticas ao programa Future-se, lançado pelo governo em julho e focado na parceria das universidades com organizações sociais para dar maior autonomia financeira às instituições. A UFRJ divulgou nota pública rejeitando o Future-se.

"Não tem nada a ver com isso. A questão é a equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil por aluno na Unifesp e UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas (instituições) que precisam mais", disse Arnaldo Lima Júnior.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Guedes assina MP do Coaf no BC; Permanece resistência a Eduardo no Senado. Jornais de segunda (19)

O jornal O Globo informa, no título principal desta segunda-feira (19), que a insatisfação do presidente Jair Bolsonaro com o chefe do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Roberto Leonel, motivou o governo a assinar uma medida provisória que transfere o órgão de combate à lavagem de dinheiro do Ministério da Economia para o Banco Central (BC).

Na última sexta-feira (16), o ministro Paulo Guedes já assinou a MP e a expectativa é de que ela seja publicada a partir desta terça-feira (20). Com a mudança, ficará a cargo do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, definir o novo presidente e os novos membros da diretoria do órgão, que deverá até mudar de nome para Unidade de Inteligência Estratégica.

Roberto Leonel foi indicado pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, que deve sair ainda mais enfraquecido deste episódio. De acordo com o jornal, o nome mais cotado para assumir o Coaf é o do economista e servidor do BC Ricardo Lião, atual diretor de Supervisão do órgão. A mudança, segundo Guedes, é de cunho institucional, e não acontece por pressão política.

A demissão de Leonel, homem de confiança de Moro, era motivo de pressão em Guedes desde o início do mês, quando o líder do Coaf fez críticas públicas à liminar concedida

pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, a pedido do senador Flávio Bolsonaro, suspendendo o uso de dados financeiros por órgãos de controle, como o próprio Coaf e a Receita Federal, sem autorização prévia. “Guedes assina medida que transfere Coaf para o Banco Central”, destaca a manchete do Globo.

Em sua primeira página, O Estado de S.Paulo informa que o deputado Eduardo Bolsonaro não tem hoje os 41 votos em plenário necessários para o Senado referendar a sua indicação à embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

Segundo levantamento do jornal, dos 81 senadores apenas 15 se declaram a favor, enquanto 30 dizem votar contra. Outros 35 não responderam ou se mostraram indecisos. Isso, aponta o matutino paulista, explicaria a cautela com a qual Bolsonaro está tratando o assunto.

Eduardo Bolsonaro terá primeiro de ser sabatinado na Comissão de Relações Exteriores do Senado, depois seu nome passa por uma votação secreta no colegiado seguida de outra votação, também sigilosa, no plenário do Senado.

Além da situação do filho do presidente indicado para embaixada americana, o Estadão também informa, em sua manchete, que o Ministério da Educação quer repassar, já a partir de 2020, mais recursos às universidades federais que tiverem melhor desempenho em indicadores como governança e inovação.

O novo modelo será discutido com reitores de 63 federais e não depende de alterações na lei. O formato atual, segundo o jornal, contempla as universidades maiores. Hoje, dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades, R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados.

A expectativa do MEC é usar, ainda em 2019, o ranking de governança para definir quem terá prioridade nesse desbloqueio. “MEC quer definir verba de universidade por desempenho”, sublinha o jornal em seu título principal.

Em sua manchete, a Folha de S.Paulo enfatiza que o governo de São Paulo terá de gastar entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão a mais com a Rodoanel Norte, segundo estimativa de políticos e técnicos da administração João Doria, governador do Estado.

A obra era orçada em R\$ 4,3 bilhões, e já supera os R\$ 6,85 bilhões, mesmo a obra não ficando pronta dentro do prazo previsto, que era no ano de 2016. O valor final, apurou o matutino, deverá superar os R\$ 10 bilhões de reais. “SP terá de gastar até R\$1 bilhão a mais com Rodoanel Norte”, aponta a Folha na manchete.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Ufopa em Alenquer fomenta economia com prioridade na agricultura familiar
Por meio do Projeto Incubadora de Economia Solidária, da Ufopa, 20 agricultores garantiram comercialização de produtos à merenda escolar. Fato é inédito no município.**

O campus da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Alenquer, realiza desde 2018, diversas atividades formativas no sentido de capacitar os agricultores referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), preparando-os para a chamada pública que ocorreria de 2019.

A ação foi promovida por meio do projeto de extensão da Incubadora de Economia Solidária da Amazônia (IECOSAM), coordenada pelo professor Raoni Azerêdo e por diversos alunos do curso de administração em conjunto com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município.

Baseado, portanto, na soma de esforços coletivos, e em especial da vontade de 20 assentados dos Assentamentos de Reforma Agrária do Curumu, PDS Paraíso e Comunidade Quilombola do Pacoval, no dia 17 de junho de 2019, participaram da Chamada Pública e conseguiram pela primeira vez na história da cidade, garantir a comercialização dos seus produtos no PNAE.

Atualmente, os estudantes têm disponibilizado para a merenda escolar no município alimentos como: farinha de mandioca, farinha de tapioca, banana, melancia, ovos, cheiro verde, macaxeira, batata doce, laranja, entre outros.

Importante destacar, que os 20 agricultores dos assentamentos de reforma agrária, beneficiados com o processo da Chamada Pública, terão no somatório geral, contratos com a Prefeitura Municipal de Alenquer, referentes ao PNAE cerca de R\$. 200 mil.

Do ponto de vista econômico, isto significa potencializar a economia local do município, a partir da circulação da renda, por meio de maior poder de compra e consumo dos agricultores nos comércios locais, entre outros benefícios.

Do ponto de vista político, trata-se de um demonstrativo à sociedade de que a agricultura camponesa é uma real alternativa de desenvolvimento e que com incentivo de políticas públicas, pode aumentar significativamente a melhoria de vida das pessoas.

Do ponto de vista imaterial, representa o resgate da autoestima dos trabalhadores do campo, colocando incansavelmente que os valores locais devem ser respeitados, e que a solidariedade e coletividade estão cada vez mais vivas.

Para o coordenador do projeto de extensão IECOSAM e professor da Ufopa no Campus de Alenquer, Raoni Azerêdo, essa importante vitória é apenas o início de um trabalho no Baixo Amazonas Paraense.

"Que possamos continuar com muito afinco para que na próxima Chamada Pública, possamos estimular e inserir um maior número de agricultores familiares e suas organizações associativas, garantindo quantidade e qualidade nutricional de alimentos saudáveis nas escolas da rede pública de ensino", frisou.

Nesse horizonte de ampliar o acesso à política pública aos agricultores familiares, Raoni destacou a relevante parceria do Imaflora, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, além do Departamento de Alimentação Escolar, da Emater e do Incra/Santarém.

Histórico e legislação

Ao longo dos anos, muito tem se questionado sobre a participação e comercialização direta dos agricultores familiares no PNAE. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado pelo FNDE para os Estados,

municípios e Distrito Federal, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem, seus gêneros alimentícios, serem obrigatoriamente adquiridos diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações formais/informais, priorizando-se assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.

A aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Importante salientar que a aquisição dos produtos da Agricultura Familiar deve ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, neste caso, o procedimento licitatório.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC estuda repassar verbas para universidades por desempenho Ministério pretende repassar mais dinheiro às instituições que tiverem melhor desempenho em indicadores como governança e inovação

O MEC (Ministério da Educação) estuda mudar a forma de repassar verbas para universidades federais.

Segundo informações divulgadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, a ideia do governo é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade, entre outros.

Atualmente, o modelo de distribuição de recursos para as 63 universidades federais é organizado de acordo com o tamanho da instituição. Aquelas que são maiores e têm mais alunos recebem uma fatia maior do orçamento, mesmo que os indicadores não sejam tão bons.

Ainda segundo o jornal, o MEC deve discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Essas mudanças nos parâmetros, segundo o governo, não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais.

Esse modelo pode vir a ser implementado a partir de 2020. Os técnicos do governo estudam usar como indicador o ranking de governança do TCU (Tribunal de Contas da União) para determinar qual universidade terá prioridade no desbloqueio de recursos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2019/08/18/kit-unico-pode-identificar-patogenos-causadores-de-infecoes.htm>

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um kit único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os kits disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do

Rio de Janeiro) e da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, Rosane Silva disse que a ideia é que o kit que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

"A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o kit, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. Queremos que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo". Silva pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos kits. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. "Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas", explicou.

Casos especiais

Silva esclareceu que esse kit não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O kit ajuda a orientar na escolha da melhor conduta terapêutica a ser adotada em cada caso.

O resultado do kit sai entre 48 e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. "Em menos de cinco dias", diz a especialista, que espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o kit pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. "A identificação rápida do patógeno permite ter o medicamento adequado para aquela situação. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação", avalia. Ao mesmo tempo, isso reduz a mortalidade já que o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam debilitando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da **Capes**, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas, nos EUA, é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais Microbiologyopen e Gene.

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós Sistema planejado pela gestão Bolsonaro deve focar em programas de Saúde e Engenharias, não em Humanas, e doutorado terá preferência em relação ao mestrado; ideia é que cursos que receberam notas muito baixas não tenham benefício

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, que participa da elaboração do modelo em conjunto com o Fórum Nacionais de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop). Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Bloqueio. Os novos critérios para as bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com

isso, 6.198 bolsas foram canceladas. Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

COMO FUNCIONA

Distribuição

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Seleção

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Valores das bolsas

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

Especialistas veem riscos de filtro ideológico do governo

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis

para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

A ver navios

Parlamentares dizem aguardar que a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), cumpra a promessa de que Jair Bolsonaro vai enviar à Câmara proposta que libera R\$ 330 milhões a bolsas de pesquisa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/08/18/acoes-de-bolsonaro-na-receita-e-no-coaf-alarman-procuradores-escolha-de-pgr-pode-desencadear-reacao/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

Núcleo pensante

Durante o mandarinato petista falava-se num “núcleo duro” formado por alguns ministros. Agora surgiu outra denominação. Existiria um “núcleo pensante” de generais com gabinete no Planalto.

À parte o “núcleo falante”, encarnado por Bolsonaro, Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Abraham Weintraub (Educação), falta aparecer o “núcleo operante”, aquele que abre a quitanda, vende berinjelas e tem troco para a freguesa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/eliogaspari/2019/08/no-telhado-secretario-da-receita-avalia-o-tombo-que-arrisca-tomar.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

YouTube x professor

É quase inacreditável, mas jovens já consideram o YouTube tão importante quanto o professor. A triste constatação – de uma pesquisa realizada pela multinacional Pearson no Brasil – indica que há pessoas acreditando que a educação formal não precisa ser feita por profissionais. Mostra também, mais uma vez, a desvalorização do docente, peça fundamental para o ensino de qualidade.

Para tentar compreender como se aprende nos dias de hoje, a Pearson perguntou para pessoas entre 14 e 37 anos o que mais contribuiu para sua “educação, aprendizagem e/ou desenvolvimento” nos últimos 12 meses. Entre os da geração conhecida como Millennials, 47% escolheram o YouTube. Foi a resposta que mais apareceu nesse grupo, nascido entre o começo dos anos 80 e o começo dos anos 2000. Era possível assinalar mais de uma alternativa. O professor teve 39%, quase empatado com cursos gratuitos on line.

Já entre a geração Z (idade que vai de 14 a 22 anos), os professores ficaram na frente, com 57%, mas o YouTube teve índice parecido, 51%. Para se ter uma ideia, os livros foram apontados por apenas 26% dos jovens como importantes para a aprendizagem que tiveram no último ano.

Segundo o vice-presidente de Educação da Pearson, Juliano Costa, quem diz aprender pela plataforma de vídeos até cita canais de professores e instituições. Mas é impossível

saber a qualidade do que é repassado e a efetividade da tal educação virtual.

Já o impacto de um bom professor na vida de um aluno foi medido diversas vezes e no mundo todo. Um estudo que durou 20 anos nos Estados Unidos mostrou que estudantes de um docente de qualidade têm maior probabilidade de iniciar o ensino superior, receber maiores salários e poupar mais para aposentadoria. Outras pesquisas indicaram que crianças que tiveram aulas com bons profissionais obtiveram um ganho médio de um ano de escolaridade, principalmente as mais pobres. Entre as características desse professor, estão domínio do conteúdo, estratégias que mantêm alunos envolvidos e técnicas de ensino eficazes.

Todos os países do mundo que conquistaram sucesso na educação investiram e valorizaram o professor. Cingapura lançou grandes campanhas enaltecendo o docente e passou a selecionar entre os melhores alunos do ensino médio quem poderia dar aulas. O Chile, um dos grandes exemplos da América do Sul na educação, também fez isso e ainda proibiu que seus professores fossem formados em cursos a distância.

Nós estamos no caminho totalmente oposto. Nos últimos anos, só aumentou o número de docentes formados em cursos não presenciais e o movimento é puxado pelas universidades privadas. Segundo estudo divulgado semana passada pelo movimento Todos pela Educação, cresceu em 162% o número de pessoas que entraram em cursos de formação docente a distância em faculdades particulares, entre 2010 e 2017.

O movimento não acontece em outras áreas. Enquanto em 2017 (últimos dados disponíveis), 47% dos alunos estudavam a distância para se tornarem professores. Em outros cursos, o índice era de 15%.

O estudo ainda conclui algo pior – a qualidade dessa formação é inferior. Os cursos a distância em geral têm nota mais baixa em avaliações do Ministério da Educação (MEC), que consideram desempenho do estudante e corpo docente.

Mesmo nesse cenário que parece catastrófico, não se ouve o ministro da Educação, Abraham Weintraub, falar muito em professor. Há poucos meses, ele declarou gostar da ideia de premiar com bolsa bons alunos do ensino médio que quisessem cursar Pedagogia. Mas, até agora, não há política nenhuma. Já com o YouTube, o ministro parece ter mais familiaridade.

É REPÓRTER ESPECIAL DO ESTADO E FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Especialistas temem que uso do IDH prejudique polos de pesquisa

A USP já havia proposto um novo modelo integrando o mestrado ao doutorado

Especialistas do setor educacional revelaram preocupação como uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério para concessão de bolsas de mestrado e doutorado, conforme os novos planos da gestão Bolsonaro para mudanças das regras. Eles questionam o uso do IDH, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho

Estadual de Educação de São Paulo. E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado.

A Universidade de São Paulo (USP) já havia proposto à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é formar, até 2024, um total 25 mil doutores por ano. Em 2016, foram 20,6 mil. Bolsas de mestrado e doutorado são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3.

A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento. Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como engenharia, e não filosofia e sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

O ESTADO - MS - BRASIL

MEC usará IDH e nota de curso para conceder bolsas

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado. A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao “Estado”. O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capex** é a principal financiadora de pesquisas de pós do país. Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capex** tem função social, de desenvolvimento das regiões. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.” A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica.

Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberada no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

topo ↕

O POVO - CE - BRASIL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do

quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da Capes, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene.

topo ↕

O POPULAR - GO - POLÍTICA

Curso de Direito lidera em inadimplência no Estado

Em Goiás, o curso de Direito é o que tem a maior quantidade de contratos inadimplentes. São 1.820 pessoas devendo, no total, R\$ 52 milhões - uma média de R\$ 28,5 mil por pessoa. Presidente da Comissão de Educação Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Goiás (OAB-GO), e conselheiro da Ordem, Rubens Fernando Mendes de Campos afirma que a inadimplência tem relação com a quantidade grande de cursos de Direito no Estado, que chega a 65. “Existe uma absurda pulverização do número de cursos”, disse. O advogado afirma que só no ano passado, a OAB-GO deu parecer em 29 pedidos de autorização de abertura de curso.

Em grande parte, os pareceres foram desfavoráveis. Ainda assim, segundo ele, o Ministério da Educação (MEC) autorizou praticamente todos. “Com esta oferta tão grande, todo mundo consegue (estudar) nas instituições privadas. Mas nem todo mundo tem condição de pagar”, afirma, explicando que assim começa a inadimplência seja com a instituição de ensino ou com o programa do governo. Questionado, então, se há relação com um mercado inchado, com muitos profissionais, o que impossibilitaria o

advogado recém-formado de conseguir um trabalho para pagar o financiamento, Rubens afirmou que “não deixa de ter”.

“O aluno egresso do curso de Direito não se coloca automaticamente no mercado”, disse. O presidente explica que a OAB possui, inclusive, uma política em que advogados com até cinco anos de carreira pagam uma anuidade menor, justamente para minorar o problema. “Mas no mercado, a OAB não pode interferir”, disse. Ele pontua ainda que o perfil do aluno de Direito na grande maioria dos cursos é de uma pessoa que trabalha durante o dia e estuda à noite. Assim, a alta de desemprego está refletindo nesse aluno, segundo ele.

A estudante de Direito Luana Martins, de 23 anos, começou a graduação em 2016, por meio do Fies. Ela irá concluir o ensino superior em 2021, mas já tem e o momento em que tiver de começar a pagar o financiamento. A jovem conta que tentou entrar em uma universidade pública, assim como buscou conseguir uma bolsa do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Sem sucesso, viu como única alternativa o Fies. “A gente tem medo, porque o mercado não está fácil para ninguém”, disse. Na última quarta-feira, a OAB nacional se reuniu com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para solicitar a suspensão da autorização para abertura de novas graduações em Direito, pelo prazo de cinco anos, até que se verifique a qualidade dos cursos já existentes. No encontro, que ocorreu na última quarta-feira (14), o secretário-geral da OAB, José Alberto Simonetti, afirmou que a função da OAB é “colaborar para o aperfeiçoamento e a promoção da qualidade do ensino jurídico no País”.

“Externamos nossa preocupação com o elevado número de cursos autorizados nos últimos anos e com a precariedade de determinadas instituições que oferecem ensino jurídico. Nossa solicitação é para que tenhamos um prazo para avaliar os cursos já criados”, disse. O diretor-tesoureiro da OAB, José Augusto Araújo de Noronha, que também estava na reunião, disse que “o Brasil não precisa de mais nenhum curso jurídico nos próximos 30 anos”. “O que há necessidade é uma maior fiscalização para que os cursos, que não alcançaram os índices de qualidade apresentados para a abertura das vagas, sejam fechados”, afirmou.

1.820 é o número de contratos do curso de Direito em Goiás inadimplentes junto ao Fies, programa do governo federal

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Especialistas temem filtro ideológico em novo modelo de bolsas de pós

Atenção menor a cursos de Humanas preocupa educador; País tem meta de, até 2024, formar 25 mil doutores por ano

SÃO PAULO - Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta

Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Como funcionam as bolsas de mestrados e doutorados da **Capes**

Distribuição

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Seleção

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Valores das bolsas

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Portugal terá validação automática de mestrado e doutorado nota 5 na Capes
Universidade de Coimbra foi a primeira de Portugal a aceitar o Enem, em 2014, e tem hoje mais de 2.000 estudantes brasileiros

Em mais uma ação para incentivar a presença de estudantes brasileiros em suas universidades, o governo de Portugal irá conceder validação automática de diplomas de mestrado e doutorado com nota 5 da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

A afirmação foi feita à Folha pelo secretário de Estado do Ensino Superior, José Ferreira Gomes, que afirma que a portaria com a informação deve ser publicada até o fim de agosto.

A avaliação da **Capes**, órgão vinculado ao ministério da Educação, leva em conta diversos elementos dos programas de pós-graduação do país, incluindo a produtividade acadêmica, e é um dos principais indicadores de qualidade do Ensino Superior brasileiro.

Desde 2009, as normas portuguesas já preveem validação automática de mestrados e doutorados com notas 6 e 7 da **Capes** –o nível mais alto de avaliação, descrito como “de excelência internacional” pelos responsáveis pela lista.

Devido a uma alteração na lei sobre a validação dos diplomas estrangeiros, em vigor desde janeiro deste ano, a quantidade de pedidos disparou. Até o início de agosto, foram 6.926 requisições, um aumento de 366% em relação ao total de pedidos feitos em 2018.

Problemas

Portugal tem feito, desde 2014, um grande esforço de internacionalização de suas universidades. A nova legislação foi mais um passo nesse sentido, que criou um sistema unificado dos pedidos, que deveria agilizar o andamento dos processos.

Na prática, porém, estudantes internacionais –principalmente os brasileiros, que são mais de 30% dos alunos estrangeiros nas instituições lusas– relatam atrasos e desinformação nos primeiros meses da legislação em vigor.

Embora a norma determine um prazo máximo de 90 dias para a análise, há casos de estudantes que aguardam há muito mais tempo por uma resposta.

O secretário de Estado do Ensino Superior, José Ferreira Gomes, afirmou que as situações de atrasos são pontuais e que a lei tem um balanço positivo, especialmente considerando o aumento expressivo na demanda.

Segundo ele, dos 6.926 pedidos de validação, cerca de 52% estão em análise. Quando considerados apenas os pedidos de reconhecimento automático (que será o caso dos mestrados e doutorados nível 5 da **Capes**), o número de processos já analisados aumenta para 67%.

Importância

Os estudantes estrangeiros têm importância cada vez mais estratégica nas universidades portuguesas, que desde 2014 podem cobrar mensalidades mais caras para o público internacional.

Com uma população envelhecida e muitas vagas ociosas nas instituições, Portugal investe cada vez mais na captação de alunos de fora. Nesse sentido, o Brasil é o principal mercado, devido sobretudo à língua.

Na semana passada, o MEC anunciou que mais quatro instituições portuguesas passarão aceitar o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) como forma de ingresso. Com isso,

já são 41 os estabelecimento de Ensino Superior de Portugal a reconhecer a prova brasileira.

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade

porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da **Capes**, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais 'Microbiologyopen' e Gene. (Alana Gandra)

topo ↕

CGN - PR - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

Agência Brasil

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um 'kit' único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os 'kits' disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o 'kit' que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o 'kit', entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos 'kits'. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse 'kit' não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O 'kit' identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do 'kit' sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o 'kit' pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da **Capes**, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene. (Alana Gandra)

topo ↕

DOURADOS NEWS - TEMPO REAL

Kit desenvolvido no RJ ajuda a identificar patógenos

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Faperj (a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro) e da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou. Casos especiais

Rosane esclareceu que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da Capes, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene. (Alana Gandra)

topo ↕

JORNAL DO BRASIL - RJ - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

Jornal do Brasil

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos

Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os 'kits' disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o 'kit' que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o 'kit', entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos 'kits'. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse 'kit' não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O 'kit' identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do 'kit' sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o 'kit' pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da **Capes**, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais 'Microbiologyopen' e Gene.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para dar bolsas de pós Sistema planejado pela gestão Bolsonaro deve focar em programas de Saúde e Engenharias e doutorado terá preferência em relação ao mestrado

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País. Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões.

“Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele. Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos.

Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas. A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.”

As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado. A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais – valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Como funcionam as bolsas de mestrados e doutorados da **Capes**

Distribuição

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Seleção

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Valores das bolsas

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

OLHAR DIGITAL - TEMPO REAL

Cursos à distância crescem e ganham popularidade e reconhecimento

Estúdios, equipamentos e câmeras. Falando assim, até parece uma emissora de TV, mas na verdade, aqui, é uma faculdade especializada em ensino à distância. Essa forma de estudar mudou o cenário da educação no Brasil e as salas de aula não são mais como eram antigamente. Segundo o censo da Educação Superior, realizado em 2017 pelo INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o EAD já representa um terço de todas as aulas que acontecem no país e a tendência é só aumentar. É possível que até 2023, as aulas online passem as presenciais.

Essa faculdade possui 14 estúdios e tem sedes espalhadas por todo os estados brasileiros. Em média, são gravados 155 horas de aula ao vivo por dia. Para se ter uma ideia, o número de views por aula gira em torno de 15 mil. Os ?apresentadores? por aqui, são os bons e conhecidos professores. Claro que são eles que conduzem os vídeos controlando o tempo e os conteúdos, mas algo novo surge na forma de aula. Agora o docente fala para aquela lente bem ali. Será que isso atrapalha a interação entre professor e aluno? É obvio que todas essas novidades trazem uma certa resistência. Muitos profissionais temem que a tecnologia substitua a mão de obra.

Em dezembro do ano passado, a **Capes**, vinculada ao MEC, publicou uma portaria autorizando as instituições de ensino superior a oferecer também cursos de mestrado no formato EAD. Com a decisão, esse mercado tende a crescer ainda mais. Hoje, o perfil do aluno que procura fazer o ensino à distância, em sua maioria, são mulheres que buscam cursos voltados à licenciatura. Já as faculdades privadas são as que mais oferecem esse tipo de curso.

Para a Sophia, aprender de forma virtual funciona. Ela é formada em direito e sempre utilizou do EAD para estudar. Hoje, ela trabalha em período comercial e, à noite, se dedica aos estudos para prestar concursos públicos na área. A advogada gosta de vir para a faculdade e assistir as aulas ao vivo no computador, já que em casa ela não consegue se concentrar.

Redes sociais, vídeos de Youtube e provas virtuais já estão sendo utilizadas na educação e são ferramentas úteis no dia a dia escolar. Elas já são realidade para os estudantes que vivem conectados. Até o Exame Nacional do Ensino Médio entrou nessa onda de mudanças tecnológicas. Nesse ano, o Ministério da Educação anunciou que a partir de 2020 pretende começar a implementar o ENEM digitalmente. Com isso, 50 mil candidatos distribuídos em 15 capitais do país devem participar de um teste piloto já no ano que vem. O plano é de que até 2026 não exista mais a prova impressa e que todos

façam uma versão digital.

A educação se adapta ao futuro e a tecnologia se adapta à educação. Em tempos de grandes mudanças, a essência da aprendizagem deve ser mantida. Passar informações e experiências, seja de forma virtual ou presencial, é o melhor caminho para uma boa convivência entre a modernidade e o sistema de ensino.

topo ↕

O LIBERAL – SP - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da **Capes**, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene. (Alana Gandra)

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser

usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da Capes, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene. (Alana Gandra)

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

‘Não há país desenvolvido que não tenha investido em ciência’, diz vencedora de prêmio para mulheres cientistas

Frente ao cenário de cortes de verbas destinados às Universidades Federais promovidos pelo Governo de Jair Bolsonaro (PSL) e que afetam a produção de pesquisa científica no país, o Brasil pode acabar se tornando apenas um importador de tecnologias de outros países, deixando de ser produtor e de potencializar o seu desenvolvimento científico. O alerta é de Marina Trevisan, professora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e uma das sete cientistas vencedoras do prêmio nacional ‘Para Mulheres na Ciência’, promovido pela L’Oréal Brasil, em parceria com a Unesco Brasil e com a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Apesar de gostar de ciência desde criança, ao ter que decidir o que cursaria no vestibular, Marina conta que optou por Engenharia Elétrica na Universidade de São Paulo (USP), no campus de São Carlos. Porém, ao longo da graduação redescobriu sua paixão pela astronomia e decidiu que terminaria o curso, mas não seria engenheira. “Continuei o curso de Engenharia Elétrica e comecei a estudar astronomia por conta, tentando pegar disciplinas na [Faculdade de] Física”, relembra.

Foi em 2005, quando começou um mestrado em Astrofísica pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que Marina passou a estudar formalmente, dentre diversos temas, galáxias, astronomia extragaláctica e astrofísica estelar. Atualmente, ela é professora da UFRGS e chefe substituta do Departamento de Astrofísica da Universidade.

Intitulada ‘A sobrevivência das galáxias ao longo da teia cósmica’, a pesquisa da cientista que foi contemplada pelo prêmio ‘Para Mulheres na Ciência’ estuda se o ambiente em que uma galáxia está inserida pode afetar seus processos de evolução. “Hoje a gente observa as galáxias do jeito que elas são, mas um dia elas começaram a se formar e houve todo um processo no meio do caminho para deixá-las do jeito que elas

são hoje”, explica Marina. Além do reconhecimento, a premiação contemplou a pesquisa com uma bolsa-auxílio de R\$ 50 mil para que a pesquisadora possa investir em seu estudo.

De acordo com Marina, a premiação da L’oréal é uma iniciativa que dá mais visibilidade às mulheres cientistas. Segundo a professora, hoje há uma maior consciência de que as mulheres precisam ser incentivadas a estarem na ciência. “Ao longo da história, as mulheres não foram incentivadas a serem cientistas. Isso foi um problema e talvez por isso houve um déficit de mulheres na ciência”, afirma. Porém, a pesquisadora acredita que hoje há um movimento que busca mudar esse cenário. “Por isso é tão importante a questão da representatividade. Quando uma menina que está no ensino médio vê uma cientista, ela pensa ‘eu posso ser também’. Então, quanto mais mulheres tem na ciência hoje, mais mulheres serão cientistas no futuro”, diz.

Segundo Marina, o tipo de estudo que ela desenvolve é chamado de pesquisa básica, ou seja, são pesquisas que não têm impacto imediato nas sociedades, mas que ajudam no aumento do conhecimento acerca de determinados temas. A pesquisadora também destaca que a tecnologia utilizada nos estudos pode ser adaptada para outras necessidades das pessoas. “Tem muitos softwares que a gente usa para analisar imagens de galáxias que agora foram adaptados para analisar imagens de tecido humano. Essa tecnologia permite que seja possível detectar câncer”, exemplifica.

Leia a entrevista completa:

Sul21: Como você começou a se interessar pela ciência?

Marina: Eu gosto de ciência desde pequena, mas quando eu fui fazer vestibular acabei escolhendo um curso mais seguro. Fui fazer Engenharia Elétrica, no meio da minha graduação eu já gostava de astronomia e acabei começando a me envolver mais. Vi que era realmente aquilo ali que queria fazer. Continuei o curso de Engenharia Elétrica e comecei a estudar astronomia por conta, tentando pegar disciplina na [Faculdade de] Física. Terminei o curso de Engenharia sabendo que não seria engenheira.

Então, eu terminei o curso em 2004 e comecei o mestrado em astrofísica no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em 2005.

Sul21: Você mencionou que desde pequena gostava de ciência. O que te chamava a atenção nessa área?

Marina: Eu sempre fui muito curiosa, sempre gostei muito de entender as coisas. Quando criança gostava muito de biologia, acreditava que ia ser bióloga. Depois, cheguei a cogitar fazer astronomia na graduação, mas acabei fazendo engenharia. Acabei voltando para a astronomia, não teve jeito.

Sul21: As suas pesquisas são desenvolvidas em astronomia extragaláctica, populações estelares e astrofísica estelar. O que te motivou a escolher estudar esses temas?

Marina: Eu já atuei em algumas áreas. No meu mestrado eu trabalhei com radiação cósmica de fundo. Radiação cósmica é tipo uma luz que vem de um universo muito antigo. No meu doutorado, eu comecei a trabalhar com estrelas da nossa galáxia, mas

estava acostumada a estudar com outras galáxias também, a estudar extragaláctica, que é tudo que está fora da nossa galáxia. No meio do meu doutorado, eu comecei a trabalhar com galáxias e estrelas em outras galáxias

Sul21: Você pesquisa temas que normalmente não estão no cotidiano das pessoas. Qual a importância de pesquisas que abordem tais assuntos?

Marina: As áreas que eu estudo são o que a gente chama de pesquisa básica, que são pesquisas que não têm uma aplicação direta no cotidiano. Mas a humanidade evoluiu muito fazendo pesquisa básica e hoje conhecemos sobre o que nós somos e sobre o nosso universo por causa de pesquisas básicas. Ainda que essas pesquisas não sejam aplicadas diretamente no cotidiano, a tecnologia que desenvolvemos para elas são úteis para as pessoas.

Por exemplo, tem muitos softwares que a gente usa para analisar imagens de galáxias que agora foram adaptados para analisar imagens de tecido humano. Essa tecnologia permite que seja possível detectar câncer.

Sul21: Você poderia explicar mais sobre a sua pesquisa sobre a evolução de galáxias que foi reconhecida pelo prêmio ‘Para Mulheres na Ciência’?

Marina: Basicamente, hoje a gente observa as galáxias do jeito que elas são, mas um dia elas começaram a se formar e houve todo um processo no meio do caminho para deixá-las do jeito que elas são hoje. E esse processo envolve tudo que acontece dentro ou fora delas. O projeto que eu submeti pra L’oréal é voltado para tentar entender como o ambiente de uma galáxia as afeta, porque elas não evoluem sozinhas, elas estão em estruturas maiores. Tem gases girando em torno delas. Meu projeto tenta entender o processo de evolução dessas galáxias.

Sul21: Qual a importância desse prêmio?

Marina: Eu fui classificada na versão nacional, que é a versão para jovem cientista. Nessa versão, o prêmio só é concedido para quem terminou o doutorado há menos de sete anos. E esse prêmio é importante em dois aspectos. O primeiro é o reconhecimento do trabalho porque, em qualquer profissão, qualquer pessoa gosta de ver seu trabalho reconhecido. Então, é uma satisfação muito grande ver o reconhecimento desse trabalho. Ainda mais vivendo em um período em que a ciência no Brasil está atravessando um momento muito complicado, com cortes de verbas por todos os lados.

O segundo ponto é que esse recurso que está vindo com o prêmio chegou em uma hora certíssima. Com ele eu vou poder ajudar alunos que eu oriento as pesquisas, vou poder comprar coisas para o laboratório. É um momento em que estão cortando verbas para pesquisa, então é muito importante ter esse dinheiro agora.

Sul21: Além do reconhecimento, a premiação também inclui um montante em dinheiro, isso?

Marina: Sim! Eu ganho R\$ 50 mil para gastar com coisas relacionadas à minha pesquisa, como material, equipamentos para o laboratório, computadores.

Sul21: Você mencionou a questão dos cortes de verbas destinados à pesquisa científica no Brasil. Os contingenciamentos que temos observado nos últimos meses afetaram as universidades e institutos federais e também agências de fomento à pesquisa, como CNPq e **Capes**. Para você, quais os impactos que a falta de investimentos e a desvalorização de pesquisas científicas podem ter na sociedade?

Marina: É bem grave, porque não tem país desenvolvido que não tenha investido pesadamente em ciência, em desenvolvimento científico e em pesquisa. O corte de verbas vai causar um atraso muito grande no Brasil porque vamos ter que comprar tecnologia para tudo de fora. Isso é muito grave e muito sério.

Por exemplo, minha pesquisa não tem aplicação direta na sociedade, mas, como mencionei antes, muito da tecnologia das pesquisas básicas são revertidas para as pessoas. É fundamental investir em ciência porque um país desenvolvido tem que investir em desenvolvimento, em tecnologia. Sem tecnologia a economia não vai para q frente, os países começam a comprar de outros. Se não vamos produzir tecnologia e ciência, vamos produzir o quê? Só recurso agrário? Tecnologia é o que mais dá dinheiro, as economias que mais lucram no mundo hoje são de tecnologia. O nosso país vai ficar muito para trás.

Sul21: Para você, o que faz com que tantas pessoas no Brasil não se importem com as pesquisas científicas ou com os cortes de verbas para essas áreas? Há uma falta de conhecimento a respeito do que é feito dentro das universidades?

Marina: Acredito que sim, que há uma falha na comunicação entre a sociedade e os pesquisadores que gera essa falta de conhecimento. Mas, por exemplo, aqui no departamento nós estamos cada vez mais investindo nisso, temos aqui um programa de divulgação em que fazemos o trabalho de levar até a sociedade o que a gente faz aqui e levar o conhecimento que a gente produz.

Talvez hoje essa comunicação seja falha e precisamos investir nela. E talvez seja por isso que acontecem tantos ataques, porque não sabem o que a gente faz e não sabem o quão fundamental é o que a gente faz enquanto pesquisadores.

Sul21: Nos últimos tempos, é possível perceber mulheres ganhando visibilidade dentro da ciência, um ambiente que durante anos foi majoritariamente masculino. Por exemplo, quando foi divulgada a primeira imagem do buraco negro o nome de uma das cientistas responsáveis pelo feito se tornou mundialmente conhecido. Como você enxerga a presença de mulheres dentro da ciência atualmente?

Marina: A presença das mulheres está aumentando e se criou a consciência de que, ao longo da história, as mulheres não foram incentivadas a serem cientistas. Isso foi um problema e talvez por isso houve um déficit de mulheres dentro da ciência. Mas hoje isso já se leva como um problema a ser resolvido e é incentivando mulheres a serem cientistas que vamos consertar isso. Há hoje todo um movimento para tentar mudar esse cenário e por isso é tão importante a questão da representatividade. Quando uma menina que está no ensino médio vê uma cientista ela pensa 'eu posso ser também'. Então, quanto mais mulheres tem na ciência hoje, mais mulheres serão cientistas no futuro.

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Especialistas temem filtro ideológico em bolsas de pós

Atenção menor a cursos de Humanas preocupa educador; País tem meta de, até 2024, formar 25 mil doutores por ano

SÃO PAULO - Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma "escolha ideológica" na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

"É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico", alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. "Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado", afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Como funcionam as bolsas de mestrados e doutorados da **Capes**

Distribuição

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Seleção

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Valores das bolsas

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer

priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

TRIBUNA UNIÃO - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá "critérios técnicos".

"Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos", disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões.

"Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará." Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas - esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. "O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional."

As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de "humanas puras" serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. "Priorizar uma área não é matar outra."

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de

ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais - valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas veem riscos de filtro ideológico do governo; atenção menor a cursos de Humanas preocupa educador

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma "escolha ideológica" na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

"É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico", alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. "Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado", afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil. Como funcionam as bolsas de mestrados e doutorados da **Capes**

Distribuição

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Seleção

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Valores das bolsas

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

Terra

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

Agência Brasil

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um 'kit' único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os 'kits' disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o 'kit' que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o 'kit', entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos 'kits'. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse 'kit' não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O 'kit' identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do 'kit' sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. "Em menos de cinco dias". A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o 'kit' pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. "Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação". Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da Capes, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais 'Microbiologyopen' e Gene. (Alana Gandra)

topo 

G1 - TEMPO REAL

**Robô faz processos ficarem mais rápidos na Justiça Federal do RN
Programa desenvolvido por Núcleo de Tecnologia da Informação tem sido testado há cerca de um mês na 6ª Vara de Execuções Fiscais e faz em 2 segundos o que servidor fazia em 5 minutos.**

Um robô tem feito acelerar o andamento dos processos na Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Produzido pelo setor de tecnologia da informação do órgão, o programa foi implantado há cerca de um mês e tem dado celeridade aos processos neste período.

Atualmente, o programa está em fase de testes na 6ª Vara de Execução Fiscal e é aplicado apenas em algumas partes do procedimento. Dentro da Justiça Federal do RN, o que se entende é que o robô é capaz de fazer trabalhos mais padronizados em apenas dois segundos - algo que levaria cerca de cinco minutos nas mãos de um servidor.

Mais do que apenas o tempo de trabalho reduzido e um processo mais acelerado, a alternativa tecnológica neste caso tem a intenção de utilizar o servidor, que antes fazia esse serviço metódico, em uma esfera mais importante da atividade do judiciário.

"Estamos pegando essas partes do processo que são repetitivas, padronizadas e fazendo

com que um robô, um programa faça ao invés de um servidor. Estamos pegando aquele servidor que fazia um trabalho repetitivo e deslocando para um trabalho que exija realmente um maior raciocínio, uma maior inteligência humana", explicou o juiz federal Halisson Rêgo Bezerra ao G1.

Atualmente, o robô tem feito o despacho inicial, que representa um "movimento inicial do processo", segundo o juiz. Esse é a primeira etapa prática de algumas implantações tecnológicas que a Justiça Federal pretende desenvolver nos próximos meses.

"O servidor tinha que abrir o Processo Judicial Eletrônico (PJE), clicar em uma aba, abrir um documento, ver no documento quais eram os nomes e dados das pessoas. O robô entende isso, esse fluxo, e automaticamente já traz todas essas informações e já preenche o documento", explicou David Montalvão Júnior, diretor do Núcleo de Tecnologia de Informação da Justiça Federal do RN.

"Antes o servidor tinha que ir lá, ler a petição, olhar e botar no texto isso tudo. Agora o robô lê a petição, bota esses dados, prepara o mandado e movimenta para a caixa do juiz, que só faz validar e assinar. E já está pronto pra encaminhar", reforçou o juiz Halisson Rêgo Bezerra.

Otimizar o processo

A implantação desse primeiro software possibilita o uso de servidores, antes destacados para esse função, em outras atividades do judiciário. Não há, segundo o juiz federal Halisson Rêgo Bezerra, a intenção de que a tecnologia substitua o trabalho humano no órgão.

"Eu acho que a quantidade de trabalho é tão grande e existem tarefas tão complexas dentro do processo que no dia que o robô substituir o servidor, ele vai substituir o juiz também, porque as atividades intelectuais são muito parecidas. A gente está longe disso. Eu nem imagino que isso possa acontecer, porque envolve questões morais e éticas e não sei se a tecnologia vai chegar nesse ponto", destacou.

O objetivo principal neste momento é que esse incremento mais moderno durante o processo, ainda que apenas em parte dele, seja para atividades padronizadas. "Hoje o que a gente pretende fazer são coisas repetidas como essa. Não tem essa preocupação e não é esse o objetivo. Não é eliminar trabalho, cortar cargo, eliminar custos. É otimizar o processo", reforçou o juiz Halisson Rêgo Bezerra.

E essa aceleração no andamento do processo tem sido eficiente neste período de testes. "Eu estimo que um servidor levasse em média cinco minutos para fazer um negócio desses, porque às vezes as informações não são bem claras. Hoje o robô faz em dois segundos", disse o juiz federal.

A intenção, agora, é que a outras partes do projeto sejam automatizadas. "A gente não pode mais se dar ao luxo de perder uma pessoa extremamente capacitada, um servidor da Justiça Federal que faz um concurso difícil para estar aqui, para fazer um trabalho repetitivo desses", reafirmou o juiz.

Núcleo de Tecnologia da Informação

A implantação desse novo software e de outros projetos de tecnologia tem o objetivo de

melhorar e otimizar o trabalho no dia a dia da Justiça Federal. Esses recursos são frutos de um Núcleo de Tecnologia da Informação que tem atuado nos últimos anos no órgão.

O Núcleo é dividido em três setores e ganhou um reforço recente, com a instalação da residência em Tecnologia da Informação, programa de pós-graduação que acontece na JFRN em parceria com o Instituto Metrópole Digital (IMD), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente, são cerca de 15 residentes no curso, que está em sua segunda turma.

"É um programa de pós-graduação, que tem duração de 18 meses. Os alunos uma vez por semana vão à UFRN para aulas teóricas e nos outros quatro dias eles vem para cá produzir materiais que ajudam a absorver os conteúdos que são aplicados lá", explicou David Montalvão Júnior, diretor do Núcleo de Tecnologia de Informação da Justiça Federal do RN.

Dentro desse projeto, a Justiça Federal inaugurou em 2017 um Laboratório de Inovação, um espaço colorido, com almofadas, que é usado para reuniões e outras atividades buscando aflorar a criatividade da equipe. Apesar disso, ainda faltava profissionais para trabalharem na área, o que tornou a parceria com a UFRN fundamental.

"Temos essa promoção da inovação, só que precisávamos de um capital intelectual, de pessoas. Com a residência, conseguimos isso. O mais importante é a área de negócio estar presente. O juiz Halisson Rêgo estando, ele conhece as questões da vara e apresenta isso às pessoas que estão aqui estudando. Então, eles são apresentados a um problema real a partir disso", explicou David Montalvão.

Alguns outros projetos têm sido vislumbrados para os próximos meses, como um em desenvolvimento que faz leitura postural e analisa a qualidade do local de trabalho no órgão. Além disso, novos programas que possam dar celeridade aos processos são esperados.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Mestrado em educação da Ufopa oferta vagas em três linhas de pesquisa; inscrições abertas

Inscrições gratuitas para turma 2020-2021 seguem até 15 de setembro. Ao todo são 25 vagas.

Por G1 Santarém — Pará

Com o edital do processo seletivo publicado, o programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) segue com as inscrições abertas para o mestrado em educação da turma 2020-2021. São ofertadas 25 vagas, sendo três para servidores da universidade. As inscrições seguem até o dia 15 de setembro.

Veja o edital do mestrado em educação da Ufopa

A área de concentração do programa é "Educação na Amazônia", dividida em três linhas de pesquisa: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia; Conhecimento e Formação na Educação Escolar; e Formação Humana em Contextos Formais e Não-Formais na Amazônia.

O processo de inscrição é gratuito e feito exclusivamente pela internet, na página do Sigaa. Podem se candidatar graduados em curso de nível superior reconhecido pelo MEC ou convalidados no Brasil, além de estudantes no último semestre de graduação.

A seleção terá quatro fases: análise do projeto de pesquisa, prova de conhecimentos e reflexão em educação, análise do currículo comentado e entrevista. O resultado final será divulgado em 14 de novembro e as aulas iniciam em 2 de março de 2020.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Inscrições abertas para a 24ª edição da Feira de Ciência Viva em Uberlândia Podem participar alunos de escolas públicas e privadas na cidade. Objetivo é popularizar a ciência e despertar a curiosidade.

Estão abertas, até o dia 5 de setembro, as inscrições para a 24ª edição da Feira Ciência Viva, que será realizada nos dias 14 e 15 de outubro, das 9h às 12h e 14h às 17h, no Centro de Convivência do Campus Santa Mônica Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O objetivo do evento é popularizar a ciência, despertar a curiosidade e a criatividade dos estudantes pela pesquisa. Poderão participar estudantes da educação básica de instituições de ensino público e privado de Uberlândia e outras cidades.

Os interessados podem se inscrever como feira afiliada, sendo o trabalho automaticamente classificado para apresentação, ou como projeto individual, em que os trabalhos passam por uma pré-seleção.

A UFU também recebe, no mesmo período, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), com temática "Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável", onde outros conteúdos científicos poderão ser apresentados.

Os trabalhos de destaque serão premiados com troféus ou medalhas. Além disso, serão emitidos certificados de participação.

Feira

A Feira Ciência Viva é realizada anualmente desde 1995 e faz parte da programação da SNCT, em Uberlândia, desde 2009. Mais informações pelo e-mail dica.ufu@gmail.com.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

DF : 17 mil estudantes têm dívidas que superam R\$ 400 milhões com Fies Em alguns cursos, a média de débito por aluno ultrapassa os R\$ 30 mil. Prazo para a renegociação está aberto

Mais de R\$ 400 milhões. Este é o tamanho da dívida que estudantes da capital Federal têm com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O número contabiliza todos os débitos de 1999 — quando a versão mais atual do programa foi lançada — até 2019 e deixa o DF como a 6ª unidade da Federação com o maior passivo no Brasil.

Ao todo, são 16.968 contratos, distribuídos entre 95 cursos, com pelo menos 90 dias de atraso. Trata-se do prazo limite para que a inadimplência seja caracterizada pelo Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies).

As estatísticas obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) pela agência

Fiquem Sabendo mostram que o curso com a maior quantidade de endividados no DF é o de pedagogia, com 1.908 estudantes devendo R\$ 33.126.605,05 ao governo; seguido de direito, com 1.765 alunos sem pagar R\$ 60.918.574,92. Quem fecha o pódio são os universitários de administração, com 1.617 inadimplentes e R\$ 31.155.031,99 devidos.

É na área da saúde onde se encontram cursos com maior dívida por estudante, em média. Em medicina veterinária, por exemplo, 30 universitários dividem um débito de R\$ 1.360.563,62, o que dá a alta média de R\$ 45.352,12 por aluno.

Em odontologia, o valor sobe para R\$ 74.764,54 por estudante. Medicina é, por grande margem, o curso com a maior média de déficit por pessoa: apenas 15 pessoas dividem R\$ 3.502.789,30, chegando à impressionante quantia de R\$ 233.519,29 de passivos para cada uma delas.

No Brasil, estão registrados 522.417 contratos inadimplentes, que poderão ser beneficiados com a renegociação do Fies. O saldo devedor que eles acumulam soma mais de R\$ 10 bilhões.

Dificuldades financeiras

Após a conclusão do curso, o estudante tem 18 meses de carência antes de começar a pagar o valor devido. Nesse período, ele quitará, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 150,00, referente ao pagamento de juros incidentes sobre o financiamento.

Formada em Jornalismo, a moradora da Candangolândia Ana Paula Mendes, de 31 anos, conseguiu pagar o valor trimestral durante o período de um ano e meio após a conclusão do ensino superior. No entanto, assim que precisou recompor seu orçamento, foi demitida do emprego e se viu impossibilitada de honrar o compromisso.

“Em 2016, entrei pelo Prouni [Programa Universidade para Todos] e pagava metade. Acho que na época eram R\$ 650, então eu só pagava R\$ 300. Quando concluí o segundo semestre, passei para o Fies, porque era meu pai quem pagava no início e ele ficou sem condições. Ele é catador de material reciclável”, relatou.

Assim que se formou, Ana Paula pagava R\$ 50 a cada três meses. Na segunda metade de 2018, quando precisou pagar R\$ 150,00 por mês, seu contrato de um ano com a creche em que trabalhava como monitora foi encerrado. “Como sabia que iria ficar desempregada, fui lá fazer um novo contrato para tentar pagar mais à frente. Mas falaram que não tinha como e, agora, consto como devedora”, lamentou.

Também endividadas por não conseguir pagar o Fies, as irmãs Sabrina de Brito, 25 anos, e Bruna Iara de Brito, 31, ficaram com os nomes registrados no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) como devedoras após concluírem a faculdade.

Gastrônoma, Sabrina ingressou no curso superior em 2014 e se formou em 2017. Sem bolsa integral, ela ainda pagou uma mensalidade de R\$ 250 durante toda o curso. Agora, já graduada, a jovem não tem salário fixo para quitar a dívida.

“Quando me formei, pagava R\$ 50, a cada três meses. Mas, desde o meio do ano passado para cá, já comecei a ter dificuldade”, contou.

Atualmente, ela trabalha como confeitadeira, mas depende de encomendas para juntar dinheiro ao final do mês. “Eu não tinha muita encomenda no início. Hoje, tenho que pagar R\$ 250 por mês até 2025. Até agora só devo ter pagado três ou quatro prestações”.

Sua irmã, Bruna, passa pela mesma dificuldade. Designer de moda, ela entrou na faculdade em 2010 e concluiu o curso em 2014. Precisando pagar R\$ 95 por mês atualmente, a revisora de texto não tem salário fixo e relata que não sabe quando quitará a dívida com o programa. “No começo, eu estava pagando normal, só que tanto eu quanto a Sabrina não conseguimos emprego. Nós estamos trabalhando como autônomas e o dinheiro não é certo. Tem mês que a gente não recebe nada e ficou um gasto muita alto”, comentou.

Renegociação está aberta

Para aqueles que estão em débito com o Fies, o Ministério da Educação (MEC) lembra que foi prorrogada para 10 de outubro o prazo para a renegociação das dívidas.

A vantagem, segundo o MEC, é que os valores podem ser parcelados por, pelo menos, 48 meses. Antes de abril, quando foi aberto o período para quitar os passivos, só era possível o pagamento à vista.

No entanto, o aluno que pretende participar do acordo precisa preencher alguns requisitos: estar atrelado ao Fies até o segundo semestre de 2017, estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias, ter contratos em fase de amortização, sendo que esses não podem ser objeto de ação judicial.

Para a regularização, a pasta ainda informa que os interessados devem procurar o banco onde o contrato foi assinado. O valor da parcela resultante da renegociação não pode ser inferior a R\$ 200. Há ainda a parcela de entrada. O estudante deverá pagar ou 10% da dívida consolidada vencida, ou R\$ 1 mil, dependendo do que tiver o maior valor.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Weintraub diz que pode desbloquear recursos de universidades

Ministro da Educação disse que o cenário indica a possibilidade de desbloqueio a partir de setembro

O ministro da Educação, Abraham Weintraub disse nesta sexta-feira (16) que o cenário indica a possibilidade de que os recursos contingenciados das universidades podem ser desbloqueados a partir de setembro. De acordo com o ministro, a aprovação da reforma da Previdência cria um ambiente favorável para a retomada da atividade econômica e como consequência o aumento na arrecadação de impostos, o que aliviaria o caixa do governo, permitindo descontingenciar os recursos.

"Desde o primeiro momento a gente falou que contingenciamento não era corte, que a gente ia administrar uma crise herdada por governos passado na boca do caixa e que a previsão era que, caso passasse a reforma da Previdência, provavelmente já em setembro a gente teria um descontingenciamento. Simplesmente eu tô mantendo tudo o que eu estou falando há 120 dias", disse Weintraub.

Parceria

A afirmação foi feita durante coletiva do Ministério da Educação (MEC) para falar

sobre o acordo com instituições de ensino superior de Portugal, para que elas aceitem as notas do Exame Nacional do Ensino Médio como forma de seleção de estudantes brasileiros em seus cursos de graduação.

Andifes

Nesta quinta-feira (15), o ministro se reuniu com reitores da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na ocasião, Weintraub acenou que o repasse no orçamento das universidades e institutos federais começa a ser revertido a partir do próximo mês.

Na ocasião, a Andifes disse que o ministro reconheceu que a situação econômica do país exigiu um contingenciamento que limitou as ações no MEC e nas universidades. "Mas disse também que a arrecadação melhor no mês de agosto, junto com o recebimento de dividendos por parte do Governo Federal, permitirá um desbloqueio a partir do mês de setembro", disse a Andifes em nota.

Bloqueio

Em março, o governo anunciou contingenciamento no orçamento das universidades e institutos federais de educação no montante de R\$ 2 bilhões da verba prevista, o equivalente a 29,74% do total do orçamento anual. Segundo o ministro, o bloqueio da verba foi necessário devido à redução na previsão de crescimento do país este ano. O Orçamento elaborado no ano passado previa um crescimento de 2,5% no ano, o que já foi descartado pelo governo. Além disso, com o recuo da atividade econômica no primeiro semestre, houve uma redução na arrecadação.

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

‘Não tem dinheiro’

Bolsonaro diz que ministros estão apavorados com falta de recursos

BRASÍLIA E RIO

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo federal "não tem dinheiro" e que os ministros estão "apavorados" com a situação. Com um Orçamento estrangulado por despesas obrigatórias, principalmente pagamentos de salários e aposentadorias, os gastos federais com custeio da máquina e investimentos vão atingir o menor valor em dez anos, segundo dados do Tesouro Nacional.

As chamadas despesas discricionárias, que não são de execução obrigatória, chegarão a R\$ 95,4 bilhões no fim de 2019, o que representa o menor valor da série histórica iniciada em 2009.

— O Brasil todo está sem dinheiro. Obrigado pela pergunta. Em casa que falta pão, as pessoas brigam e ninguém tem razão. Os ministros estão apavorados. Não tem dinheiro. Eu já sabia disso. Estamos fazendo milagre, conversando com a equipe econômica. A gente está vendo o que a gente pode fazer para sobreviver — disse Bolsonaro.

IMPACTO NOS SERVIÇOS

O presidente fez a declaração ao comentar a suspensão feita pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 4.500 bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação. Bolsonaro disse que não há "maldade" no corte de gastos e que encontrou o país em situação econômica grave. Ele anunciou que o Exército passará

a dar meio expediente: — O Exército vai entrar em meio expediente, não tem comida para dar para recruta, que é filho de pobre. A situação que encontramos é grave. Não há maldade da minha parte, não tem dinheiro.

A restrição nas contas públicas já tem atingido ministérios, que podem ficar sem dinheiro para serviços e investimentos entre novembro e dezembro. A tendência é de piora em 2020, pois os gastos obrigatórios estão em alta.

A tesourada não atinge o pagamento de salários e aposentadorias, que vão atingir um gasto de R\$ 955,3 bilhões até o fim do ano. São essas as principais despesas do Orçamento Federal. Neste ano, a crise é causada pela lenta recuperação econômica, que frustrou a arrecadação e fez o bloqueio de recursos atingir R\$ 33,4 bilhões. Isso representa 26% de tudo que pode ser cortado.

Como não é possível cortar gastos obrigatórios, os bloqueios atingem custeios e investimentos. O resultado são filas no INSS, problemas de atendimento em agências do trabalhador e corte de terceirizados e na Educação.

Há 1,3 milhão de benefícios com tempo de espera superior a 45 dias no INSS. Além do prazo longo de atendimento, mais de um terço dos servidores do instituto já têm condições de se aposentar.

Na Educação, as universidades federais têm bloqueados R\$ 3,2 bilhões, e o ensino básico, R\$ 1,3 bilhão. No Ministério da Agricultura, segundo fontes, a previsão é que o dinheiro dure até novembro, se não houver liberação de recursos. Até o departamento de defesa agropecuária foi atingido, assim como o Incra e a Conab.

A equipe econômica trabalha para conseguir novas receitas e liberar recursos, na próxima avaliação de despesas e receitas, em setembro.

O governo não pode sair cortando gastos sem critério, sob o risco de afetar o funcionamento da máquina. No Ministério da Saúde, o Farmácia Popular não é gasto obrigatório. Bolsas do CNPq, Capes, Pronatec, emissão de passaportes e a central de atendimento à mulher (o disque 180) também não são consideradas despesas obrigatórias.

Diante desse quadro, o espaço que sobra de dinheiro para custeio da máquina e investimento é menor.

— O investimento é a despesa mais nobre do gasto público. E permite crescer mais à frente, se o gasto foi correto e bem feito. A despesa obrigatória tem de ser contida — disse o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco.

As contas do governo mostram uma queda vertiginosa dos investimentos, que passaram de R\$ 75 bilhões em 2014 para R\$ 42 bilhões no ano passado.

Neste ano, até a última terça-feira, o governo havia desembolsado apenas R\$ 16 bilhões. Os dados foram compilados pelo analista da Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado, Daniel Couri.

— Dentro da despesa discricionária não é fácil cortar, por isso que acaba sendo sempre uma variável de ajuste cortar investimento, porque tem que manter a máquina — disse.

MP DA LIBERDADE ECONÔMICA

Para Vilma Pinto, pesquisadora da FGV, a contenção dos gastos com investimentos pode até afetar o crescimento econômico do país.

— País que não investe não cresce — afirma.

Todo o Orçamento de 2019 foi elaborado no ano passado considerando alta de 2,5% para o PIB. A previsão oficial agora é de 0,8%, em linha com as projeções do mercado. Quando a estimativa de receita cai, o governo tem dificuldades para cumprir a meta fiscal. A deste ano é de déficit de R\$ 139 bilhões.

Ontem, Bolsonaro citou alternativas para aumentar a arrecadação como a medida provisória da Liberdade Econômica (de desburocratização), que foi aprovada na Câmara e depende agora do aval do Senado, privatizações e concessões. Ele também elogiou a reforma trabalhista feita pelo ex-presidente Michel Temer: — A (MP) da Liberdade Econômica, lá atrás o Temer mexeu na CLT, se não tivesse mexido estaríamos pior; privatizando, concessões. O Estado atrapalhando o menos possível — resumiu.

Colaborou Stephanie Tondo

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Enem amplia aceitação em Portugal

Mais quatro instituições portuguesas de ensino superior passam a usar as notas do exame brasileiro em processos seletivos

Outras quatro universidades passaram a fazer parte do Enem Portugal. Com isso, sobe para 41 o número de instituições de ensino superior portuguesas que permitem o uso da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em processos seletivos. O anúncio foi feito na tarde de ontem pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes.

Três instituições possuem sede na capital portuguesa: o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), a Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e o Instituto Politécnico da Lusofonia (Ipluso); já a Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa está localizada na cidade de Oliveira de Azeméis. As universidades de Coimbra, que já recebeu 1.239 alunos, e a do Algarve, com 450, renovaram o convênio.

O Enem Portugal foi criado em 2014, no governo Dilma Rousseff (PT), mediante acordo com as autoridades portuguesas. “O objetivo é inserir o Brasil no contexto do mundo desenvolvido, científico e democrático”, afirmou Weintraub. Cada instituição definirá as regras e os pesos para uso das notas, e o processo é conduzido pela Assessoria Internacional e pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep. A pasta ressalta que os convênios interinstitucionais não envolvem transferências de recursos e não preveem financiamento estudantil pelo governo brasileiro. Em Portugal, todos os estudantes pagam taxas como forma de coparticipação nos custos do ensino, mesmo nas instituições públicas.

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse que há interesse em estender o acesso ao Enem a universidades de outros países, como Espanha e França. “Com o embaixador da Espanha, já começamos a conversar, mas é um processo que ainda demora um pouco, não é imediato.”

Sobre o Enem 2019, Lopes afirmou que não há intercorrência em relação à execução das provas. “Os estudantes podem ficar tranquilos, porque a elaboração do exame está ocorrendo dentro do planejado. Não há nada de errado. Os candidatos que vão fazer prova agora, em 2019, devem saber que essa nota não servirá apenas para universidades no Brasil, mas também para universidades fora do país, no caso Portugal.”

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Inovação na escola

Brenda Silva*

Promover e acompanhar estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFB) no desenvolvimento de aplicativos de impacto social foi o objetivo do programa Startup in School (SiS) Edição Google Brasil, nesta semana. Os jovens também competem por uma vaga na final da hackathon, que ocorre no câmpus do Google for Startups, em São Paulo. Os vencedores receberão uma pré-aceleração na iniciativa. A maratona, que reuniu capacitação de alunos, professores e comunidade em programação e competição, começou em 8 de agosto e termina hoje.

Criado pela Ideias de Futuro, consultoria em inovação social com foco em educação, o programa visa fortalecer a cultura empreendedora tecnológica nas escolas públicas. O projeto existe desde 2014. “Os estudantes constroem startups seguindo uma metodologia, desenvolvem competências empreendedoras, têm aulas de iniciação em programação, criam um protótipo de aplicativo e apresentam as ideias para uma banca de jurados”, explica a diretora-geral e fundadora do programa, Juciara Cruz.

As primeiras edições do SiS ocorreram em 2015, quando o Google premiou e começou a apoiar a ideia. Desde então, mais de mil estudantes, 250 professores, 75 mentores e 100 jurados participaram do programa. A diretora-geral conta que é a primeira vez do SiS em âmbito nacional. Cinco escolas, uma em cada região do país, estão envolvidas. A edição virtual também é a novidade do ano.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

O Brasil todo está sem dinheiro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que o Brasil todo está sem dinheiro e que o governo tem feito o que pode para manter o país. “Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Os ministros estão apavorados. Estamos tentando sobreviver. Não tem dinheiro, e eu já sabia disso. Estamos vendo o que podemos ver para poder fazer expediente”, destacou. Ele disse que a situação é tão grave que a jornada de militares do Exército será reduzida para meio expediente. “Não tem comida para dar ao recruta que é o filho de pobre. E a situação que nos encontramos é grave. Não há maldade da minha parte. Não tem dinheiro, só isso, mais nada.”

As declarações do chefe do Palácio do Planalto foram em resposta à pergunta sobre a

suspensão de novas bolsas, por falta de verbas, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Conselho diz ter um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento deste ano.

Bolsonaro também voltou a atacar o PT e chegou a comparar o Bolsa Família a um tipo de “condução coercitiva”. Segundo ele, o programa era utilizado pelos governos petistas com fins eleitorais, para ganhar votos. Para o chefe do Executivo, “esses que dominaram o país” nos últimos governos, em referência às gestões petistas, não tinham a educação como prioridade, mas, sim, “o título de eleitor (em uma mão), e, na outra, o “cartão de um programa assistencial”. “O que tira a juventude da miséria, ou homem, ou mulher, é o conhecimento. Não são programas sociais que, em alguns casos, são necessários. Até pela idade e pela condição daquela pessoa, mas não podemos crescer pensando nisso”, sustentou.

Na cerimônia do Dia Internacional da Juventude, no Planalto, o presidente aproveitou para engatar um discurso conservador: “Se fossem três, quatro anos atrás, em um evento como esse, talvez tivéssemos dois homens se beijando aqui na frente, estimulando, desacreditando, desconstruindo a heteronormatividade, como está no plano nacional de promoção e cidadania LGBT. Nada contra quem quer ser feliz com o parceiro igual a si, mas não podemos impor isso daí”, criticou.

Cuba também foi alvo das alfinetadas de Bolsonaro. Ele manifestou dúvidas sobre como recuperar a Argentina, que tem, segundo disse, em torno de 60 mil cubanos morando no país. “O Brasil botou em torno de 10 mil (cubanos) fantasiados de médicos aqui dentro, em locais pobres, para fazer células de doutrinação e guerrilha. Tanto que, quando cheguei, eles foram embora, porque eu ia pegá-los”, disparou. “Não sabem responder (sobre aplicação de medicamentos). Estavam aqui doutrinando porque cada cabeça tinha um valor que mandava para Cuba. Davam em torno de R\$ 100 milhões para a ditadura cubana.” (RC)

R\$ 300 milhões

Deficit que o CNPq anunciou que tem no orçamento deste ano

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL

Disciplina nas escolas pode ficar a cargo da PM

Eixo capital

anacampos.df@dabr.com.br

Especialista em educação, o ex-senador Cristovam Buarque (PPS-DF) defende a gestão compartilhada nas escolas públicas, desde que a Polícia Militar não interfira no conteúdo pedagógico e programático. Ele entende que a PM pode contribuir com a disciplina em alguns locais em que os professores e outros alunos estão em risco. “Nossos professores estão sofrendo violência e agressões. Muitas vezes, é caso de solução de especialistas em segurança, não em educação”, acredita.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Mais quatro universidades de Portugal passam a aceitar o Enem na seleção de alunos

Atualmente, 41 universidades portuguesas aceitam o exame

Mais quatro instituições de ensino superior de Portugal firmaram convênio com o MEC (Ministério da Educação) para aceitar os resultados do Enem na seleção de alunos para cursos de graduação. Com isso, 41 universidades portuguesas já aceitam o exame.

Três têm sede na capital do país: o Instituto Universitário de Lisboa, a Universidade Autônoma de Lisboa e o Instituto Politécnico da Lusofonia. Já a Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa está localizada na cidade de Oliveira de Azeméis.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/mais-quatro-universidades-de-portugal-passam-a-aceitar-o-enem-na-selecao-de-alunos.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Resposta

A escolha de Carlos Henrique Sousa para substituir Ricardo Saadi na Superintendência da PF no Rio é um recado da corporação a Jair Bolsonaro. Sousa foi o 02 de Saadi até o início deste ano, e deverá dar continuidade aos trabalhos iniciados pelo colega.

» Aqui não. A interferência de Jair Bolsonaro incomodou, mas o fato de o presidente ter recuado deve pôr água gelada na fervura, apostam nos bastidores.

» Apoio. Paulo Gonet ganhou o apoio de parlamentares evangélicos. Um grupo pediu a Davi Alcolumbre, tido como interlocutor privilegiado, para interceder pelo subprocurador-geral da República com Jair Bolsonaro.

» Afinidade. Apesar de ser católico, deputados evangélicos aprovam o perfil conservador de Gonet. Destacam, ainda, que ele é próximo do procurador regional Guilherme Schelb, indicado pela bancada para o MEC no início do ano.

» Até tu... A bancada do PSL na Câmara também vai ao STF contra o PL de abuso de autoridade, a despeito do acordo do líder do governo com lideranças da Câmara. Por ora, já são 11 deputados que subscrevem o mandado de segurança.

» ...Brutus? Vão ainda gravar um vídeo para as redes sociais contra o projeto, que promete ocupar Bolsonaro nos próximos dias.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Mais 4 faculdades de Portugal usarão Enem

Quatro novas instituições de ensino superior de Portugal fazem acordo com o MEC para usar o Enem na seleção de alunos.

Quatro novas instituições de ensino superior de Portugal assinaram acordo para usar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de selecionar alunos para a graduação. A tradicional Universidade de Coimbra e a do Algarve, as primeiras a firmar parceria desse tipo, também renovaram os convênios com o Ministério da Educação (MEC).

Ao todo, 41 instituições portuguesas usam o Enem. Entre as quatro novas, três têm sede em Lisboa – Instituto Universitário de Lisboa, a Universidade Autônoma de Lisboa e o

Instituto Politécnico da Lusofonia. A quarta nova conveniada é a Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa, em Oliveira de Azeméis.

O convênio das instituições portuguesas com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, órgão ligado ao MEC, completou cinco anos em maio. Ao Estado, Alexandre Lopes, presidente do Inep, disse que, com a renovação dos convênios, o órgão começou também a fazer levantamento de quantos brasileiros estão matriculados nas escolas portuguesas.

A exigência de notas mais baixas do que muitas universidades públicas brasileiras e o custo de vida atrativo em relação ao restante da Europa têm facilitado a migração de estudantes. Até o ano passado, o total era de 1,2 mil brasileiros aprovados para estudar no país europeu.

Critérios. A nota mínima necessária varia de acordo com o curso e instituição, mas a maioria exige 120 pontos na escala portuguesa (de 0 a 200), o que equivale a 600 pontos no Enem. Além disso, a maioria das universidades atribui pesos diferentes às provas do Enem, valorizando o desempenho nas áreas relacionadas às que o aluno quer estudar.

Apesar de serem públicas, as universidades portuguesas cobram anuidade de \approx 1,5 mil a \approx 7 mil (R\$ 6,3 mil a R\$ 29 mil).

Em Portugal, o termo licenciatura se refere aos bacharelados. Mestrados integrados são cursos com cinco anos de duração, como Engenharias e Arquitetura.

topo ↕

ISTOÉ - SP - COMPORTAMENTO

O colapso das universidades

As instituições federais devem parar atividades essenciais em setembro por absoluta carência de recursos. É o resultado das sucessivas tesouradas do governo nas verbas

As universidades federais brasileiras estão à beira de um colapso. Sem recursos financeiros suficientes para manter atividades básicas, em setembro elas devem parar. Após o bloqueio pelo Ministério da Educação (MEC), em abril, de 30% das verbas previstas para custear as instituições, a conta não fecha. Com R\$ 1,8 bilhão em recursos barrados pelo Executivo, não há dinheiro suficiente para pagar serviços essenciais de manutenção das instituições. É o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que está com as contas de água, luz e gás atrasadas há dois meses e não sabe se conseguirá estender o atraso por mais um mês. Se não lograr êxito, as empresas fornecedoras de transporte, limpeza, alimentação e vigilância podem suspender os serviços em agosto. E sem a mínima condição para receber os alunos no Campus, as aulas devem ser suspensas.

O momento da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) também é alarmante. As contas da instituição já vinham sofrendo com a falta de correção inflacionária nos contratos, mas a situação ficou insustentável após os cortes do governo. Não há recursos suficientes para a conta de luz e o ar-condicionado foi desligado em algumas unidades, ficando restrito aos locais cujo equipamento é essencial, como laboratórios de pesquisa. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), assim como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), também não vão conseguir seguir suas atividades se o ritmo de liberação de recursos continuar o mesmo.

“O Estado brasileiro não tem condições

A crise atual na área se agravou com a política do governo de Jair Bolsonaro que usa a educação como um meio para implementar a sua ideologia de controle moral das escolas e universidades. O erro, aqui, é misturar o público com o privado. Por público entende-se oferecer uma educação de qualidade que atenda as necessidades da população, e por privado a visão pessoal e militar do presidente sobre as instituições. Porém, é preciso ser justo. A situação catastrófica do Ministério da Educação não foi criada pelo governo Bolsonaro. O problema fiscal é uma realidade que se arrasta no País há anos e decorre da política econômica dos governos anteriores, principalmente na era petista. Na época, os gastos foram maiores que a receita, o que gerou uma bola de neve fiscal.

Menos bolsas de pesquisa

Isso não legitima, no entanto, as recorrentes manifestações de incompetência do governo para lidar com a crise. Exemplo de ineficácia é a escolha dos responsáveis pela pasta da Educação. O filósofo Ricardo Vélez, que assumiu o ministério logo após a posse de Bolsonaro, se mostrou uma péssima escolha, a ver pelas suas propostas autoritárias e afirmações sobre ser “constitucional” o golpe de 1964. Demitido em abril, sua substituição também não foi uma escolha feliz. O atual ministro da Educação, o economista Abraham Weintraub, especialista em administração e finanças, também deixa a desejar. “O cérebro dele está direcionado para fazer cortes. Ele é competente, mas não tem uma visão ampla sobre a educação”, diz Francisco Borges, consultor da Fundação de Amparo à Tecnologia (FAT). Outra área que está com o sinal amarelo é a de bolsas de pesquisa, que afetam diretamente a rotina universitária. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) suspendeu a concessão de novas bolsas por causa do contingenciamento de verbas federais. De acordo com o órgão, o orçamento para 2019 não paga nem as 84 mil bolsas já concedidas aos pesquisadores.

Apesar de o governo Bolsonaro afirmar a necessidade de o País crescer economicamente com uma política liberal, ele ignora que a produção acadêmica é fundamental para que esse caminho seja percorrido, afinal, as pesquisas são indispensáveis para uma nação deixar o status de “país subdesenvolvido”. Em vez de lidar com a crise atual, o governo quer reinventar a roda lançando uma proposta que está sendo criticada por especialistas e pelo meio acadêmico. O programa “Future-se”, anunciado pelo Ministério e que permanecerá em consulta pública até quinta-feira 15, é exemplo disso. Entre as medidas que propõe, está a venda dos “naming rights” de prédios de universidades para patrocinadores. Além disso, pretende comercializar imóveis da União ociosos e incluir a participação de Organizações Sociais (OS) na gestão de gastos. “Não chamo isso de programa, é uma proposta constrangedoramente rasa”, diz Fernando Cássio, professor de política educacional da Universidade Federal do ABC e colaborador da Campanha Nacional de Direito à Educação. “Tecnicamente é de baixíssima eficácia”, diz ele.

Entre os problemas do projeto apontados pelos estudiosos está o fato de que o arranjo proposto para a participação das Organizações Sociais é questionável. Por lei, cada OS pode administrar somente um contrato, mas a proposta abre brecha para que elas possam gerir vários deles. Outro problema seriam os litígios judiciais dos imóveis

pertencentes às universidades. O “Future-se” prevê que eles sejam colocados em fundos imobiliários, mas na prática isso levaria tempo e não resolveria o caráter emergencial orçamentário enfrentado hoje pelas instituições. Outra questão seriam os Fundos Patrimoniais, que poderiam financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo a partir de doações de empresas. “Isso não acontece da noite para o dia. Além disso, é errado defender essa proposta comparando-nos com os Estados Unidos porque lá a maior parte do dinheiro para pesquisa vem do Estado, não de instituições privadas”, diz Cássio.

Baixa produtividade

Apesar das trapalhadas do Ministério da Educação, algumas medidas levantadas pelo “Future-se” são legítimas. Conectar universidade e mercado, por exemplo, é uma delas. Um estudo apresentado esse ano pelo MEC mostrou que na Coreia do Norte um aluno sai da graduação com a produtividade nove vezes maior que a apresentada quando entrou, enquanto em outros países da Ásia, a proporção é de quatro vezes. No Brasil esse índice é nulo. “Somos o único país em que o ganho é zero depois da graduação. Ou formamos muito mal ou não temos valor para o mercado”, diz Francisco Borges. Para ele, repensar o modelo é necessário, assim como criar uma política melhor de patentes. O problema, porém, é a maneira como o modelo está sendo proposto. “Ocorreu de uma forma extremada e essa é uma postura desse governo. O Future-se é uma grande nuvem de fumaça, não é de um dia para o outro que se articula universidade e mercado. Vai levar uns três ou quatro anos para que isso aconteça”, diz ele.

Outra crítica ao programa é o fato dele não respeitar a autonomia da universidade e o fato de que as medidas propostas já estão sendo desenvolvidas nas instituições. “O Programa foi elaborado pelo MEC sem a necessária interlocução com os reitores ou a comunidade acadêmica”, disse a reitoria da UFRJ em nota, que, assim como outras instituições, se incomodou com o fato do programa ter sido criado sem que reitores ou a comunidade científica tenham sido consultados. Para Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação e Políticas Educacionais da FGV, a crise econômica do País é grave e é legítimo repensar os recursos educacionais com criatividade. A forma, no entanto, teria de ser revista. “A ideia de colocar Organizações Sociais para dialogar com as universidades é positiva, mas não está claro como isso vai acontecer. Essas organizações vão poder contratar professores sem estabilidade?”, questiona ela. “A comunicação do governo é desastrosa e muito agressiva.”

As medidas desencadearam na semana passada protestos por todo o País. Na terça-feira 13, 204 cidades foram palco de manifestantes que foram às ruas protestar contra as políticas educacionais do governo. De acordo com a UNE, estiveram presentes 900 mil pessoas. Entre os participantes, o que se viu foram faixas críticas como “Exterminador do futuro ou enganos do Future-se”. Tratou-se do terceiro ato contra a educação do atual governo. Desta vez, no entanto, diversas bandeiras, não ligadas à educação, se misturaram ao movimento e enfraqueceram o discurso. Como foi o caso da presença da CUT e dos pedidos por “Lula Livre”. Isso nada tem a ver com a pauta da educação. Interesses políticos à parte, a agenda das Universidades é urgente e afeta esquerda e direita. Por isso, urge um discurso menos politizado e mais concreto.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - POLÍTICA

O Exército vai entrar em meio expediente

JAIR BOLSONARO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que os problemas de orçamento do governo

são graves, e a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada dos militares, que trabalhariam durante “meio expediente”. A declaração ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. “O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave”, disse Bolsonaro. Ele fez a afirmação, ao responder perguntas sobre o orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos. Em nota, o Ministério da Defesa informou que ainda trabalha “com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados”, mas estuda alternativas “caso se prolongue o referido bloqueio”. Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas até o dia 30 de setembro, à espera de crédito. O órgão justificou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que busca um crédito suplementar para sanar o rombo.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, afirmou que o problema está “sendo resolvido” e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria “dado a palavra” de que haveria uma solução para o caso. Pontes, contudo, não detalhou como isso se daria. O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país junto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

topo ↕

A CRÍTICA - AM - POLÍTICA

MEC vai liberar recursos

Cenário indica a possibilidade de que os recursos contingenciados das universidades podem ser desbloqueados

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem que o cenário indica a possibilidade de que os recursos contingenciados das universidades podem ser desbloqueados a partir de setembro. De acordo com o ministro, a aprovação da reforma da Previdência cria um ambiente favorável para a retomada da atividade econômica e, como consequência, o aumento na arrecadação de impostos, o que aliviaria o caixa do governo, permitindo descontingenciar os recursos. “Desde o primeiro momento a gente falou que contingenciamento não era corte, que a gente ia administrar uma crise herdada por governos passados na boca do caixa e que a previsão era que, caso passasse a reforma da Previdência, provavelmente já em setembro a gente teria um descontingenciamento. Simplesmente eu tô mantendo tudo o que eu estou falando há 120 dias”, disse Weintraub.

ANDIFES

Na quinta-feira (15), o ministro se reuniu com reitores da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na ocasião, Weintraub acenou que o repasse no orçamento das universidades e institutos federais começa a ser revertido a partir do próximo mês. Na ocasião, a Andifes disse que o ministro reconheceu que a situação econômica do país exigiu um contingenciamento que limitou as ações no MEC e nas universidades. “Mas disse também que a arrecadação melhor no mês de agosto, junto com o recebimento de dividendos por parte do governo federal, permitirá um desbloqueio a partir do mês de setembro”, disse a Andifes em nota.

BLOQUEIO

Em março, o governo anunciou contingenciamento no orçamento das universidades e institutos federais de educação no montante de R\$ 2 bilhões da verba prevista, o equivalente a 29,74% do total do orçamento anual. Segundo o ministro, o bloqueio da verba foi necessário devido à redução na previsão de crescimento do país este ano.

O Orçamento elaborado no ano passado previa um crescimento de 2,5% no ano, o que já foi descartado pelo governo. Além disso, com o recuo da atividade econômica no primeiro semestre, houve uma redução na arrecadação.

CNPQ

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema da falta de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) está “sendo resolvido”. O titular da pasta informou que conversou com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e que ele teria dado resposta positiva.

“Temos uma questão de orçamento que está sendo resolvida. O ministro Onyx Lorenzoni já deu a sua palavra de que isso vai ser resolvido em setembro, em valores para completar esse orçamento”, afirmou, em cerimônia hoje (15) na sede do ministério para lançar a Câmara Agro 4.0. O CNPq é uma das principais instituições de financiamento da pesquisa no país, que custeia dezenas de milhares de bolsas para estudantes, pesquisadores e professores. Em entrevistas, o presidente do órgão, João Luiz Filgueira de Azevedo, afirmou que há um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento da instituição. Segundo Azevedo, o órgão não teria como pagar as bolsas a partir de setembro. O que implicaria no corte dos benefícios para mais de 80 mil pessoas em todo o país, de alunos em programas de iniciação científica a docentes com projetos de pesquisa.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Falta de dinheiro diminuirá expediente dos militares

A dispensa dos soldados, que deverá ocorrer em todo o país, tem como consequência o agravamento do desemprego

Crise O presidente Jair Bolsonaro afirmou, ontem, que os problemas de orçamento do Executivo Federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada de serviço dos militares, que passarão a trabalhar durante “meio expediente”. A fala do presidente ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

“O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave”, disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a uma pergunta sobre o problema de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevista que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas no mês de setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou que trabalha “com a possibilidade de

liberação de recursos contingenciados”, mas que estuda “alternativas caso se prolongue o bloqueio”.

Com parte dos recursos contingenciados, o Exército poderá também ser obrigado a dispensar pelo menos 25 mil dos 80 mil recrutas, no início de outubro, antecipando a primeira baixa, prevista para dezembro.

A dispensa dos soldados, que deverá ocorrer em todo o país, tem como consequência direta o agravamento do quadro de desemprego. A situação é mais grave em cidades do interior em que os jovens dependem do trabalho nos quartéis.

A situação foi discutida na semana passada pelo Alto Comando do Exército em Brasília, com a presença de 16 generais. O presidente Jair Bolsonaro têm sido informado das dificuldades.

A situação no Exército foi agravada com o bloqueio, no primeiro semestre, de R\$ 180 milhões que seriam destinados a despesas. Segundo os militares, a redução contínua no orçamento da Força - neste ano é de R\$ 620 milhões, mesmo valor de 2009 -, futuramente pode comprometer até mesmo gastos do dia a dia, como contas de luz, gás, telefone, combustível e até munição.

A redução do expediente para conter gastos é analisada mas considerada pouco efetiva. Isso porque a economia de um dia parado - R\$ 2 milhões - é pequena diante do montante que a Força precisa para pagar contas.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

Com bloqueio de verba, setores do governo correm risco de paralisia

Uma compressão sem precedentes no Orçamento federal colocou em alerta o governo, que agora monitora o risco de paralisia em programas de ministérios nos próximos meses por falta de dinheiro.

Resultado do estrangulamento de verbas, a liberação de bolsas de estudo já foi suspensa, e atividades da Polícia Federal estão prejudicadas. O Ministério da Economia tenta administrar reclamações feitas pelas pastas, que têm apresentado demandas em busca de mais recursos para evitar um "apagão" em setores da máquina pública.

Enquanto isso, a equipe técnica trabalha na finalização da proposta para o Orçamento de 2020. O primeiro Orçamento elaborado sob a gestão de Jair Bolsonaro (PSL) tende a ser ainda mais apertado que o deste ano.

O Congresso ainda não aprovou o projeto que traz as diretrizes para as finanças públicas no ano que vem. Mesmo assim, o governo terá de apresentar a proposta final para o Orçamento de 2020 nas próximas duas semanas, já que o prazo para envio ao Legislativo vence no próximo dia 31.

Neste ano, a disponibilidade das chamadas despesas discricionárias atingiu o patamar mínimo histórico. São exemplos desses gastos, definidos como não obrigatórios, o custeio da máquina pública e investimentos.

O governo iniciou 2019 com um montante previsto de R\$ 129 bilhões em despesas

discricionárias. Porém, o fraco desempenho da economia e a frustração na arrecadação de tributos levaram a bloqueios de R\$ 33 bilhões nos ministérios.

Com isso, o valor disponível em gastos não obrigatórios caiu para aproximadamente R\$ 97 bilhões, patamar considerado baixo.

Efeitos da limitação de verbas que atingiu a maior parte dos órgãos do governo já começam a ser observados na prática. Nesta quinta (15), o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) anunciou a suspensão de aproximadamente 4.500 bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que seriam distribuídas às universidades.

Nesse primeiro corte, estudantes que já possuem bolsa não devem ser afetados. O órgão afirma, porém, que a partir de setembro não terá mais recursos para pagar as cerca de 84 mil bolsas ativas.

Um dos cortes feitos neste ano atingiu a compra de livros didáticos para escolas públicas. O Ministério da Educação, que sofreu o maior bloqueio, está com R\$ 6,2 bilhões travados e conta com a recomposição dos recursos até o fim do ano para a continuidade de programas.

Na PF, o aperto atinge programas de qualificação, viagens e investigações.

Em São Paulo, um dos maiores centros do órgão, os treinamentos de tiro foram interrompidos. O pagamento de diárias e passagens para os policiais federais também está limitado.

Delegados relatam que bases de inteligência que atuam para reforçar operações, como na repressão ao tráfico de drogas, devem ser reduzidas.

Até agora, operações que envolvem a produção de passaportes estão mantidas. Em 2017, a PF suspendeu a emissão por restrição de verba.

Segundo o Ministério da Justiça, os R\$ 305 milhões disponibilizados para os serviços relacionados a passaportes são suficientes para 2019.

Na área habitacional, construtoras afirmam que R\$ 470 milhões em repasses do programa Minha Casa Minha Vida estão atrasados. Em nota, o Ministério de Desenvolvimento Regional disse que cumpre rigorosamente a destinação dos recursos.

Cálculos da consultoria de Orçamento da Câmara apontam ainda que, fora do Executivo, a Justiça do Trabalho também pode sofrer com a falta de recursos. Os gastos seguem em crescimento mesmo após a reforma trabalhista, que reduziu fortemente o número de ações na área.

Uma das principais bandeiras do ministro da Economia, Paulo Guedes, é a defesa da flexibilização do Orçamento. Ele argumenta que é preciso retirar amarras que levaram as despesas obrigatórias, como Previdência e folha de salários, a superar 90% do total disponível.

Um dos problemas enfrentados pelo governo é o chamado empoçamento de recursos. Apesar da escassez orçamentária, ministérios simplesmente não conseguem executar toda a verba disponível. O dinheiro não pode ser realocado para áreas que precisam de reforço.

Em junho, o empoçamento ficou em R\$ 15 bilhões. O dinheiro sem uso se acumula, principalmente, na Saúde, na Defesa e na Educação, além de emendas parlamentares.

A dificuldade é vista no Ministério da Justiça, responsável pela PF. Enquanto falta orçamento em algumas áreas da pasta, sobram recursos em outras, como no Fundo Penitenciário, que normalmente encerra o ano com sobras orçamentárias que acabam devolvidas ao Tesouro Nacional.

Para membros da área econômica, é pequeno o risco de o país passar neste ano pelo chamado "shutdown", quando a limitação de recursos chega a um nível crítico que leva a uma paralisia geral dos serviços públicos.

Técnicos do Ministério da Economia acreditam que mais órgãos devem suspender serviços sob a alegação de que acabou o dinheiro, mas sem um efeito generalizado na máquina pública.

A preocupação é com a situação a partir de 2020, quando, na avaliação de membros do governo, ministérios podem ficar inviabilizados.

Isso porque, enquanto as despesas obrigatórias seguirão em alta, as discricionárias serão ainda mais comprimidas, já que o país está sob a regra do teto de gastos, que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

[topo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Mais quatro universidades portuguesas vão usar Enem

Quatro novas instituições de ensino superior de Portugal assinaram acordo para usar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de selecionar estudantes para seus cursos de graduação.

As Universidades de Coimbra e do Algarve, que foram as primeiras a firmar parceria para usar o exame, também renovaram os convênios com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Ao todo são 41 instituições portuguesas que usam o Enem. Entre as quatro novas, três têm sede em Lisboa Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), a Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e o Instituto Politécnico da Lusofonia (Ipluso). A quarta nova instituição conveniada é a Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa, em Oliveira de Azeméis.

O programa de convênio com as instituições portuguesas completou cinco anos em maio de 2019. As duas primeiras instituições a assinar o acordo, em 2014, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Algarve, renovaram o convênio.

[topo](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Cuni altera composição para eleger novo reitor

Reitoria disse que alteração da legislação traz segurança jurídica para a escolha do reitor

Para a escolha do reitor e vice-reitor da Universidade Federal de Roraima, no mandato de 2020 a 2023, foi feita uma adequação do colegiado eleitoral constituído especificamente para o processo. O Cuni (Conselho Universitário) alterou, no dia 9 de agosto, a resolução no 015/03 e, a partir de agora, ficará valendo a de no 013/2019, com a nova composição do colegiado.

Como o Conselho Universitário não possui em sua composição o mínimo de 70% de participação de membros dos docentes. A resolução alterada diz que cabe ao Cuni solicitar ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) a indicação dos docentes remanescentes para completar a exigência mínima e assim garantir que o colegiado esteja adequado às normas.

A lista tríplice de candidatos ao cargo escolhida por esse colegiado após indicação da comunidade acadêmica será encaminhada ao Ministério da Educação.

O atual reitor da Universidade Federal de Roraima e Presidente do Conselho Universitário, Jeferson Fernandes, explicou que a adequação traz segurança jurídica ao processo de consulta à comunidade acadêmica que, além do voto dos docentes, deve conter 12% vindo de alunos e 18% dos técnicos administrativos. A consulta contará com uma comissão composta por representantes do Cuni, CEPE, Administração Superior, membros da Seção Sindical dos Docentes da Universidade (Sesduf), técnicos administrativos e Diretório Central dos Estudantes (DCE).

“O resultado dessa consulta volta para o Colegiado Eleitoral e dos indicados serão escolhidos os três nomes que vão ser encaminhados para o MEC com toda documentação exigida por lei, no prazo legal, até o dia 12 de janeiro” disse o reitor.

Jeferson também explicou como eram feitas anteriormente a escolha dos reitores para as Universidades Federais do país. “O Ministério da Educação até 2015 levava em consideração a consulta à comunidade e a escolha era o primeiro nome da lista. A partir de 2019, o MEC exerceu a prerrogativa de nomear um dos nomes da lista tríplice que será encaminhada, portanto só saberemos quem será o reitor em março” esclareceu.

Calendário

Conforme informações do Presidente do Conselho Universitário, Jeferson Fernandes, o calendário até o encaminhamento da lista para o Mec, está sendo cumprido e somente após as etapas de composição da comissão eleitoral é que será possível a divulgação de possíveis candidatos.

“No dia 20 de agosto saberemos os nomes de quem irá compor a comissão eleitoral. Em até três semanas poderão definir como será feita a consulta à comunidade assim como a divulgação de datas das inscrições dos candidatos, dia da votação e regras da campanha de cada chapa. O resultado da decisão do colegiado será divulgado até dezembro. Logo após essa etapa, o Ministério tem até dois meses para analisar e finalmente nomear o reitor” explicou

Entenda o caso

A Legislação determina que as universidades enviem ao governo federal a lista tríplice com os nomes mais votados de candidatos a reitor após consulta à comunidade acadêmica. Por lei, o presidente da República tem autoridade para escolher qualquer nome da lista de candidatos e não o primeiro colocado. Nos últimos anos, as universidades públicas realizavam as eleições abertas nas quais o voto de cada categoria tem peso de um terço do total, processo que de acordo com o Ministério da Educação desobedeceria às orientações da legislação.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós Sistema planejado pela gestão Bolsonaro deve focar em programas de Saúde e Engenharias, não em Humanas, e doutorado terá preferência em relação ao mestrado

BRASÍLIA - O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”.

“Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões.

“Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas - esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.”

As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais - valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação,

integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil. Como funcionam as bolsas de mestrados e doutorados da **Capes**

Distribuição

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Seleção

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Valores das bolsas

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Brasil todo está sem dinheiro e ministros estão apavorados, diz Bolsonaro Segundo o presidente, não há maldade no corte de gastos e que encontrou o país em situação econômica grave

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro disse nesta sexta-feira que o governo federal “não tem dinheiro” e que os ministros estão “apavorados” com a situação. Com um Orçamento estrangulado por despesas obrigatórias, principalmente pagamentos de salários e aposentadorias, os gastos federais com custeio da máquina e investimentos vão atingir o menor valor em dez anos, segundo dados do Tesouro Nacional. As chamadas despesas discricionárias, que não são de execução obrigatória, chegarão a R\$ 95,4 bilhões no fim de 2019, o que representa o menor valor da série histórica iniciada em 2009.

- O Brasil todo está sem dinheiro. Obrigado pela pergunta. Em casa que falta pão, as pessoas brigam e ninguém tem razão. Os ministros estão apavorados. Não tem dinheiro. Eu já sabia disso. Estamos fazendo milagre, conversando com a equipe econômica. A gente está vendo o que a gente pode fazer para sobreviver - disse Bolsonaro.

Impacto nos serviços

O presidente fez a declaração ao comentar a suspensão feita pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 4.500 bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação. Bolsonaro disse que não há “maldade” no corte de gastos e que encontrou o país em situação econômica grave. Ele anunciou que o Exército passará

a dar meio expediente:

— O Exército vai entrar em meio expediente, não tem comida para dar para recruta, que é filho de pobre. A situação que encontramos é grave. Não há maldade da minha parte, não tem dinheiro.

A restrição nas contas públicas já tem atingido ministérios, que podem ficar sem dinheiro para serviços e investimentos entre novembro e dezembro. A tendência é de piora em 2020, pois os gastos obrigatórios estão em alta.

A tesourada não atinge o pagamento de salários e aposentadorias, que vão atingir um gasto de R\$ 955,3 bilhões até o fim do ano. São essas as principais despesas do Orçamento Federal. Neste ano, a crise é causada pela lenta recuperação econômica, que frustrou a arrecadação e fez o bloqueio de recursos atingir R\$ 33,4 bilhões. Isso representa 26% de tudo que pode ser cortado.

Como não é possível cortar gastos obrigatórios, os bloqueios atingem custeios e investimentos. O resultado são filas no INSS, problemas de atendimento em agências do trabalhador e corte de terceirizados e na Educação.

Há 1,3 milhão de benefícios com tempo de espera superior a 45 dias no INSS. Além do prazo longo de atendimento, mais de um terço dos servidores do instituto já têm condições de se aposentar.

Na Educação, as universidades federais têm bloqueados R\$ 3,2 bilhões, e o ensino básico, R\$ 1,3 bilhão. No Ministério da Agricultura, segundo fontes, a previsão é que o dinheiro dure até novembro, se não houver liberação de recursos. Até o departamento de defesa agropecuária foi atingido, assim como o Incra e a Conab.

A equipe econômica trabalha para conseguir novas receitas e liberar recursos, na próxima avaliação de despesas e receitas, em setembro.

O governo não pode sair cortando gastos sem critério, sob o risco de afetar o funcionamento da máquina. No Ministério da Saúde, o Farmácia Popular não é gasto obrigatório. Bolsas do CNPq, Capes, Pronatec, emissão de passaportes e a central de atendimento à mulher (o disque 180) também não são consideradas despesas obrigatórias.

Diante desse quadro, o espaço que sobra de dinheiro para custeio da máquina e investimento é menor.

— O investimento é a despesa mais nobre do gasto público. E permite crescer mais à frente, se o gasto foi correto e bem feito. A despesa obrigatória tem de ser contida — disse o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco.

As contas do governo mostram uma queda vertiginosa dos investimentos, que passaram de R\$ 75 bilhões em 2014 para R\$ 42 bilhões no ano passado. Neste ano, até a última terça-feira, o governo havia desembolsado apenas R\$ 16 bilhões. Os dados foram compilados pelo analista da Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado, Daniel Couri.

— Dentro da despesa discricionária não é fácil cortar, por isso que acaba sendo sempre uma variável de ajuste cortar investimento, porque tem que manter a máquina — disse.

MP da Liberdade Econômica

Para Vilma Pinto, pesquisadora da FGV, a contenção dos gastos com investimentos pode até afetar o crescimento econômico do país.

- País que não investe não cresce - afirma.

Todo o Orçamento de 2019 foi elaborado no ano passado considerando alta de 2,5% para o PIB. A previsão oficial agora é de 0,8%, em linha com as projeções do mercado. Quando a estimativa de receita cai, o governo tem dificuldades para cumprir a meta fiscal. A deste ano é de déficit de R\$ 139 bilhões.

Nesta sexta-feira, Bolsonaro citou alternativas para aumentar a arrecadação como a medida provisória da Liberdade Econômica (de desburocratização), que foi aprovada na Câmara e depende agora do aval do Senado, privatizações e concessões. Ele também elogiou a reforma trabalhista feita pelo ex-presidente Michel Temer:

— A (MP) da Liberdade Econômica, lá atrás o Temer mexeu na CLT, se não tivesse mexido estaríamos pior; privatizando, concessões. O Estado atrapalhando o menos possível — resumiu.

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as

desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais – valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós
Estadão Conteúdo

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**.

Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais – valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica”

na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

[topo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou hoje (16) que os problemas de orçamento do Executivo Federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada de militares, que trabalhariam durante “meio expediente”. A fala do governante ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

“O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar

em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave”, disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a perguntas sobre o problema de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevistas que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou à Agência Brasil que ainda trabalha “com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados”, mas que estuda “alternativas caso se prolongue o referido bloqueio”.

CNPq

Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas no Brasil e no exterior até o dia 30 de setembro à espera de crédito. Na explicação, o órgão informou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que buscava um crédito suplementar para sanar o rombo.

Ontem o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema está “sendo resolvido” e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria “dado a palavra” de que haveria uma solução para o caso com a garantia de recursos. Contudo, Pontes não detalhou como esse acréscimo se daria.

O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O conselho custeia desde alunos em programas de iniciação científica a projetos de pesquisa de professores e pesquisadores em instituições como universidades e centros de pesquisa.

Bloqueios

O contingenciamento total realizado pelo Executivo Federal somou, até julho, R\$ 33,426 bilhões. No mês passado, o governo anunciou novo bloqueio, no valor de R\$ 1,443 bilhão. A previsão inicial era de R\$ 2,252 bilhões, mas houve o uso de uma reserva no valor de R\$ 809 milhões.

topo 

DIÁRIO REGIONAL - RS - TEMPO REAL

Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que os problemas de orçamento do Executivo Federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada de militares, que trabalhariam durante “meio expediente”. A fala do presidente ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

“O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave”, disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a perguntas sobre o problema de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O

presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevistas que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou que ainda trabalha “com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados”, mas que estuda “alternativas caso se prolongue o referido bloqueio”.

Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas no Brasil e no exterior até o dia 30 de setembro à espera de crédito. Na explicação, o órgão informou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que buscava um crédito suplementar para sanar o rombo.

Ontem o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema está “sendo resolvido” e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria “dado a palavra” de que haveria uma solução para o caso com a garantia de recursos. Contudo, Pontes não detalhou como esse acréscimo se daria.

O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O conselho custeia desde alunos em programas de iniciação científica a projetos de pesquisa de professores e pesquisadores em instituições como universidades e centros de pesquisa.

Bloqueios

O contingenciamento total realizado pelo Executivo Federal somou, até julho, R\$ 33,426 bilhões. No mês passado, o governo anunciou novo bloqueio, no valor de R\$ 1,443 bilhão. A previsão inicial era de R\$ 2,252 bilhões, mas houve o uso de uma reserva no valor de R\$ 809 milhões.

topo ↕

GAZETA ONLINE - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Anderson Correia.

Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. "Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará." Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas - esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. "O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional." As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de "humanas puras" serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. "Priorizar uma área não é matar outra."

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

VERBA BLOQUEADA

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

topo ↕

ISTO É DINHEIRO - SP - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais – valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro

"O Brasil todo está sem dinheiro. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave", alertou o presidente

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou nesta sexta-feira (16/08/2019) que os problemas de orçamento do Executivo federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada de militares, que trabalhariam durante "meio expediente". A fala do governante ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

"O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave", disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a perguntas sobre o problema de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevistas que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou à Agência Brasil que ainda trabalha "com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados", mas que estuda "alternativas caso se prolongue o referido bloqueio".

Déficit no CNPq

Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas no Brasil e no exterior até o dia 30 de setembro à espera de crédito. Na explicação, o órgão informou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que buscava um crédito suplementar para sanar o rombo.

Nessa quinta-feira (15/08/2019), o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema está "sendo resolvido" e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria "dado a palavra" de que haveria uma solução para o caso com a garantia de recursos. Contudo, Pontes não detalhou como esse acréscimo se daria.

O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O conselho custeia desde alunos em programas de iniciação científica a projetos de pesquisa de professores e pesquisadores em instituições como universidades e centros de pesquisa.

Bloqueios

O contingenciamento total realizado pelo Executivo federal somou, até julho, R\$ 33,426 bilhões. No mês passado, o governo anunciou novo bloqueio, no valor de R\$ 1,443 bilhão. A previsão inicial era de R\$ 2,252 bilhões, mas houve o uso de uma reserva no valor de R\$ 809 milhões.

topo ↕

MONEY TIMES - TEMPO REAL

Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou hoje (16) que os problemas de orçamento do Executivo Federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a

redução da jornada de militares, que trabalhariam durante “meio expediente”. A fala do governante ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

“O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave”, disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a perguntas sobre o problema de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevistas que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou à Agência Brasil que ainda trabalha “com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados”, mas que estuda “alternativas caso se prolongue o referido bloqueio”.

CNPq

Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas no Brasil e no exterior até o dia 30 de setembro à espera de crédito. Na explicação, o órgão informou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que buscava um crédito suplementar para sanar o rombo.

Ontem o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema está “sendo resolvido” e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria “dado a palavra” de que haveria uma solução para o caso com a garantia de recursos. Contudo, Pontes não detalhou como esse acréscimo se daria.

O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O conselho custeia desde alunos em programas de iniciação científica a projetos de pesquisa de professores e pesquisadores em instituições como universidades e centros de pesquisa.

Bloqueios

O contingenciamento total realizado pelo Executivo Federal somou, até julho, R\$ 33,426 bilhões. No mês passado, o governo anunciou novo bloqueio, no valor de R\$ 1,443 bilhão. A previsão inicial era de R\$ 2,252 bilhões, mas houve o uso de uma reserva no valor de R\$ 809 milhões.

topo ↕

O LIBERAL – SP - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um

algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais – valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá "critérios técnicos". "Quem faz trabalho sério receberá.

Quem não faz e não prestar contas vai receber menos", disse ao Estado. O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País. Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. "Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará." Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas - esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. "O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional." As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de "humanas puras" serão menos beneficiadas.

Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. "Priorizar uma área não é matar outra."

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com

isso, 6.198 bolsas foram canceladas. Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais - valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos. Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma "escolha ideológica" na distribuição de bolsas.

Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos. "É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico", alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. "Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado", afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos.

A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil. Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento. Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos. Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá "critérios técnicos". "Quem faz trabalho sério receberá.

Quem não faz e não prestar contas vai receber menos", disse ao Estado. O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País. Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. "Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará." Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas - esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. "O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional." As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de "humanas puras" serão menos beneficiadas.

Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. "Priorizar uma área não é matar outra."

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com

isso, 6.198 bolsas foram canceladas. Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais - valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos. Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma "escolha ideológica" na distribuição de bolsas.

Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos. "É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico", alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. "Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado", afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos.

A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil. Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento. Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos. Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou hoje (16) que os problemas de orçamento do Executivo Federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada de militares, que trabalhariam durante “meio expediente”. A fala do governante ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

“O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave”, disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a perguntas sobre o problema de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevistas que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou à Agência Brasil que ainda trabalha “com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados”, mas que estuda “alternativas caso se prolongue o referido bloqueio”.

CNPq

Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas no Brasil e no exterior até o dia 30 de setembro à espera de crédito. Na explicação, o órgão informou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que buscava um crédito suplementar para sanar o rombo.

Ontem o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema está “sendo resolvido” e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria “dado a palavra” de que haveria uma solução para o caso com a garantia de recursos. Contudo, Pontes não detalhou como esse acréscimo se daria.

O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O conselho custeia desde alunos em programas de iniciação científica a projetos de pesquisa de professores e pesquisadores em instituições como universidades e centros de pesquisa.

Bloqueios

O contingenciamento total realizado pelo Executivo Federal somou, até julho, R\$ 33,426 bilhões. No mês passado, o governo anunciou novo bloqueio, no valor de R\$ 1,443 bilhão. A previsão inicial era de R\$ 2,252 bilhões, mas houve o uso de uma reserva no valor de R\$ 809 milhões.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós-graduação

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de

mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá “critérios técnicos”. “Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos”, disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. “Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará.” Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas – esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. “O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional.” As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de “humanas puras” serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. “Priorizar uma área não é matar outra.”

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será

liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais – valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma “escolha ideológica” na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

“É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico”, alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. “Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado”, afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Weintraub diz que recursos de universidades podem ser desbloqueados

O ministro da Educação, Abraham Weintraub disse hoje (16) que o cenário indica a possibilidade de que os recursos contingenciados das universidades podem ser desbloqueados a partir de setembro. De acordo com o ministro, a aprovação da reforma da Previdência cria um ambiente favorável para a retomada da atividade econômica e como consequência o aumento na arrecadação de impostos, o que aliviaria o caixa do governo, permitindo descontingenciar os recursos.

“Desde o primeiro momento a gente falou que contingenciamento não era corte, que a gente ia administrar uma crise herdada por governos passado na boca do caixa e que a previsão era que, caso passasse a reforma da Previdência, provavelmente já em setembro a gente teria um descontingenciamento. Simplesmente eu tô mantendo tudo o que eu estou falando há 120 dias”, disse Weintraub.

Parceria

A afirmação foi feita durante coletiva do Ministério da Educação (MEC) para falar sobre o acordo com instituições de ensino superior de Portugal, para que elas aceitem as notas do Exame Nacional do Ensino Médio como forma de seleção de estudantes brasileiros em seus cursos de graduação.

Andifes

Nesta quinta-feira (15), o ministro se reuniu com reitores da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na ocasião, Weintraub acenou que o repasse no orçamento das universidades e institutos federais começa a ser revertido a partir do próximo mês.

Na ocasião, a Andifes disse que o ministro reconheceu que a situação econômica do país exigiu um contingenciamento que limitou as ações no MEC e nas universidades. “Mas disse também que a arrecadação melhor no mês de agosto, junto com o recebimento de dividendos por parte do Governo Federal, permitirá um desbloqueio a partir do mês de setembro”, disse a Andifes em nota.

Bloqueio

Em março, o governo anunciou contingenciamento no orçamento das universidades e institutos federais de educação no montante de R\$ 2 bilhões da verba prevista, o equivalente a 29,74% do total do orçamento anual. Segundo o ministro, o bloqueio da verba foi necessário devido à redução na previsão de crescimento do país este ano. O Orçamento elaborado no ano passado previa um crescimento de 2,5% no ano, o que já foi descartado pelo governo. Além disso, com o recuo da atividade econômica no primeiro semestre, houve uma redução na arrecadação.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro disse hoje que os problemas de orçamento do Executivo Federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada de militares, que trabalhariam durante "meio expediente". A fala do governante ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

"O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar

em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave", disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a perguntas sobre o problema de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevistas que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou à Agência Brasil que ainda trabalha "com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados", mas que estuda "alternativas caso se prolongue o referido bloqueio".

CNPq

Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas no Brasil e no exterior até o dia 30 de setembro à espera de crédito. Na explicação, o órgão informou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que buscava um crédito suplementar para sanar o rombo.

Ontem o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema está "sendo resolvido" e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria "dado a palavra" de que haveria uma solução para o caso com a garantia de recursos. Contudo, Pontes não detalhou como esse acréscimo se daria.

O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O conselho custeia desde alunos em programas de iniciação científica a projetos de pesquisa de professores e pesquisadores em instituições como universidades e centros de pesquisa.

Bloqueios

O contingenciamento total realizado pelo Executivo Federal somou, até julho, R\$ 33,426 bilhões. No mês passado, o governo anunciou novo bloqueio, no valor de R\$ 1,443 bilhão. A previsão inicial era de R\$ 2,252 bilhões, mas houve o uso de uma reserva no valor de R\$ 809 milhões.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá "critérios técnicos". "Quem faz trabalho sério receberá. Quem não faz e não prestar contas vai receber menos", disse ao Estado.

O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País.

Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. "Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará." Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas - esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. "O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional." As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de "humanas puras" serão menos beneficiadas. Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. "Priorizar uma área não é matar outra."

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas.

Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais - valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos.

Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma "escolha ideológica" na distribuição de bolsas. Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos.

"É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico", alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. "Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado", afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total de 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil.

Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento.

Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos.

Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

VERMELHO - TEMPO REAL

Pós-graduandos denunciam governo Bolsonaro por corte de 4.500 bolsas

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) repudiou a suspensão da oferta de cerca de 4.500 bolsas de estudo do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). As bolsas, classificadas de forma oportunista como "ociosas", na verdade podem ser distribuídas entre estudantes de iniciação científica, mestrado e doutorado. O anúncio do corte foi feito nesta quinta-feira (15).

“É necessário apoiarmos todas as iniciativas para pressionar o governo federal e o Congresso Nacional para recomposição do orçamento”, diz a ANPG “É necessário apoiarmos todas as iniciativas para pressionar o governo federal e o Congresso Nacional para recomposição do orçamento”, diz a ANPG

Segundo a ANPG, a crise se deve a “mais um resultado nefasto da política econômica do governo Bolsonaro, capitaneada por seu ministro da Economia, Paulo Guedes, que insiste no desmonte da ciência e tecnologia do País”. Guedes ainda não repassou o orçamento total do CNPq para 2019 – que já estava defasado. Esta é a razão pela qual o órgão não pode liberar bolsas “disponíveis para as universidades efetuarem a indicação de novos estudantes”.

A ANPG lembra que a gestão Bolsonaro/Guedes já havia reduzido consideravelmente o número de bolsas de estudo para a pós-graduação. Nos últimos três meses, a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** cortou mais de 6.500 bolsas. Conforme a ANPG, esses retrocessos evidenciam o “cenário de desmonte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia”, impedem “o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Pós-Graduação (2010/2020)” e inviabilizam “qualquer retomada de crescimento econômico no País”

“Os cortes desestruturam as principais políticas públicas para o fomento da ciência e tecnologia brasileira”, explica a ANPG, em seu site. “Não obstante, assim como anunciado desde o início do ano, o não repasse do crédito suplementar de R\$ 330 milhões acarretará em não pagamento das bolsas vigentes, a partir de setembro, uma vez que o CNPq já utilizou 88% de sua verba total para o ano. Este descalabro afetará mais de 80 mil pesquisadores no Brasil, paralisando milhares de projetos e pesquisas importantes para o desenvolvimento nacional.”

A entidade máxima dos pós-graduandos brasileiros lembra que “não é possível pensar em um desenvolvimento nacional soberano sem investimento na ciência e, por conseguinte, no fortalecimento do CNPq. Fundada em 1951, a agência é um patrimônio do povo brasileiro e, hoje, é um dos principais vetores de fomento à pesquisa científica e tecnológica, assim como para incentivo à formação de pesquisadores brasileiros”.

A ANPG defende que o governo Bolsonaro “cumpra o acordo com o Congresso Nacional e repasse o crédito suplementar, que destina os recursos necessários para o cumprimento do orçamento de 2019 do CNPq. Além disso, é necessário e urgente a reversão total de todas as medidas austeras nos setores da educação e ciência e tecnologia”.

Para defender “a agência, a educação, a ciência e a tecnologia e do Brasil”, a ANPG afirma que “é necessário apoiarmos todas as iniciativas para pressionar o governo federal e o Congresso Nacional para recomposição do orçamento, como o abaixo assinado Somos Todos CNPq, e irmos às ruas no próximo dia 7 de setembro. O dia em que comemoramos a Independência do país também será um dia de resistência e de luta pelo Brasil e pelos brasileiros!”.

Com informações da ANPG

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Weintraub diz que recursos de universidades podem ser desbloqueados

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta sexta-feira (16) que o cenário indica a possibilidade de que os recursos contingenciados das universidades podem ser desbloqueados a partir de setembro. De acordo com o ministro, a aprovação da reforma da Previdência cria um ambiente favorável para a retomada da atividade econômica e, como consequência, o aumento na arrecadação de impostos, o que aliviaria o caixa do governo, permitindo descontingenciar os recursos.

“Desde o primeiro momento a gente falou que contingenciamento não era corte, que a gente ia administrar uma crise herdada por governos passados na boca do caixa e que a previsão era que, caso passasse a reforma da Previdência, provavelmente já em setembro a gente teria um descontingenciamento. Simplesmente eu tô mantendo tudo o que eu estou falando há 120 dias”, disse Weintraub.

Parceria

A afirmação foi feita durante coletiva do Ministério da Educação (MEC) para falar sobre o acordo com instituições de ensino superior de Portugal, para que elas aceitem as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de seleção de estudantes brasileiros em seus cursos de graduação.

Andifes

Nessa quinta-feira (15), o ministro se reuniu com reitores da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na ocasião, Weintraub acenou que o repasse no orçamento das universidades e institutos federais começa a ser revertido a partir do próximo mês.

Na ocasião, a Andifes disse que o ministro reconheceu que a situação econômica do país exigiu um contingenciamento que limitou as ações no MEC e nas universidades. “Mas disse também que a arrecadação melhor no mês de agosto, junto com o recebimento de dividendos por parte do governo federal, permitirá um desbloqueio a partir do mês de setembro”, disse a Andifes em nota.

Bloqueio

Em março, o governo anunciou contingenciamento no orçamento das universidades e institutos federais de educação no montante de R\$ 2 bilhões da verba prevista, o equivalente a 29,74% do total do orçamento anual. Segundo o ministro, o bloqueio da verba foi necessário devido à redução na previsão de crescimento do país este ano. O Orçamento elaborado no ano passado previa um crescimento de 2,5% no ano, o que já foi descartado pelo governo. Além disso, com o recuo da atividade econômica no primeiro semestre, houve uma redução na arrecadação.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

USP critica possível corte de bolsas do CNPq em setembro

Em comunicado, pró reitoria de pós-graduação diz que é "urgente" aumento no orçamento para garantir pagamento de bolsistas até o fim do ano. Ministro Marcos Pontes admitiu risco de bolsas congeladas a partir de setembro.

Por G1 SP

A Universidade de São Paulo (USP) divulgou nesta sexta-feira (16) uma nota classificando como "inadmissível" que jovens pesquisadores sejam penalizados pela

falta de financiamento de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O comunicado foi enviado pela Pró Reitoria de Pós-Graduação da universidade à comunidade acadêmica. No texto, a USP afirma que é "imperativo e urgente que o CNPq tenha seu orçamento suplementado para realizar os pagamentos de seus bolsistas e projetos até o final do ano". Veja abaixo a íntegra da nota.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, afirmou nesta que há risco de que as bolsas do CNPq fiquem sem pagamento já em setembro. Nesta quinta-feira (15), o órgão suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa.

O déficit orçamentário do CNPq é de R\$ 330 milhões, valor necessário para o pagamento das bolsas até o fim do ano. O órgão já usou 88% da verba disponível para pagamento de bolsas de pesquisa em 2019.

Risco de congelamento de bolsas

A afirmação sobre o risco do repasse não ocorrer em setembro foi feita em resposta a uma pergunta durante a coletiva de imprensa após a posse de Darcton Policarpo Damião como diretor interino do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos (SP).

De acordo com Marcos Pontes, há uma negociação com os ministérios da Casa Civil e Economia, mas não há data. Ele disse que a liberação de recursos está na "mão da Economia e também da Casa Civil".

“O Paulo Guedes me explicou que há uma previsão de injeção de verbas vindas de bancos, como a Caixa, e que vai priorizar a nossa demanda. A previsão é que até setembro isso aconteça, mas à frente nós aguardamos acontecer para tranquilizar sobre o assunto. Ainda assim, Paulo Guedes me deu sua palavra e eu confio”, disse.

Durante o evento, Pontes disse ainda que estudava medidas caso a verba não fosse liberada pelas outras pastas e que não há previsão de um orçamento flexível para o próximo ano.

“O orçamento vai continuar apertado e para o ano que vem já estamos nos planejando com base em situações como essa, para que a gente não passe por isso”. O ministro não informou se há previsão orçamentária ou se há risco, por exemplo, de novas reduções no número de bolsas.

Veja a nota da Pró Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo:

"Há anos o CNPq vem perdendo seu protagonismo no cenário da pesquisa nacional por redução contínua do seu orçamento. A irregularidade no financiamento de importantes editais, como os INCTs, Universal, entre outros, tem afetado de maneira drástica a ciência, a tecnologia e a inovação no país. Nos últimos anos, o que se observa é o pagamento parcial de projetos, suspensão de editais ou a aprovação de projetos no mérito, mas sem a liberação de recursos. Desde o início do ano tem sido sinalizado pela agência que seu orçamento não seria suficiente para o pagamento de seus compromissos até o final do ano, e infelizmente, existe a possibilidade que isto se torne realidade a

partir do mês de setembro. Durante este período as iniciativas de recuperação do orçamento foram incapazes de contornar este cenário catastrófico iminente, com consequências dramáticas sobre a ciência e tecnologia do país. Os primeiros reflexos negativos desse cenário já começam a ser notados com a suspensão da indicação de novos bolsistas em 15 de agosto corrente.

É imperativo e urgente que o CNPq tenha seu orçamento suplementado para realizar os pagamentos de seus bolsistas e projetos até o final do ano. É inadmissível que milhares de jovens pesquisadores sejam penalizados pela interrupção do financiamento das inúmeras modalidades de bolsas em andamento.

TODOS os esforços devem ser dirigidos para que essa situação se resolva rapidamente, garantindo a estabilidade do sistema de financiamento à pesquisa no país. O CNPq tem uma importância estratégica no desenvolvimento econômico e social do país, portanto, é imprescindível que tenha condições de reassumir seu protagonismo no financiamento de projetos de pesquisa. Esta ação deve ser acompanhada de maior sinergismo e complementaridade com o financiamento de ações voltadas para a formação de recursos humanos de outras Agências Federais e Estaduais.

O momento é de apoio ao CNPq, na busca de soluções emergenciais e estruturantes, para não comprometermos o desenvolvimento futuro do Brasil."

topo 

G1 - TEMPO REAL

Mais de 40 universidades de Portugal já aceitam o Enem para selecionar estudantes brasileiros

MEC anunciou nesta sexta que mais quatro instituições aderiram ao convênio, fazendo o número subir de 37 para 41 universidades.

O número de universidades portuguesas que aceitam a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ultrapassou a marca de 40. Segundo anunciou o Ministério da Educação nesta sexta-feira (16), quatro novas instituições de ensino superior de Portugal aderiram ao convênio com o governo federal para que estudantes brasileiros possam ser selecionados para cursos de graduação por meio do exame. Assim, o número subiu de 37 para 41.

O Enem 2019 será realizado nos dias 3 e 10 de novembro, e 5 milhões de pessoas estão com a inscrição confirmada, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Universidades de Portugal começaram a aceitar a nota do Enem em 2014 – a primeira instituição a aderir foi a Universidade de Coimbra, em maio daquele ano; em setembro, a Universidade de Algarve também entrou no convênio (veja abaixo a lista completa).

Como fazer faculdade em Portugal com o Enem?

Pelo convênio, cada universidade parceira define qual será a nota de corte do Enem para cada um de seus cursos. Cabe ao Inep conferir os resultados dos brasileiros que pleiteiam uma vaga no exterior.

Até 2018, o Inep estima que pelo menos 1.200 brasileiros já ingressaram no ensino superior em Portugal por meio do programa.

Universidades de Portugal que aceitam o Enem
Universidade de Coimbra (26/05/2014)
Universidade de Algarve (18/09/2014)
Instituto Politécnico de Leiria (24/04/2015)
Instituto Politécnico de Beja (10/07/2015)
Instituto Politécnico do Porto (26/08/2015)
Instituto Politécnico de Portalegre (08/10/2015)
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (09/11/2015)
Instituto Politécnico de Coimbra (24/11/2015)
Universidade de Aveiro (25/11/2015)
Instituto Politécnico de Guarda (26/11/2015)
Universidade de Lisboa (27/11/2015)
Universidade do Porto (09/03/2016)
Universidade da Madeira (14/03/2016)
Instituto Politécnico de Viseu (15/07/2016)
Instituto Politécnico de Santarém (15/07/2016)
Universidade dos Açores (04/08/2016)
Universidade da Beira Interior (20/09/2016)
Universidade do Minho (24/10/2016)
Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário (24/03/2017)
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (05/04/2017)
Instituto Politécnico de Setúbal (05/04/2017)
Instituto Politécnico de Bragança (06/04/2017)
Instituto Politécnico de Castelo Branco (22/05/2017)
Universidade Lusófona do Porto (25/05/2017)
Universidade Portucalense (26/07/2017)
Instituto Universitário da Maia (26/07/2017)
Instituto Politécnico da Maia (06/10/2017)
Universidade Católica Portuguesa (22/01/2018)
Universidade Fernando Pessoa (26/02/2018)
Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (27/04/2018)
Instituto Leonardo da Vinci (27/04/2018)
Escola Superior de Saúde do Alcoitão (23/05/2018)
Universidade Lusíada (23/05/2018)
Universidade Lusíada-Norte (23/05/2018)
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (21/09/2018)
Escola Superior Artística do Porto (29/10/2018)
Universidade Europeia (20/12/2018)
Instituto Universitário de Lisboa (16/08/2019)
Universidade Autónoma de Lisboa (16/08/2019)
Instituto Politécnico da Lusofonia (16/08/2019)
Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa

topo ↕

MSN - TEMPO REAL

MEC usará IDH, nota de curso e área prioritária para conceder bolsas de pós

O governo federal vai mudar o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País. O novo sistema de escolha levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos. Terão prioridade aquelas que se

encaixarem em áreas consideradas estratégicas pela gestão Jair Bolsonaro, como cursos de Saúde e Engenharias. Bolsas de doutorado terão preferência em relação às de mestrado.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. Ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que a distribuição de verba às universidades seguirá "critérios técnicos". "Quem faz trabalho sério receberá.

Quem não faz e não prestar contas vai receber menos", disse ao Estado. O novo sistema de distribuição será anunciado oficialmente no próximo mês, mas as principais linhas foram antecipadas à reportagem pelo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**. Vinculada ao MEC, a **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do País. Para Correia, a inclusão do IDH no cálculo é importante, já que a **Capes** tem função social, de desenvolvimento das regiões. "Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará." Um peso maior para unidades instaladas em regiões mais pobres seria um mecanismo de tentar reduzir as desigualdades, ponderou ele.

Nos outros três aspectos que vão compor o sistema, o foco é investir em quem pode trazer melhores resultados. A ideia é que cursos que receberam notas muito baixas por vários anos não voltem a ter bolsas - esses cursos foram os primeiros penalizados este ano, quando o MEC suspendeu bolsas para cortar gastos. Hoje, a **Capes** avalia os cursos em conceitos de 1 a 7. Programas com avaliação 1 e 2 têm autorizações de funcionamento canceladas.

A opção em concentrar esforços no doutorado, diz ele, mira maior impacto científico. "O mestrado dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional." As áreas estratégicas ainda estão sendo definidas, mas Correia sinalizou que cursos como Medicina, Odontologia, Engenharias e Computação devem estar no grupo considerado prioritário. Já as pesquisas do que ele classifica como de "humanas puras" serão menos beneficiadas.

Nesse grupo, estão Filosofia e Ciências Sociais. "Priorizar uma área não é matar outra."

A gestão Bolsonaro já havia dado sinais de que o investimento em Humanas deixaria de ser prioridade, o que desencadeou críticas da comunidade científica. Em abril, a Associação Brasileira de Antropologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Ciência Política e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em comunicado conjunto, afirmaram que as declarações indicavam desconhecimento sobre a ciência.

Verba bloqueada

Os novos critérios para distribuir bolsas devem ser aplicados já este ano. Weintraub acredita que parte dos recursos bloqueados começará a ser liberado no mês que vem e, até o fim do ano, de 80% a 90% do previsto no orçamento esteja disponível para a pasta. A **Capes** teve R\$ 300 milhões de um orçamento de R\$ 4,25 bilhões bloqueados. Com isso, 6.198 bolsas foram canceladas. Segundo ele, bolsas ociosas vinculadas a cursos de baixo desempenho continuarão congeladas. Mas, se tiveram boa nota ou estiverem em área prioritária, o recurso será liberado.

Reajuste nas bolsas de doutorado

A **Capes** diz que, se o cenário fiscal dos próximos anos permitir, quer ampliar o valor da bolsa de doutorado, cuja média é de R\$ 2,2 mil mensais - valor considerado baixo pelo governo e insuficiente para atrair talentos. Especialistas temem que a inclusão de novos critérios leve a uma "escolha ideológica" na distribuição de bolsas.

Para eles, o País já tem sistema de avaliação da pós-graduação robusto, baseado na qualidade dos cursos. "É importante que nenhuma área seja deixada de fora. Uma preocupação seria com a desassistência às Humanas, que em outros momentos também já foram excluídas, como no programa Ciências sem Fronteiras (criado na gestão Dilma Rousseff, que financiava intercâmbios no exterior). É perigoso que haja direcionamento ideológico", alerta Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Especialistas também questionam o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como critério, já que a maioria das pós estão em áreas em que o indicador é mais alto. "Regiões com IDH muito baixo não têm programas de doutorado", afirma João Cardoso Palma Filho, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ex-presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. E, para ele, se querem priorizar a bolsa para o doutorado, seria preciso mudar a estrutura de pós no País, que exige passagem pelo mestrado. Como o Estado revelou em junho, a Universidade de São Paulo (USP) propôs à **Capes** um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos.

A meta do Plano Nacional de Educação é de formar, até 2024, um total 25 mil doutores por ano no País. Em 2016, esse número foi de cerca de 20,6 mil. Bolsas de mestrados e doutorados são distribuídas pela **Capes** aos cursos de pós-graduação stricto sensu com avaliação igual ou superior a 3. A avaliação da **Capes**, quadrienal, dá nota de 1 a 7 aos programas. Cursos com notas 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento. Hoje, as bolsas são distribuídas às instituições de ensino, que repassam aos alunos por meio de processo seletivo. Os cursos são os únicos responsáveis pela seleção e pela concessão de bolsas aos candidatos que atendam aos requisitos. Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil (mestrado) a R\$ 2,2 mil (doutorado). A **Capes** diz que, se houver folga fiscal nos próximos anos, quer reajustar o valor do auxílio, considerado baixo por especialistas.

Proposta de mudança

A **Capes** pretende levar em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde estão as faculdades e o teor das pesquisas para dar bolsas. Também quer priorizar áreas estratégicas na visão do governo, como Engenharia, e não Filosofia e Sociologia. Especialistas temem direcionamento ideológico.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**Mais quatro universidades portuguesas vão usar Enem para selecionar alunos
Ao todo são 41 instituições portuguesas que usam o exame brasileiro para convocar alunos há cinco anos; confira quais são**

Quatro novas instituições de ensino superior de Portugal assinaram acordo para usar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de selecionar estudantes para seus cursos de graduação. As Universidades de Coimbra e do Algarve,

que foram as primeiras a firmar parceria para usar o exame, também renovaram os convênios com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Ao todo são 41 instituições portuguesas que usam o Enem. Entre as quatro novas, três têm sede em Lisboa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), a Universidade Autônoma de Lisboa (UAL) e o Instituto Politécnico da Lusofonia (Ipluso). A quarta nova instituição conveniada é a Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa, em Oliveira de Azeméis.

O programa de convênio com as instituições portuguesas completou cinco anos em maio de 2019. As duas primeiras instituições a assinar o acordo, em 2014, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Algarve, renovaram o convênio.

Ao celebrar o acordo, a instituição passa a ter acesso facilitado, junto ao Inep, aos resultados dos estudantes que buscam vaga em seus cursos. Cada instituição define as regras e os pesos para uso das notas.

À reportagem, Alexandre Lopes, presidente do Inep, diz que, com a renovação dos convênios, o órgão começou também a fazer um levantamento de quantos estudantes brasileiros já se inscreveram e estão estudando nas instituições portuguesas. “Esse levantamento nunca foi feito e nós vamos iniciar esse trabalho”, disse.

topo 

R7 - TEMPO REAL

Bolsonaro diz que falta de recursos diminuirá expediente dos militares "Não tem comida para dar para o recruta", afirmou o presidente durante cerimônia realizada no Palácio do Planalto

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira (16) que os problemas de orçamento do Executivo Federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada de militares, que trabalhariam durante “meio expediente”. A fala do presidente ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

“O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave”, disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a perguntas sobre o problema de orçamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevistas que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou que ainda trabalha “com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados”, mas que estuda “alternativas caso se prolongue o referido bloqueio”.

Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas no Brasil e no exterior até o dia 30 de setembro à espera de crédito. Na explicação, o órgão informou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que buscava um crédito suplementar para sanar o rombo.

Ontem o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, afirmou que o problema está “sendo resolvido” e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria “dado a palavra” de que haveria uma solução para o caso com a garantia de recursos. Contudo, Pontes não detalhou como esse acréscimo se daria.

O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O conselho custeia desde alunos em programas de iniciação científica a projetos de pesquisa de professores e pesquisadores em instituições como universidades e centros de pesquisa.

Bloqueios

O contingenciamento total realizado pelo Executivo Federal somou, até julho, R\$ 33,426 bilhões. No mês passado, o governo anunciou novo bloqueio, no valor de R\$ 1,443 bilhão. A previsão inicial era de R\$ 2,252 bilhões, mas houve o uso de uma reserva no valor de R\$ 809 milhões.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Mais quatro universidades portuguesas vão usar Enem

As Universidades de Coimbra e do Algarve, que foram as primeiras a firmar parceria para usar o exame, também renovaram os convênios

Quatro novas instituições de ensino superior de Portugal assinaram acordo para usar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de selecionar estudantes para seus cursos de graduação.

As Universidades de Coimbra e do Algarve, que foram as primeiras a firmar parceria para usar o exame, também renovaram os convênios com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Ao todo são 41 instituições portuguesas que usam o Enem. Entre as quatro novas, três têm sede em Lisboa - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), a Universidade Autônoma de Lisboa (UAL) e o Instituto Politécnico da Lusofonia (Ipluso).

A quarta nova instituição conveniada é a Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa, em Oliveira de Azeméis.

O programa de convênio com as instituições portuguesas completou cinco anos em maio de 2019. As duas primeiras instituições a assinar o acordo, em 2014, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Algarve, renovaram o convênio.

Ao celebrar o acordo, a instituição passa a ter acesso facilitado, junto ao Inep, aos resultados dos estudantes que buscam vaga em seus cursos. Cada instituição define as regras e os pesos para uso das notas.

À reportagem, Alexandre Lopes, presidente do Inep, diz que, com a renovação dos convênios, o órgão começou também a fazer um levantamento de quantos estudantes brasileiros já se inscreveram e estão estudando nas instituições portuguesas. "Esse levantamento nunca foi feito e nós vamos iniciar esse trabalho", disse.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Com novos convênios, 41 universidades portuguesas aceitam o Enem

O Ministério da Educação (MEC) informou hoje (16) que mais quatro instituições de ensino superior de Portugal firmaram convênio com a pasta para aceitar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de seleção de estudantes brasileiros em seus cursos de graduação. Com isso, 41 universidades portuguesas já aceitam o exame como mecanismo de admissão.

"O jovem brasileiro que vai fazer a prova do Enem em 2019 tem que saber que, além das universidades públicas e privadas brasileiras, a prova também pode ser utilizada para acessar o ensino superior português. Essa é uma oportunidade para o jovem brasileiro que queira estudar fora", disse o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Alexandre Lopes, fala à imprensa, durante entrevista sobre o Enem Portugal. - Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Segundo Lopes, os interessados podem acessar a página do Inep e conhecer as instituições portuguesas que já firmaram convênio. Após o resultado do exame, em janeiro, os estudantes podem procurar as universidades que têm critérios de admissão específicos.

"Ele [o estudante] não vai precisar fazer novas provas. Ele vai apresentar outros tipos de documentações ou exigências da universidade. A proficiência foi medida pelo Enem", destacou o presidente do Inep.

Os convênios interinstitucionais não envolvem transferência de recursos e não preveem financiamento estudantil por parte do governo brasileiro. Além disso, a revalidação de diplomas e o exercício profissional no Brasil dos estudantes que cursarem o ensino superior em Portugal estão sujeitos à legislação brasileira aplicável à matéria.

Casos de xenofobia

Durante anúncio dos novos convênios, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi questionado sobre casos de xenofobia que estudantes brasileiros têm sofrido por portugueses em razão de ocuparem vagas nas universidades do país.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub. - Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência

Há cerca de três meses, estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa se queixaram de discriminação ao encontrarem, na entrada da instituição, uma caixa de pedras e uma placa onde se lia "grátis para atirar em um zuca", termo pejorativo usado para se referir a brasileiros.

"Eu vejo Portugal como um estado democrático, funcional e onde qualquer ação de xenofobia, racismo, o estudante pode procurar as autoridades portuguesas e também brasileiras e entrar com uma ação", disse Weintraub que afirmou já ter tratado do assunto com a Embaixada de Portugal.

Convênio

Os convênios com instituições de ensino superior portuguesas tiveram início em 2014, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, quando as universidades de Coimbra e Algarve assinaram acordo com o MEC aceitando o exame como forma de admissão. Segundo o ministério, desde o início do convênio, Coimbra recebeu 1.239 alunos e a Universidade de Algarve, 450.

Das 41 instituições, três têm sede na capital do país: o Instituto Universitário de Lisboa, a Universidade Autônoma de Lisboa e o Instituto Politécnico da Lusofonia. Já a Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa está localizada na cidade de Oliveira de Azeméis.

Segundo o MEC, a intenção é expandir os convênios para outros países. O presidente do Inep disse que existem tratativas com instituições da França e da Espanha, mas ainda não há previsão de um acordo final.

"Há, sim, o interesse de ampliar para outros países, já começamos contatos, mas ainda é muito incipiente. Acreditamos que vai ser possível, só que isso é um processo que demora um pouco, que não é imediato", disse Lopes que aproveitou para afirmar que o cronograma do Enem está em dia.

"A elaboração do Enem está ocorrendo dentro do planejado, dentro do cronograma. Não tem ocorrido nenhum tipo de problema para o Enem, os estudantes podem ficar tranquilos com relação a isso", disse.

topo ↕

TWITTER - TWEET

Todas as bolsas...

Michael Myers

@EduardoBonJovi

Seguir Seguir @EduardoBonJovi

Mais

Todas as bolsas CNPq canceladas, quase todas as bolsas **capes** cortadas. Queria ver a reação dos meus ex-professores defensores do governo ameba Bolsonaro

FOLHA DE LONDRINA - PR - TEMPO REAL

476 pesquisadores financiados pelo CNPq na UEL podem ficar sem bolsa

O orçamento confirmado de 2019 para o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) não será suficiente para a manutenção das bolsas de pesquisa pelo País. A UEL (Universidade Estadual de Londrina) afirma que 476 pesquisadores serão comprometidos após o anúncio do CNPq nesta quinta-feira (15) da suspensão da indicação de bolsistas para Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Graduação.

O dinheiro para o CNPq vem do Ministério da Ciência e Tecnologia, que, em 2019, investiu R\$ 800 milhões. O valor não seria suficiente para manter as bolsas de pesquisa, que vão de R\$ 400 até R\$ 1.500 por mês. Segundo a UEL, o corte equivale a R\$ 260 mil por mês a menos em recursos financeiros para manter atividades científicas da universidade.

As bolsas vigentes serão mantidas apenas até este mês, com pagamentos referentes no mês de setembro. Depois, sem investimentos, é possível que pesquisadores paralitem seus projetos, como argumenta o presidente da Anpoll (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística) e professor da UEL, Frederico Fernandes. “Demanda um trabalho muito grande, não sei se esses pesquisadores continuarão no projeto. Isso é muito sério e a Anpoll está preocupada. Com esses cortes, pesquisas e projetos em andamento correm o risco de parar e trazer um impacto grande para a sociedade”, disse.

Entre os prejudicados da UEL estão 128 professores que recebem Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Já para alunos, a maior quantidade de bolsas encerradas na Iniciação Científica e Tecnológica destinadas à UEL são para as Ciências Biológicas (57), seguidas de Ciências da Saúde (48), Ciências Humanas (43), Ciências Agrárias (41), Ciências Exatas e da Terra (42), Ciências Sociais Aplicadas (37), Linguística, Letras e Artes (17) e Engenharias (13), de acordo com dados da PROPPG (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação).

Arthur Mesas, pró-reitor de pesquisa e graduação, explica que ainda há outras 49 bolsas de Iniciação Científica Júnior (para estudantes secundaristas de colégios públicos) serão afetadas: Biológicas (8), Saúde (8), Humanas (8), Exatas e da Terra (7), Agrárias (7), Sociais Aplicadas (6), Linguística, Letras e Artes (3) e Engenharias (2).

Para Fernandes, o corte das bolsas pode ser o prenúncio de uma situação mais grave: o fim da agência. Fernandes comenta que nas conversas de bastidores se fala em fechamento do CNPq, já que, de 10 mil funcionários, a agência estaria funcionando com cerca de 250, o que tornaria o trabalho inoperante e insuficiente.

A falta de investimento para agências de fomento científico já vinha desde o governo de Michel Temer (MDB) segundo Fernandes, o que sinalizava a possibilidade da junção das duas principais agências: o CNPq e a **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. “Isso assusta muito porque as duas agências têm papéis distintos, uma é mais voltada para a formação de pessoal e a outra é voltada para setores estratégicos da pesquisa.

A fusão com a **Capex** não é oficial, mas para Fernandes, pode ser um primeiro passo para isso, já que as novas contratações de bolsas nacionais do CNPq não serão feitas porque a agência não tem condições orçamentárias para assumir o compromisso. “A única possibilidade seria uma ação direta do presidente Jair Bolsonaro, mas não há nada no horizonte de que ele poderia fazer algum aporte para a sobrevivência e manutenção da agência”, afirma.

IMPACTOS NOS PESQUISADORES

Dados do CNPq de 2015 mostram que as Engenharias e Ciências Exatas são a maior parte dos investimentos da agência no País. No ano passado, as universidades estaduais do Paraná divulgaram um levantamento mostrando que 18 periódicos científicos foram publicados pelo CNPq além de 1.744 bolsas de Iniciação Científica e 377 de Iniciação Tecnológica e Industrial para o Estado.

Gustavo Nicola Tibério, 19, pesquisa a produção de um novo biomaterial que reutiliza

plástico e resíduos agroindustriais. Sem a bolsa, ele conta que teria familiares para apoio financeiro para que ele conseguisse seguir com o projeto. "Mas não é como eu gostaria, além de me manter, eu usava o dinheiro da bolsa para comprar materiais para conseguir dar continuidade ao projeto. Provavelmente a pesquisa vai demorar muito mais tempo do que seria necessário, até porque eu não poderei mais me dedicar totalmente ao laboratório", disse.

Bolsista do CNPq pela Iniciação Tecnológica na UEL, Tibério conta que leva tempo pedidos de material e licitações para produtos de pequena quantidade necessários ao laboratório. "Então utilizamos dinheiro da bolsa para alguns materiais necessários no dia a dia", conta.

"Meu orientador recebeu e-mail de um dos responsáveis do programa falando sobre a possível suspensão das bolsas", conta. Para quem já possui a bolsa, como é o caso de Tibério, que já recebe do CNPq há seis meses, o dinheiro virá até setembro. Depois, dependerá do CNPq. "Nós já estamos bem desacreditados que as bolsas serão liberadas devido à postura do governo federal em relação à tecnologia e ciência quando falamos principalmente de universidade pública", lamenta.

Outra estudante de Ciências Sociais da UEL que começou a pesquisa sobre os desafios do programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza pela UEL conta que provavelmente não poderá continuar o projeto sem a bolsa. Residindo na Moradia Estudantil da UEL, a única renda que ela teria viria do CNPq. "O dinheiro que eu tinha para sobreviver na universidade antes disso era um dinheiro que eu vinha guardando, a quebra dessa bolsa vai prejudicar tanto a minha pesquisa, que seria de relevância, quanto para eu continuar a faculdade. Não sei como vai ser, vou continuar até ter resposta da CNPq", disse.

Outra opção para ela será buscar outras agências de fomento. "A gente já sabe que a faculdade não tem muitas bolsas e as poucas que tinham já estão sendo canceladas. É preocupante tanto para o futuro da pesquisa quanto para minha permanência na faculdade".

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, declarou em entrevista coletiva durante solenidade nesta quinta-feira (15) na sede do ministério que a situação do corte das bolsas "está sendo resolvida" e que há negociações com a Casa Civil em andamento.

Enquanto isso, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) movimenta uma petição com quase 130 mil assinaturas para cobrar investimentos no CNPq. A ideia é que o abaixo-assinado seja enviado à Câmara e ao Senado para pressionar o governo a reverter o investimento para a ciência.

BOLSAS DE RESIDÊNCIA

As universidades estaduais ainda têm um outro imbróglio: as bolsas de residência. Ainda nesta sexta-feira (16) uma reunião no HU (Hospital Universitário) debaterá o pagamento dos residentes da UEL. Isso porque, segundo a universidade, a Sefa (Secretaria Estadual da Fazenda) recusou a pagar os salários dos bolsistas se as residências não fossem retiradas da folha de pagamento – há dois dias para o prazo final

de depósito dos salários - o que obrigou as universidades a alocarem recursos internos para fazer os pagamentos em dia.

(Atualizada às 15h29)

topo ↕

FOLHA MT - NOTÍCIAS

Professores de matemática podem se inscrever em mestrado profissional gratuito Pós-graduação semipresencial é destinada a profissionais da rede pública de ensino; USP sedia polos em São Carlos e São Paulo

O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) está com inscrições abertas até dia 16 de setembro. Ele é direcionado a professores de matemática do ensino básico, especialmente profissionais de escolas públicas, um programa de pós-graduação semipresencial e gratuito. O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, é um dos polos do programa e oferece 15 vagas para a turma de 2020, com aulas às sextas-feiras, nos períodos da manhã e da tarde. Já a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, em São Paulo, oferece 20 vagas.

A taxa de inscrição é de R\$ 76 e deve ser paga, exclusivamente, por meio de boleto bancário, emitido no momento do preenchimento do formulário de inscrição disponível no site do programa.

O processo seletivo é realizado via Exame Nacional de Acesso (ENA), que ocorrerá sábado, dia 19 de outubro, das 14 às 17 horas. A prova será composta de 30 questões de múltipla escolha, com o objetivo de avaliar os conhecimentos algébricos, numéricos, geométricos, de estatística e probabilidade dos candidatos. Para mais informações sobre o processo seletivo e os documentos necessários, acesse as informações disponibilizadas no site do ICMC.

Sobre o PROFMAT

Coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática, o PROFMAT é reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) com nota 5, que é a nota máxima para programas de mestrado. Realizado por uma rede de instituições de ensino superior, o programa oferece 1,8 mil vagas em todo o País.

Na USP, o PROFMAT é de responsabilidade do ICMC e está sob coordenação da professora Ires Dias, disponibilizando atividades em três polos: São Carlos, no próprio ICMC; São Paulo, na EACH, e Ribeirão Preto, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLRP).

Marília Calábria/Assessoria de Comunicação do ICMC

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Os 20 anos da Plataforma Lattes

Em artigo para o Jornal da Ciência, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, discorre sobre o histórico da Plataforma e informa que um Plano de Modernização está sendo trabalhado pela Comissão para Avaliação da Plataforma Lattes

Neste dia 16 de agosto, celebramos um marco histórico para o Sistema Nacional de

Ciência e Tecnologia. Há exatos 20 anos, o CNPq lançava, de forma pioneira, a Plataforma Lattes, criando um inovador ambiente virtual de banco de dados de pesquisadores e da produção científica brasileira, que levaria a um aprimoramento urgente e importante do fomento da agência.

A Plataforma Lattes surgiu em um contexto em que a internet ainda dava seus primeiros passos no Brasil. Era o final da década de 80 e o CNPq contava com poucos milhares de currículos, que eram recebidos e arquivados em papel. Nessa época, o CNPq já disponibilizava às universidades e instituições de pesquisa do país, por meio da rede BITNET, precursora da Internet no Brasil, buscas sobre a base de currículos de pesquisadores brasileiros.

No início dos anos 90, o CNPq desenvolveu formulário eletrônico para a captação de dados curriculares para o Sistema Operacional DOS, denominado BCUR. Os pesquisadores preenchiam o formulário e o enviavam em disquete ao CNPq, que os carregava na base de dados. Faltava, ainda, um sistema on line que integrasse os diversos formulários que os pesquisadores preenchiam à época e minimizasse o trabalho dos pesquisadores. Para a criação desse novo sistema, juntaram-se ao CNPq, os grupos universitários Stela, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, e C.E.S.A.R, da Universidade Federal de Pernambuco, além da empresa Multisoft e técnicos das Superintendências de Informática e Planejamento.

Após várias conversas, o então Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos Bresser Pereira, apoiou a ideia, e o novo sistema foi lançado com o nome de um dos maiores cientistas brasileiros, o físico Césare Mansueto Giulio Lattes, mais conhecido como César Lattes. A Plataforma Lattes logo gerou interesse internacional e o CNPq passou a licenciar gratuitamente o software e fornecer consultoria técnica para a implantação do Currículo Lattes nos países da América Latina. Assim, o Currículo Lattes foi implantado em países como Colômbia, Equador, Chile, Peru, Argentina, além de Portugal, Moçambique e outros que se encontram em processo de implantação.

Atualmente, com mais de 6 milhões de currículos cadastrados, a Plataforma Lattes é mais que um grande banco de currículos. Integrada aos Diretórios dos Grupos de Pesquisa e de Instituições, ela oferece um grande potencial para ganhar novos patamares com a possibilidade de oferecer informações mais organizadas; gerar indicadores que podem contribuir na formulação de políticas públicas; e concentrar uma base de dados da expertise nacional.

Ao longo desses 20 anos, foram feitos aprimoramentos como a integração com outras bases para verificação de informações: Receita Federal, Web of Science, INPI, Ministério do Meio Ambiente, Scielo, Scopus, entre outros. Além da implantação em curso de integrações com SIAPE, ORCID, IBICT. Além disso, várias adequações já foram feitas para melhor atender às necessidades da comunidade científica: a inclusão do nome social, informação sobre andamento de patentes e atuação em projetos de ensino e, em breve, a inclusão da data de nascimento dos filhos.

Muitas são as aplicações que as informações geradas pela Plataforma Lattes podem proporcionar. Em 2018, o CNPq realizou a primeira edição da ExpoLattes, uma reunião de iniciativas que promovem soluções tecnológicas desenvolvidas ou resultantes do acesso a informações da base de Currículos Lattes. Foi uma oportunidade de conhecer

aplicações para a produção de informações estruturadas por meio de rotinas dinâmicas para subsidiar o processo de tomada de decisão, na integração com sistemas institucionais e na aplicabilidade à pesquisa e à atividade científica. Foram apresentadas soluções pensadas por grupos de diversas instituições de ensino e de pesquisa que podem contribuir para construção de análises, mapeamento de competências em CT&I e tantas outras possibilidades.

Atualmente, um Plano de Modernização da Plataforma está sendo trabalhado pela Comissão para Avaliação da Plataforma Lattes e, no último dia 7, o CNPq oficializou, junto com CAPES, CONFAP, IBICT, Scielo e RNP, o Consórcio Nacional em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (CONNECTI), uma plataforma de integração de dados, tendo a Plataforma Lattes como uma das grandes protagonistas. Não seria demais dizer, portanto, que a Plataforma Lattes é um importante patrimônio da ciência brasileira e celebrar sua criação é, também, lembrar da capacidade do Brasil de ser uma grande potência científica, com protagonismo mundial, se tivermos o investimento necessário.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Fórum de Editores Científicos questiona metodologia da Capes

“Até quando discutiremos classificações que pouco contribuem para avaliar a qualidade real da produção de conhecimento?”

Em sua mais recente reunião, realizada no dia 7 de agosto, o Fórum de Editores Científicos da Fiocruz debateu a proposta da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para classificação das revistas no Qualis Periódicos. A nova metodologia – que tem como base uma única classificação de referência para cada periódico (Qualis Único) – é questionada por membros do Fórum, na medida em que há diferenças significativas entre as áreas de produção e difusão do conhecimento. Estas e outras ponderações foram sistematizadas numa carta aberta, assinada por quatro revistas científicas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Além da fundamentação crítica à proposta do Qualis Único, os editores manifestam sua preocupação no que diz respeito à falta de debate e transparência para a definição dos critérios. “Essa classificação foi divulgada sem ser acompanhada pelos dados originais, impossibilitando, portanto, a análise aprofundada e comparada dos resultados da aplicação da metodologia entre áreas distintas”, escrevem.

Eles lembram, ainda, que há diversas partes interessadas nos indicadores de avaliação da pesquisa, dado seus efeitos diretos sobre o financiamento de programas de pós-graduação e das revistas científicas. Neste sentido, criticam a adoção de modelos que se espelham em políticas de países do Hemisfério Norte, e não devem ser aplicadas diretamente ao Brasil.

No documento, os membros do Fórum reiteram as críticas aos indicadores bibliométricos, tratadas por pesquisadores de vários países em importantes guias da avaliação científica – a San Francisco Declaration on Research Assessment (Dora) e o manifesto de Leiden -, destacando “(...) o fator de impacto pode ser manipulado; mesmo dentro da mesma revista, os artigos têm número citações extremamente variado”.

Num cenário de crise, em que o próprio valor do conhecimento científico tem sido alvo

de ataques, ao mesmo tempo em que as áreas de pesquisa e educação sofrem cortes sucessivos de recursos, os signatários da carta questionam: “Até quando ficaremos discutindo classificações que pouco contribuem para avaliar a qualidade real da produção de conhecimento?”.

Agência Fiocruz

topo ↕

UFMS - TEMPO REAL

CPAN recebe doutorando da Universidade de Kentucky

Parte do Acordo de Cooperação firmado entre a UFMS e a Universidade de Kentucky para o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Sistemas fluvial avulsivos e sua relação com as inundações e dinâmica hídrica do pantanal sul-mato-grossense”, o Câmpus do Pantanal (CPAN) recebeu nos meses de junho e julho o geólogo e doutorando do Department of Earth and Environmental Sciences, da Universidade de Kentucky, Edward Lo.

Aprovado pelo CNPq, sob a coordenação do professor Aguinaldo Silva, o projeto pretende estudar a dinâmica hídrica do Pantanal Sul-mato-grossense considerando as características geomorfológicas e evolutivas do sistema. A proposta visa a integração de pesquisadores da UFMS com outras instituições do Estado e também com UNESP, UEM e com a Universidade de Kentucky/EUA, como também a qualificação de estudantes de pós-graduação para lidar com tema tão complexo como o estudo da dinâmica hídrica em planícies aluviais alagáveis (wetlands), com inundações frequentes e de grande magnitude.

No CPAN, o doutorando Edward Lo desenvolveu suas atividades no Laboratório de Estudos Socioambientais e também realizou trabalho de campo para coleta de amostras de sedimentos e água nos principais rios da Bacia do Alto Paraguai.

Durante o trabalho de campo, Edward Lo percorreu mais de 5.500 km e coletou aproximadamente 100 amostras. Essa é a primeira etapa da tese do doutorando intitulada “source-to-sink sediment processes in a back-bulge basin”, orientada na Universidade de Kentucky pelo Professor Michael M. McGlue e co-orientado no Brasil pelo professor Aguinaldo Silva (CPAN).

Doutorando Edward Lo e o professor Aguinaldo Silva

“O objetivo da pesquisa, que tem como área de estudo o Planalto e a Planície da Bacia do Alto Paraguai, é determinar a origem dos sedimentos depositados na planície pantaneira e avaliar a transição entre o ambiente terrestre e aquático. A geração, transporte, deposição, e armazenamento de sedimento serão alvos deste estudo. Os resultados podem ser aplicados para diferenciar entre mudanças naturais e antrópicas, refinar modelos de sedimentação, e interpretar o acervo geológico, que contém sinais de mudanças tanto climáticas quanto tectônicas”, explica o professor Aguinaldo.

O doutorando teve aprovado, para 2020, bolsa de doutorado sanduíche no Brasil pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e National Science Foundation (NSF), no âmbito do Programa **Capes-NSF Grow**.

“As atividades de pesquisa serão conduzidas sob supervisão da UFMS, contribuindo

para o intercâmbio educacional, científico e tecnológico entre instituições brasileiras e norte-americana”, completa o professor.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Mais quatro universidades portuguesas vão usar o Enem para selecionar alunos Primeiros convênios foram firmados em 2014, já são 41 instituições de Portugal que aceitam o exame

SÃO PAULO - Quatro novas instituições de ensino superior de Portugal assinaram acordo para usar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de selecionar estudantes para seus cursos de graduação. As Universidades de Coimbra e do Algarve, que foram as primeiras a firmar parceria para usar o exame, também renovaram os convênios com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Ao todo são 41 instituições portuguesas que usam o Enem. Entre as quatro novas, três têm sede em Lisboa - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), a Universidade Autônoma de Lisboa (UAL) e o Instituto Politécnico da Lusofonia (Ipluso). A quarta nova instituição conveniada é a Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa, em Oliveira de Azeméis.

O programa de convênio com as instituições portuguesas completou cinco anos em maio de 2019. As duas primeiras instituições a assinar o acordo, em 2014, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Algarve, renovaram o convênio.

Ao celebrar o acordo, a instituição passa a ter acesso facilitado, junto ao Inep, aos resultados dos estudantes que buscam vaga em seus cursos. Cada instituição define as regras e os pesos para uso das notas.

Ao Estado, Alexandre Lopes, presidente do Inep, diz que, com a renovação dos convênios, o órgão começou também a fazer um levantamento de quantos estudantes brasileiros já se inscreveram e estão estudando nas instituições portuguesas. "Esse levantamento nunca foi feito e nós vamos iniciar esse trabalho", disse.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz que ‘todos os sinais estão corroborando’ para desbloqueio de recursos

No entanto, o ministro Abraham Weintraub diz que não fala em nome do governo
BRASÍLIA - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou na tarde desta sexta-feira que “todos os sinais estão corroborando” para que exista um desbloqueio de recursos no orçamento da pasta. Weintraub disse que os sinais econômicos estão sendo positivos e que mantém o que vem falando desde abril.

- Acho que tá se materializando, não tô falando em nome do governo que o descontingenciamento tá vindo, todos os sinais tão corroborando que o cenário é esse e a gente vai conseguir atravessar esse ano.

O ministro afirmou que o bloqueio de recursos aconteceu por conta do crescimento mais baixo este ano, o que gerou uma arrecadação de impostos menor. Ele criticou a imprensa ao dizer que várias matérias “falavam que ia ter interrupção no serviço”.

- Ao contrário da várias matérias, não vou falar de quem, que falavam que ia ter interrupção no serviço, que ia ser o caos, não houve nada disso. Eu dizia que provavelmente, aprovada a previdência, os agentes econômicos, as pessoas, os investidores ficariam mais tranquilos, mais confiantes, voltariam a consumir e investir. O aumento da atividade econômica gera um aumento de arrecadação, aumento de arrecadação permite descontentamento e os sinais econômicos estão sendo positivos e está se materializando o que a gente havia dito lá atrás - afirmou o ministro.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministro admite que bolsas do CNPq podem ficar sem pagamento em setembro. Déficit orçamentário do órgão é de R\$ 330 milhões. Na última quinta (15), CNPq informou que novas bolsas foram suspensas para que fossem cumpridos compromissos com os pesquisadores que têm bolsa vigente.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, afirmou nesta sexta-feira (16) que há risco de que as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) fiquem sem pagamento em setembro. Ele disse que a liberação de recursos está na "mão da Economia e também da Casa Civil".

O déficit orçamentário do órgão é de R\$ 330 milhões, valor necessário para o pagamento das bolsas até o fim do ano. Nesta quinta-feira (15), o órgão suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa.

Entenda o déficit orçamentário do CNPq

A afirmação sobre o risco do repasse não ocorrer em setembro foi feita em resposta a uma pergunta durante a coletiva de imprensa após a posse de Darcton Policarpo Damião como diretor interino do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos (SP). O órgão aguarda recomposição de R\$ 330 milhões para o pagamento das bolsas até o fim do ano.

De acordo com Marcos Pontes, há uma negociação com os ministérios da Casa Civil e Economia, mas não há data.

“O Paulo Guedes me explicou que há uma previsão de injeção de verbas vindas de bancos, como a Caixa, e que vai priorizar a nossa demanda. A previsão é que até setembro isso aconteça, mas à frente nós aguardamos acontecer para tranquilizar sobre o assunto. Ainda assim, Paulo Guedes me deu sua palavra e eu confio”, disse.

O recurso é necessário para cobrir o déficit previsto pelo CNPq desde o ano passado, quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 foi aprovada, para as bolsas. O conselho informou que já gastou 88% da verba disponível em 2019 para o pagamento de bolsas.

Segundo os dados do Portal do Orçamento levantados pelo G1, R\$ 690.618.881 já havia sido pago até a primeira semana de agosto – o total previsto até dezembro é de R\$ 784.787.619.

Durante discurso no evento, Pontes reafirmou o compromisso do Ministério da Economia, mas disse que estudava medidas caso a verba não fosse liberada. Disse ainda que não há previsão de um orçamento flexível para o próximo ano.

“O orçamento vai continuar apertado e para o ano que vem já estamos nos planejando com base em situações como essa, para que a gente não passe por isso”. Pontes não informou se há previsão orçamentária ou se há risco, por exemplo, de novas reduções no número de bolsas.

Sem novos contratos

Apesar do ministro ter admitido que pode não haver pagamento das bolsas do CNPq em setembro, na última quinta-feira a entidade havia informado somente que suspendeu assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa por causa do déficit do orçamento de 2019. A medida seria para cumprir o compromisso com os pesquisadores que têm bolsa vigente.

O órgão informou que as bolsas já preenchidas e implementadas estão garantidas e que a suspensão é para bolsas destinadas via cotas às instituições que ainda não tinham sido preenchidas pela instituição.

As cotas são vagas de bolsas permanentes em cursos de pós-graduação de universidades brasileiras. Os orientadores dos cursos selecionam estudantes para seus programas de pesquisa e os indicam para receberem as bolsas. Em geral, quando um estudante conclui sua pesquisa e defende sua dissertação de mestrado ou tese de doutorado, o contrato de bolsa que ele tinha é encerrado e, em seguida, um novo estudante do programa pode assinar um novo contrato e passar a receber o valor mensal.

Como as bolsas exigem um vínculo de exclusividade, os estudantes não podem atuar em outros empregos remunerados e, por isso, o valor mensal pago por agências de fomento como o CNPq é a única fonte de renda deles.

Em julho, o CNPq mantinha 84 mil bolsistas, um número que flutua mês a mês, à medida que alguns contratos são encerrados e outros têm início. O CNPq procura manter, em média, 80 mil bolsistas. Porém, esse número deve começar a encolher a partir desta quinta, já que, pela decisão anunciada, nenhum novo contrato será assinado pelo conselho.

[topo](#)

REUTERS BRASIL - TEMPO REAL

Governo não tem mais dinheiro e está tentando sobreviver a este ano, diz Bolsonaro

BRASÍLIA (Reuters) - O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quarta-feira que o governo não tem mais dinheiro e seus ministros estão fazendo “milagres” para tentar sobreviver a este ano.

Bolsonaro foi questionado sobre o corte de 4,5 mil bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por falta de orçamento.

“O Brasil todo está sem dinheiro. Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Os ministros estão apavorados, estamos aqui tentando sobreviver no corrente ano. Não tem dinheiro. Eu sabia disso, estamos fazendo milagre, conversando com a equipe econômica para ver o que a gente pode fazer”, disse o presidente. “Não é maldade da minha parte. Não tem dinheiro, só isso.”

Perguntado sobre o que se pode fazer para recuperar o Orçamento, Bolsonaro afirmou

que o governo está trabalhando com privatizações, está cortando consultorias e “programas absurdos” para tentar economizar.

Reportagem de Lisandra Paraguassu

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

Incerteza nas universidades

Numa proposta cercada de incertezas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) puxa a fila das instituições mineiras que dizem não à minuta do Future-se, o programa do governo federal que promete maior autonomia para universidades e institutos federais para captar recursos (veja quadro).

O Conselho Universitário da UFMG recomendou, na semana passada, a não adesão ao projeto, lançado em 17 de julho, caso ele permaneça com as bases atuais. Fontes ouvidas pelo Estado de Minas e a manifestação preliminar do Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Minas (Foripes) indicam tendência de rejeição das instituições de ensino superior localizadas em território mineiro.

Nos próximos dias, em várias delas, audiências públicas e reuniões de conselhos e comissões criadas para discutir o assunto baterão o martelo sobre o tema. Decisões serão reforçadas por resultado de consulta pública ao projeto no site do Ministério da Educação (MEC), que terminaria ontem mas foi prorrogado até o dia 29.

As discussões ocorrem no momento em que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anuncia o corte de novas bolsas por falta de recursos. O Future-se, apresentado mês passado, tem três eixos: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização.

De acordo com o MEC, o programa será financiado por um fundo de direito privado, que permitirá o aumento da autonomia financeira das instituições federais de ensino. A administração do fundo é de responsabilidade de uma instituição financeira e funcionará sob regime de cotas.

A operacionalização ocorrerá por meio de contratos de gestão, firmados pela União e pela instituição de ensino com organizações sociais — entidades de caráter privado que recebem o status "social" ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos. A adesão é voluntária.

A reitora da UFMG, Sandra Regina Goulart Almeida, presidente do Conselho Universitário, ressalta que a decisão foi tomada a partir de uma discussão preliminar sobre um projeto que é "vago e não detalha como ocorreria essa adesão". E, se no papel a ideia é ampliar a autonomia universitária, permitindo inclusive que as federais busquem financiamento privado, na prática, as instituições consideram que o projeto fere essa autonomia, à medida em que a restringe. "Passa a gestão de questões cruciais da universidade para a organização social (OS) definir", afirma a reitora.

Outro ponto delicado no projeto, na opinião de Sandra, trata da captação de recursos próprios (prática já adotada na UFMG), além de questões relacionadas a registro de patentes e transferência de conhecimento. Tudo isso é feito observando-se as restrições legislativas impostas pelo teto dos gastos públicos, que determina limitação na captação. A promessa do MEC é flexibilizar esses pontos para quem aderir. "Essas mudanças são

necessárias e não podem ficar condicionadas ao Future-se. Têm que valer para todas as universidades. Todas devem se beneficiar."

Para Sandra, há mais dúvidas que definições. Ela classifica ainda o documento como "ambíguo", mas acredita que o momento é de discussão da proposta. "A intenção é dialogar com o governo e mostrar que como ela está seria difícil para um Conselho recomendar (a adesão)", diz. "Faltam esclarecimentos e concretude. Além disso, alguns itens vão contra a autonomia universitária que tanto prezamos."

Na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), o grupo de trabalho criado para fazer uma análise preliminar que servirá para nortear a decisão do Conselho Superior (Consu) também recomendou a não adesão. A expectativa é que o martelo seja batido na próxima reunião do Consu. "O projeto prevê mudanças em 17 leis e várias delas ferem a autonomia da universidade, como a criação da organização social, cujo papel não está definido. Outra questão grave é o ensino e a extensão terem ficado de fora dos eixos da proposta", explica o presidente do grupo de trabalho, professor Paulo César de Resende Andrade.

Apesar da consulta pública, o grupo da UFVJM não acredita numa abertura de diálogo com a sociedade, "mas apenas uma tentativa de dar legitimidade pública a uma proposta de projeto de lei construída de forma monocrática pelo governo federal". Depois do término da consulta, a expectativa é que a proposta fique mais clara. "A minuta foi muito mal escrita. Como está, o MEC não teria nem como mandar para o Congresso. Se estivesse bem definido, poderíamos falar que há pontos negativos e positivos. Mas, deste jeito, não", diz Paulo César Andrade. "A universidade que aderir e sair ou não obedecer às normas sofrerá penalidades. Que penalidade? Que normas? Como aderir a algo no contrato se não sabemos de forma objetiva e criteriosa seus deveres e direitos?", questiona.

Mas, no Vale do Jequitinhonha e Mucuri, onde o novo reitor, Janir Alves Soares, tomou posse na segunda-feira, a questão deverá esquentar ainda mais. Terceiro da lista tríplice, ele foi o escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro. Na posse, o ministro Abraham Weintraub defendeu maior eficiência nas instituições de ensino superior. "Temos que salvar as universidades federais.

E vejo o doutor Janir aqui como um exemplo do que precisamos", disse. Para o novo reitor, o norte de sua gestão será seguir a maior autonomia financeira que o MEC objetiva dar às universidades. "Neste momento, existe uma grande identidade entre a universidade e as políticas de Estado. Queremos que nossa universidade seja um palco da realidade para que abarquemos os eixos do Future-se", afirmou.

A comunidade acadêmica, no entanto, não acredita que a posição do novo dirigente poderá influenciar o posicionamento da universidade, uma vez que a decisão fica a cargo do Conselho Universitário. Apesar de ele ser o presidente, vale a decisão da maioria dos integrantes, que não sofrem alteração com a nova gestão.

BOLSAS

Em meio às discussões, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou ontem que estão suspensas novas bolsas porque não haverá recomposição do orçamento de 2019.0 déficit da agência de fomento à pesquisa

nacional supera R\$ 300 milhões, o que compromete o pagamento dos bolsistas. São mais de 80 mil bolsistas no Brasil e, em nota publicada ontem, o órgão diz que está tentando buscar a melhor solução passível para este cenário.

O CNPq concede bolsas para a formação de pessoas no campo da pesquisa científica e tecnológica, em universidades, institutos de pesquisa, centros tecnológicos e de formação profissional, tanto no Brasil como no exterior. O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, disse que o problema já está sendo solucionado.

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL

Políticos disputam os bilhões do FNDE

Os partidos do Centrão e a chamada "ala ideológica" do Ministério da Educação (MEC) disputam a indicação de nomes para a diretoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão cobiçado pelo orçamento superior a R\$ 50 bilhões e que trata desde a compra de livros escolares ao Financiamento Estudantil (Fies). As siglas esperam conseguir ao menos quatro das seis diretorias do órgão.

Alguns nomes já foram convidados, mas ainda não está definido qual dos partidos do bloco - DEM, PP, PL, PRB e Solidariedade ficaria com cada diretoria. O acordo é metade das vagas para indicados da Câmara e a outra parte do Senado.

A principal disputa é para escolher o novo diretor de Gestão, Articulação de Projetos Educacionais (Digap), área que serve de intermediária para parlamentares destinarem recursos de emendas a Estados e municípios.

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) tem interesse em emplacar neste posto um aliado. No entanto, segundo uma fonte que acompanha as articulações, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, avalia indicar Ana Cristina Bittar Oliveira, hoje em outra diretoria do FNDE.

As indicações do Senado devem passar, além de Ciro, pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Na Câmara, o PRB deve emplacar um indicado e Rodrigo Maia (DEM-RJ) teria o direito de dar o aval a outro. Maia e Alcolumbre negam participar da negociação.

A articulação como governo está sendo feita com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM).

Cargos

A distribuição de cargos, além da liberação de emendas parlamentares, foi urna das estratégias adotadas pelo governo para conseguir levar adiante a reforma da Previdência.

As trocas em diretorias ocorrem em momento de crise no FNDE.

O déficit de funcionários tem atrasado a análise de milhares de processos judiciais sobre o Fies, além da transferência de recursos para construção e reformas de creches.

A falta de funcionários ocorre após o MEC anular, por suspeita de irregularidades,

contrato com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), que vigorava desde 2008.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Educação a distância prevalece na formação de novos professores

Seis de cada 10 ingressantes em cursos de formação inicial de novos professores estudam por meio de educação a distância (EAD). A maioria dos futuros docentes fazem esses cursos em redes privadas de ensino (53%). Entre 2010 e 2017, o crescimento de alunos de magistério com formação não presencial em faculdades particulares cresceu 162%.

Esses dados foram contabilizados pela organização não governamental (ONG) Todos pela Educação no estudo "Estatísticas de Ensino Superior sobre formação inicial de professores no Brasil", a partir dos registros do Censo de Educação Superior, apurados pelo Inep/Ministério da Educação (MEC) em 2017.

Conforme a análise, em oito anos, a quantidade de ingressantes em cursos voltados à docência reverteu entre as modalidades presencial e a distância. Em 2010, 151 mil alunos iniciantes eram de cursos EAD (34% do total). Em 2017, o volume era de 387 mil (61%). Já na modalidade presencial, a queda foi de 292 mil em 2010 ingressantes (66% do total) para 251 mil ingressantes (39%).

No mesmo período, o crescimento do número de alunos de curso de formação de professores em educação a distância é maior do que o verificado nos demais cursos. Em 2010, 13% dos alunos de cursos superiores (excetuados os de formação em magistério) faziam na modalidade a distância. Em 2017, a proporção era menos de um terço (27%), trinta e quatro pontos percentuais abaixo do verificado nos cursos de formação de professores.

Setenta e dois por cento dos concluintes dos cursos de formação de professores são da rede privada e 28% da rede pública de Ensino Superior. A maioria dos formados ainda são da modalidade presencial (57%). Quarenta e três por cento dos concluintes fizeram cursos EAD. De cada 100 alunos formados em magistério de cursos a distância, 93 estudaram em instituições privadas. (ABR)

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

Prazos para ProUni e Fies são prorrogados

Segundo Ministério da Educação motivo foi instabilidade nos portais

Brasília - O Ministério da Educação (MEC) vai prorrogar o prazo para estudantes e instituições se inscreverem no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Uma instabilidade nos portais entre 5 e 7 de agosto provocou a extensão dos prazos.

No caso do ProUni, os estudantes não matriculados nas instituições de educação superior (IES) terão até 19 de agosto para concorrer a uma das bolsas remanescentes. O prazo anterior terminava nesta sexta-feira. Para os matriculados, a data final continua a ser 30 de setembro.

No Fies, o prazo para as Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) das IES validar as informações prestadas por estudantes pré-selecionados na lista de espera que venceria de 5 a 9 passou para 16 de agosto.

Segundo o secretário executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, na semana passada, o MEC acionou a Polícia Federal para investigar indícios de sabotagem aos portais e opção por prorrogar os prazos visam a não prejudicar os estudantes.

O Sistema Presença, utilizado para pagamento do benefício do Bolsa Família, também passou por instabilidade, mas o MEC não identificou necessidade de prorrogar o prazo para envio de informações, que continua a ser 23 de agosto.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Política de alfabetização adotará método fônico

Cartilha. Ministério da Educação anuncia diretriz considerada ultrapassada por especialistas da área

BRASÍLIA

O Ministério da Educação divulgou ontem um caderno com orientações sobre a nova política de alfabetização lançada pelo governo Jair Bolsonaro (PSL). O material explicativo é a primeira ação após a publicação de um decreto que instituiu o projeto, há mais de quatro meses, mas detalha como ocorrerá a implementação nas redes de ensino.

O encontro ocorreu sem a participação das lideranças da Undime, órgão que representa as secretarias municipais de educação, uma vez que, desde o dia 13, acontece na Bahia o Fórum Nacional da Undime. As secretarias municipais de educação concentram as matrículas da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, foco das ações de alfabetização.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que a Política Nacional de Alfabetização representa "um ponto de inflexão na educação brasileira" por incentivar uma abordagem científica do tema. "Qual resultado de todos esses anos de pensamento dogmático na educação? Vamos insistir mais quanto tempo? Vinte anos, 30 anos?", disse Weintraub na abertura. Ele e o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, não deram entrevista.

A política de alfabetização do governo Bolsonaro mantém um foco no chamado método fônico. Especialistas e secretários de educação defendem que o MEC não deveria impor uma única pedagogia e condicionar sua adoção à assistência federal. Ainda há discussões sobre a necessidade de conciliar diferentes metodologias de ensino e respeitar a autonomia das redes.

O texto inicial do decreto chegou a ser alterado antes da publicação, com anuência de secretários de Educação, e deixava claro a abordagem de diferentes metodologias. A versão final, entretanto, manteve o plano inicial de focar na abordagem fônica.

Em resumo, o método fônico concentra atenção na relação entre letras e sons para depois chegar à leitura. Ainda antes de chegar ao MEC, Nadalim (que é aluno do escritor Olavo de Carvalho e por ele foi indicado ao ministério) atacava o que seria a tendência nacional de apostar no método global — que alfabetiza com foco na leitura de textos.

topo ↕

DIÁRIO DE SANTA MARIA – RS - TEMPO REAL

Faculdades poderão oferecer mestrado e doutorado a distância a partir de 2020

Estudantes deverão cumprir algumas atividades presenciais, como avaliações e estágios obrigatório

Instituições de todo Brasil poderão ofertar mestrado e doutorado a distância a partir do primeiro semestre do ano que vem. A autorização foi registrada pela Portaria nº 90, de abril de 2019, aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) e editada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Para disponibilizar programas de pós-graduação stricto sensu EAD as faculdades precisam seguir requisitos específicos. As informações são da Agência Educa Mais Brasil.

Dentre as exigências estão ter o Índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro) e estar credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos a distância. Em 2019, instituições interessadas em oferecer mestrado EAD já submeteram suas propostas. Também poderão futuramente solicitar a oferta de doutorado os programas que, após a primeira avaliação do mestrado, obtiverem ao menos 4 no IGC.

De acordo com a regulamentação, mesmo na modalidade EAD, os estudantes deverão cumprir obrigatoriamente de modo presencial algumas atividades como: estágios obrigatórios, seminários integrativos, práticas profissionais e avaliações presenciais, em conformidade com o projeto pedagógico e previstos nos respectivos regulamentos; pesquisas de campo; e atividades relacionadas a laboratórios. As atividades presenciais poderão ser realizadas na sede das instituições, em ambiente profissional ou em polos de educação a distância.

Alunos têm práticas esportivas e lições de cidadania na Base Aérea

A jornalista e servidora pública, Rita de Cássia Martins, que pretende ingressar no mestrado, quando soube da possibilidade de cursar a distância ficou bastante interessada. Ela conta que seu objetivo com as formações lato sensu e stricto sensu são para crescer na carreira pública com uma possível promoção.

- Eu achei muito bom ter mais esta opção porque flexibiliza a participação de pessoas que têm o interesse em fazer um mestrado, mas não tem tempo disponível nos horários das aulas presenciais, que geralmente acontecem no meio da semana e em horário comercial - opina Rita, que também é pós-graduanda em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais na Estácio Fib.

Protestos marcam o dia em defesa da educação em Santa Maria

Os títulos de mestres e de doutores obtidos nos programas a distância avaliados positivamente pela **CAPES**, reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES, e homologados pelo Ministro da Educação terão validade nacional.

* com informações da Agência Educa Mais Brasil.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Professores de matemática podem se inscrever em mestrado profissional gratuito
Pós-graduação semipresencial é destinada a profissionais da rede pública de ensino; USP sedia polos em São Carlos e São Paulo

O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) está com inscrições abertas até dia 16 de setembro. Ele é direcionado a professores de matemática do ensino básico, especialmente profissionais de escolas públicas, um programa de pós-graduação semipresencial e gratuito. O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, é um dos polos do programa e oferece 15 vagas para a turma de 2020, com aulas às sextas-feiras, nos períodos da manhã e da tarde. Já a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, em São Paulo, oferece 20 vagas.

A taxa de inscrição é de R\$ 76 e deve ser paga, exclusivamente, por meio de boleto bancário, emitido no momento do preenchimento do formulário de inscrição disponível no site do programa.

O processo seletivo é realizado via Exame Nacional de Acesso (ENA), que ocorrerá sábado, dia 19 de outubro, das 14 às 17 horas. A prova será composta de 30 questões de múltipla escolha, com o objetivo de avaliar os conhecimentos algébricos, numéricos, geométricos, de estatística e probabilidade dos candidatos. Para mais informações sobre o processo seletivo e os documentos necessários, acesse as informações disponibilizadas no site do ICMC.

Sobre o PROFMAT

Coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática, o PROFMAT é reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) com nota 5, que é a nota máxima para programas de mestrado. Realizado por uma rede de instituições de ensino superior, o programa oferece 1,8 mil vagas em todo o País.

Na USP, o PROFMAT é de responsabilidade do ICMC e está sob coordenação da professora Ires Dias, disponibilizando atividades em três polos: São Carlos, no próprio ICMC; São Paulo, na EACH, e Ribeirão Preto, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLRP).

Marília Calábria/Assessoria de Comunicação do ICMC

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Pós-graduação no Brasil: setor produtivo é o foco

Aproximar as universidades do setor produtivo. Este foi um dos temas tratados por **Anderson Correia** na Aula Magna “Perspectivas futuras para a pós-graduação brasileira”, ministrada na Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP), nesta quarta-feira, 14. Na ocasião, o presidente da **CAPES** falou também sobre a situação atual da pós-graduação no Brasil e sobre os cursos de educação a distância.

Discutida na última reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE), estreitar laços com a indústria é uma das ações previstas no sistema de avaliação para 2021. Além da aproximação, a avaliação também levará em conta aspectos como internacionalização, impacto social e relevância das pesquisas.

Anderson explicou que para concretizar esta meta são necessárias ações da **CAPES** em parceria com instituições de ensino. "Precisamos simplificar os processos e priorizar áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional", afirmou. Os resultados irão melhorar o desenvolvimento da indústria, a formação técnica dos profissionais

brasileiros e a competitividade do País.

Este posicionamento é apoiado por Benedito Guimarães, reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que frisou a importância do assunto: “É uma iniciativa fundamental. Saber que estamos no caminho certo é muito bom”.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 15.08.2019

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas

Medida afeta vagas não ocupadas nas universidades; órgão é a principal agência de fomento à ciência do governo federal

SÃO PAULO - O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, informou nesta quinta-feira, 15, a suspensão da indicação de bolsistas. Com a medida, bolsas que estão neste momento ociosas em universidades e instituições de pesquisa deixarão de ser ocupadas.

A medida afeta bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que são concedidas a estudantes de graduação e pós por meio de instituições de ensino superior e de pesquisa. No total, haverá a suspensão de cerca de 4,5 mil dessas bolsas (de um total de mais de 50 mil oferecidas nessa modalidade).

CNPq

Bolsas ociosas podem ser aquelas que, por exemplo, aguardam processos seletivos dentro das universidades para serem ocupadas. Segundo o CNPq, a medida foi tomada porque o órgão recebeu indicação de que "não haverá recomposição do orçamento de 2019". O CNPq é a principal agência de fomento à ciência do governo federal.

O CNPq informou que bolsas concedidas diretamente pela agência aos pesquisadores, como aquelas de pós-doutorado e de produtividade em pesquisa, não serão afetadas por esta suspensão. Bolsas já destinadas, ocupadas pelos pesquisadores nas instituições, também não serão suspensas.

"Reforçamos o compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do País, e continuamos nosso esforço de buscar a melhor solução possível para este cenário", informou o órgão.

O CNPq teme que as restrições orçamentárias afetem a concessão de todas as bolsas oferecidas a pesquisadores brasileiros a partir de setembro. No total, são 80 mil. Em entrevista ao Jornal da USP, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, disse que a folha de pagamento de agosto zera completamente o orçamento da agência.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

Pesquisadores têm reagido à falta de verbas para a Ciência brasileira. Nesta quinta, a

geneticista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Mayana Zatz lamentou os cortes. "O futuro do País depende de ciência e tecnologia", escreveu, no Twitter.

Ministro tenta convencer Paulo Guedes a pegar leve

Conforme informou a Coluna do Estadão, a equipe econômica já avisou aos ministros que a Lei Orçamentária do próximo ano, que deve ser encaminhada ao Congresso até o dia 31, virá apertada. Com o corte no orçamento deste ano, só há recursos para pagar as bolsas em andamento no CNPq até setembro. "Gasto com MCTI é retorno de investimento", disse o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, na tentativa de convencer Paulo Guedes a pegar leve.

Cientistas fazem abaixo-assinado contra cortes

Nesta terça-feira, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), junto com outras 65 entidades científicas e acadêmicas, lançou uma petição online em defesa do CNPq. O abaixo-assinado alerta para a situação crítica em que se encontra a agência.

Segundo o texto, o governo "precisa urgentemente recompor o orçamento do CNPq" aprovado para 2019, com um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano.

Até as 20 horas desta quinta-feira, a petição já havia sido assinada por 94 mil pessoas.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Contrato com organizações sociais caberá a reitor, diz secretário do MEC Araldo Barbosa de Lima, da Educação Superior, afirma que autonomia será mantida

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Araldo Barbosa de Lima, promete às universidades flexibilidade no formato de contratação de organizações sociais e extensão de atividades com o Future-se.

O projeto para o ensino superior federal, lançado pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) em julho, prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas federais e parcerias com organizações sociais.

Reitores, entidades educacionais e estudantis, porém, temem que as parcerias representem privatização nas ações e decisões tomadas por elas. O projeto foi alvo de manifestações nesta semana.

Lima rechaça o risco. Diz também que "não faltará dinheiro" para as contas, apesar do bloqueio de R\$ 2,2 bilhões em verba para as universidades.

Em que estágio está o Future-se?

A consulta pública passou de 30 mil inscritos e não exclui recebermos quem quiser participar. Serão três ações que potencializam a autonomia financeira, objetivo do programa: o funding, aberto ao mundo acadêmico como um todo, seja empresa júnior, fundação, organização social; os fundos de autonomia financeira [que gerenciarão recursos próprios das universidades], em que, em vez de eu fazer uma doação, imprimo uma guia de recolhimento e vai direto para conta da universidade...

Cada universidade terá sua conta?

Cada uma terá o seu, e autonomia para gerir. Queremos transparência. A receita própria sempre foi um pleito dos reitores, deveria ter apoio.

E há a terceira [iniciativa], de longo prazo: o fundo soberano do conhecimento. É um fundo multimercado, negociado em bolsa, que permite captação de investidores nacionais e internacionais. Entendo que em 10 anos, na combinação entre os fundos, as universidades não estejam mais tão dependentes do orçamento.

Dois homens de terno sentados diante de uma pesa com parede clara ao fundo
O ministro da Educação, Abraham Weintraub, lança o programa Future-se ao lado de Arnaldo Barbosa de Lima Junior, secretário de Educação Superior, em Brasília - Mateus Bonomi-17.jul.19/Agif

Há 63 universidades federais. Instituições pequenas e campi no interior conseguirão parcerias?

O orçamento público pode pensar na equidade. A gente está permitindo acesso aos fundos constitucionais, que estão no Norte, Centro-Oeste e em regiões mais carentes. O Sudeste não vai poder usar o fundo constitucional do Nordeste. O fundo soberano do conhecimento tem previsão de ações supletivas. Posso incentivar, dar instrumentos àquela universidade que tem mais dificuldade.

Há ainda desconhecimento da capacidade das universidades menores de constituir sua autonomia. O Future-se pode reduzir desigualdades regionais. Ele foca a geração de sociedade de propósito específico, startup, patentes. A própria universidade vai gerar empregos futuros.

Várias universidades têm centros de incubadoras de negócios, inovação. O que traz de novo o Future-se?

Ele estabelece uma visão sistêmica. Potencializa ações individuais, trazendo incentivos financeiros, mercado crédito e investidores internacionais. A partir do momento em que abre a economia para a universidade se aproximar do setor privado, e uma empresa júnior pode acessar microcrédito orientado, ele amplifica o nosso potencial. Acho que essa tem de ser a função do MEC: promover as boas ações fazendo portfólio de investimento para empacotar e poder vender melhor.

Por que o foco na atuação de organizações sociais? O que elas fariam melhor do que as reitorias?

O objetivo é fortalecer a autonomia financeira e administrativa. A gente quer focar resultado, a forma como as universidades vão contratualizar será flexível. Os próprios reitores vão escolher.

As organizações sociais têm mais flexibilidade, não estão sujeitas às amarras do orçamento, contingenciamento, teto do gasto, contratação via regime jurídico único, lei de licitações. Não quer dizer que não nos preocupemos com governança, código de autorregulação, integridade, auditoria externa. No caso da internacionalização, é mais fácil trazer um Prêmio Nobel via organização social. Por isso ela pode entrar nos três

eixos.

A transparência dessas organizações é reduzida. Já houve irregularidades em fundações de apoio, e no próprio MEC há contrato de gestão em que não se sabe quem está contratado. Como impedir que o projeto facilite benefícios individuais?

A qualificação de organizações sociais é feita em lei própria, o ministério é supervisor e pode desqualificar uma organização, além de estabelecer regras a partir dos contratos. A gente simplifica muito o debate, tem fundações de apoio e organizações sociais maravilhosas. Se a sociedade entender que há transparência e o resultado esperado, vai dar mais subsídios.

O ministro Abraham Weintraub tem criticado as federais. Em que medida o Future-se conversa com a realidade das universidades? Há muitas federais novas, com percentual pequeno de alunos de pesquisa, muito mais ensino...

O ministro acredita tanto na educação brasileira que é professor universitário. O que ele fala é em separar o joio do trigo. Acho que a crítica é construtiva. Não podemos nos satisfazer por estarmos entre as 600 [melhores] universidades do mundo.

Por que os reitores não participaram da discussão do programa? É só eles quererem, está em consulta pública.

Eles se preocupam com as organizações sociais.

Cada reitor tem uma visão. Agora é a oportunidade de construir conjuntamente com o MEC. A gente poderia mandar o projeto direto ao Congresso, mas fizemos a consulta.

Algum ponto do projeto pode mudar?

Vamos deixar mais claro que fundações de apoio podem e devem participar. E a flexibilidade, [vamos dizer] que a relação com as organizações sociais vai ser de própria escolha das universidades.

Os reitores estão preocupados com setembro. Com o orçamento bloqueado.

A gente trabalha para ter alinhamento das ações de curto prazo mas com direcionamento de longo prazo. Não vai faltar recurso para continuidade do serviço público nas universidades.

Há previsão de liberação?

A conta de dezembro se paga em dezembro. E a de setembro será paga.

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Problema de orçamento do CNPq está “sendo resolvido”, diz ministro Marcos Pontes recorreu à Casa Civil para resolver a falta de verba

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema da falta de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) está “sendo resolvido”. O titular da

pasta informou que conversou com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e que ele teria dado resposta positiva.

“Temos uma questão de orçamento que está sendo resolvida. O ministro Onyx Lorenzoni já deu a sua palavra de que isso vai ser resolvido em setembro, em valores para completar esse orçamento”, afirmou, em cerimônia hoje (15) na sede do ministério para lançar a Câmara Agro 4.0.

O CNPq é uma das principais instituições de financiamento da pesquisa no país, que custeia dezenas de milhares de bolsas para estudantes, pesquisadores e professores. Em entrevistas, o presidente do órgão, João Luiz Filgueira de Azevedo, afirmou que há um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento da instituição.

Segundo Azevedo, o órgão não teria como pagar as bolsas a partir de setembro. O que implicaria no corte dos benefícios para mais de 80 mil pessoas em todo o país, de alunos em programas de iniciação científica a docentes com projetos de pesquisa.

Segundo Pontes, o risco da suspensão do pagamento das bolsas ainda existe. Mas o titular do MCTIC afirmou confiar na promessa do ministro da Casa Civil de acréscimo dos recursos. “Tem que ser um crédito novo. O risco existe até termos o número. Mas foi promessa do ministro e eu acredito na palavra dele”, declarou.

A Agência Brasil entrou em contato com a assessoria da Casa Civil e aguarda retorno.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

CNPq suspende 4.500 bolsas por falta de orçamento

Cortes aconteceram em vagas que não estavam preenchidas; bolsistas de graduação, que recebem R\$ 400, foram os mais atingidos

RIO — O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou nesta quinta-feira (15) que suspendeu 4.500 bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação "devido ao cenário orçamentário", ou seja, aos cortes que seu orçamento para este ano sofreu.

"O CNPq informa a suspensão de indicações de bolsistas, uma vez que recebemos indicações de que não haverá a recomposição integral do orçamento de 2019. Dessa forma, estamos tomando as medidas necessárias para minimizar as consequências dessa restrição", escreveu o conselho, em nota publicada em suas redes sociais.

As bolsas suspensas não estavam sendo ocupadas atualmente. Segundo o CNPq, elas pertencem às modalidades de bolsas por quota, que são concedidas não apenas a pesquisadores diretamente, mas a instituições de ensino, públicas ou privadas, que fazem sua própria seleção de bolsistas.

Atualmente, há 27 mil bolsas por cota ativas para iniciação científica (graduação), 8.650 para mestrado e 8.600 para doutorado. Elas pagam, respectivamente, R\$ 400, R\$ 1.500 e R\$ 2.200.

No corte anunciado hoje pelo CNPq, as mais atingidas foram as de iniciação científica — cerca de 2.000 foram cortadas.

Procurado, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações —ao qual o CNPq é ligado— afirmou estar negociando com a Casa Civil a liberação de um crédito suplementar para evitar a suspensão do pagamento de bolsistas.

O CNPq, em sua nota oficial citou seu "compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do país" e afirmou que continuará buscando "a melhor solução possível para este cenário".

Desde 2016, o orçamento do CNPq só vem caindo. Passou de R\$ 1 bilhão para bolsas, naquele ano, para R\$ 784 milhões em 2019.

Em abril, o presidente do conselho, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou que o orçamento só dava para pagar bolsas até setembro.

Por conta disso, suspendeu há duas semanas um edital para novas bolsas, para não aumentar a folha de pagamento que já não estará coberta por recursos atualmente previstos.

A solução para o CNPq reabrir esse edital e conseguir pagar todas as bolsas é, segundo a assessoria do conselho, a abertura de um crédito suplementar.

Para isso, o Governo Federal deveria aprovar um projeto de lei na Câmara Federal para poder destinar mais recursos do que a Lei de Orçamento Anual (Loa) prevê.

topo ↕

DIRETO DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Corte de bolsas é ‘passo para a destruição do CNPq’, diz diretor da UFRJ

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgou ontem (15/ago) uma nota pelo Twitter informando a suspensão das indicações de novas bolsas de pesquisa. A postagem acrescentou que o órgão recebeu “indicações” de que seus recursos contingenciados no orçamento deste ano não serão desbloqueados.

“Este novo corte de bolsas não pode ser considerado de forma diferente do que de fato é: mais um passo para a destruição do CNPq e eliminação de seu fundamental papel para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional”, afirmou o biólogo e bioquímico Bruno Lourenço Diaz, diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em mensagem para seus colegas.

Nesta semana, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, em entrevista ao Jornal da USP, já havia afirmado que mais de 80 mil pesquisadores em todo o Brasil ficarão sem bolsa a partir do mês de setembro, se a agência federal – ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) – não sanar de imediato um déficit de R\$ 330 milhões no seu orçamento.

“Vamos pagar as bolsas de agosto normalmente; mas de setembro em diante não tem como pagar mais nada. A folha de agosto, essencialmente, zera o nosso orçamento”, afirmou o dirigente do órgão ao jornalista Herton Escobar (“Sem dinheiro, CNPq deve suspender pagamento de bolsas”, Jornal da USP).

Ontem, em resposta à Folha, a assessoria do MCTIC afirmou que o ministério está em tratativas com a Casa Civil para tentar liberar crédito extra para o CNPq, mas que ainda

não está definido de quanto seria essa liberação (Gabriel Alves, “Após corte no orçamento, CNPq deverá encolher em 2019”, Folha de S.Paulo).

Carta aberta e abaixo-assinado

Em julho, em carta aberta, sete ex-presidentes do CNPq declararam que o déficit orçamentário que “coloca em risco décadas de investimentos em recursos humanos e infraestrutura para pesquisa e inovação no Brasil”. No documento, José Galizia Tundisi, Esper Abrão Cavalheiro, Erney Felício Plessmann Camargo, Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Glaucius Oliva, Hernan Chaimovich Guralnik e Mario Neto Borges, entre outras afirmações, acrescentaram:

Neste cenário, toda uma geração de pessoal altamente qualificado na pós-graduação brasileira será afetada, e como consequência, já se observa expressiva evasão de estudantes, baixa procura pela pós-graduação stricto sensu, esvaziamento dos laboratórios de pesquisa e perda de nossos melhores talentos jovens para o exterior.

Lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), dezenas de sociedades acadêmicas e científicas lançaram um abaixo-assinado em defesa do CNPq e pela recuperação dos recursos bloqueados. Até a publicação desta reportagem, já havia cerca de 135 mil adesões ao manifesto, que ressaltou:

Consideramos inaceitável a extinção do CNPq, como sinaliza este estrangulamento orçamentário e uma política para a CT&I sem compromisso com o desenvolvimento científico e econômico do País e com a soberania nacional.

Confira a mensagem do diretor da UFRJ

Caros Membros do Corpo Social do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e demais colegas os quais esta mensagem alcance,

Infelizmente as expectativas mais pessimistas sobre o CNPq estão se confirmando. Ontem todas as bolsas que se encontravam vagas foram recolhidas do sistema para implementar a suspensão de indicação de novos bolsistas. Agravando ainda mais a situação, esta manobra não garante o pagamento das bolsas vigentes até o final do ano pois ainda depende de recomposição do orçamento do CNPq.

Os cortes de bolsas da CAPES foram racionalizados como uma busca de aumento de eficiência de dispêndios ao afetar aqueles cursos com nota mais baixa, apesar disto também representar grave ameaça para os novos cursos e a interiorização da Ciência no Brasil.

Este novo corte de bolsas não pode ser considerado de forma diferente do que de fato é: mais um passo para a destruição do CNPq e eliminação de seu fundamental papel para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional. A justificativa de ajustes à situação econômica do país não encontra eco em uma realidade de liberação de bilhões para a aprovação de projetos do governo e de interesses econômicos velados.

Temos todos a obrigação de nos mobilizarmos para defender o CNPq, a Ciência Brasileira e sua estrutura de apoio e fomento, e o legado de nosso fundador.

Cordialmente,

Bruno L. Diaz
Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

Procurados pela reportagem nesta manhã (9h46) por meio de suas assessorias de imprensa, o CNPq e o MCTIC não se manifestaram até a publicação deste texto. Na imagem acima, sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foto: Marcelo Gondim e Carlos Cruz/CNPq/Divulgação.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

CGU aponta uso irregular de quase R\$ 51 milhões do Fundeb em todo o país Os repasses federais de um fundo bilionário da educação tem sido usado de forma supostamente irregular por diversos municípios brasileiros.

Levantamento feito pela GloboNews, em parceria com a TV Globo, aponta que, somente entre 2018 e 2019, foram identificadas possíveis irregularidades na utilização de R\$ 50,8 milhões oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

É o que mostram 27 auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) analisadas pela reportagem e que dizem respeito a cidades do Norte e Nordeste do país. Estados mais pobres recebem complementação federal para atingir o gasto mínimo por aluno.

As investigações da CGU verificaram a utilização de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, feitos para permitir que prefeituras atingissem o valor mínimo anual de investimento por aluno da educação básica, determinado por lei: R\$ 3.238,52 em 2019.

O que é o Fundeb?

O fundo foi lançado em 2006 com o objetivo de aumentar investimentos na educação básica, mas vai expirar em 2020.

Nessas 27 investigações, o CGU apontou uma série de irregularidades quanto ao uso dessa verba.

Em uma de suas auditorias, por exemplo, o órgão de controle apontou que uma prefeitura do interior do Maranhão utilizou R\$ 2.521.082,56 para pagar uma “empresa fictícia, cujos serviços não foram executados. Evidenciou-se ainda que a licitação que deu origem à contratação dessa empresa fora fraudada”.

O que diz o MEC?

Procurado, o Ministério da Educação afirmou que "a fiscalização e o controle quanto à aplicação dos recursos do Fundeb no âmbito dos estados e dos municípios competem aos tribunais de contas locais e ao Ministério Público dos estados", e que, "ao MEC, por meio do FNDE, compete o monitoramento quanto à aplicação" dos recursos.

Esse monitoramento acontece por meio de um sistema online, o Siope, que, de acordo com o MEC, tem base "declaratória".

Por isso, "a fiscalização e o controle só são exercidos diretamente para fins de

realização de auditoria, inspeção e eventual punição, pelos tribunais de contas locais e pelo Ministério Público". O FNDE, então, faz "o imediato encaminhamento para o Ministério Público e para o tribunal de contas competente" sempre que "toma conhecimento de alguma denúncia de irregularidade"

Leia a íntegra da nota do MEC:

“A fiscalização e o controle quanto à aplicação dos recursos do Fundeb no âmbito dos estados e dos municípios competem aos tribunais de contas locais e ao Ministério Público dos estados, resguardada a competência do Ministério Público Federal, para os estados que recebem o aporte federal de recursos. Ao MEC, por meio do FNDE, compete o monitoramento quanto à aplicação, que é feito por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), que capta as informações. Porém, o Siope é um sistema de monitoramento cuja a base é declaratória. Significa que a fiscalização e o controle só são exercidos diretamente para fins de realização de auditoria, inspeção e eventual punição, pelos tribunais de contas locais e pelo Ministério Público. Por essa razão, quando o FNDE toma conhecimento de alguma denúncia de irregularidade é feito o imediato encaminhamento para o Ministério Público e para o tribunal de contas competente. No exercício de suas atribuições, a fim de resguardar ao máximo a correta aplicação dos recursos do fundo, o FNDE desenvolve políticas de conscientização em relação à correta aplicação dos recursos, traz publicidade a todos os dados de recebimento e aplicação, de matrículas e coeficientes utilizados e de todas as demais informações necessárias, para que se tenha ampla publicidade em relação à política pública.”

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC prorroga prazo do Future-se para receber sugestões na consulta pública. Comentários poderão ser enviados até 29 de agosto. Programa pretende flexibilizar o financiamento do ensino superior alterando leis para que as instituições possam captar mais recursos, além dos repassados pelo governo.

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou até 29 de agosto o prazo para receber contribuições na plataforma de consulta pública do programa Future-se, que pretende flexibilizar o financiamento do ensino superior alterando leis para que as instituições possam captar mais recursos, além dos repassados pelo governo.

Até quarta-feira, o programa havia recebido 16.703 comentários em ao menos um dos pontos da proposta, de acordo com o MEC. Quase 50 mil pessoas se cadastraram na plataforma.

A prorrogação foi feita a pedido do Sebrae, que será parceira do programa, e de reitores das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, de Lavras, e do Oeste do Pará.

Para participar, é preciso se cadastrar com e-mail e CPF na plataforma de consulta. O MEC esclarece que a o processo envolve duas etapas: 1) o participante pode escolher três opções a cada capítulo: "totalmente claro", "claro com ressalvas" e "não está claro", e incluir comentários por escrito no fim de cada capítulo; 2) o participante pode ainda utilizar um campo de texto para fazer comentários gerais sobre o tema e ainda contribuir com propostas.

Consulta pública do Future-se: envie suas propostas

O que é o Future-se?

O programa foi lançado em meados de julho. A proposta inicial prevê que as instituições poderão fazer parcerias público-privadas (PPPs), ceder prédios, criar fundos com doações e até vender nomes de campi e edifícios, como em estádios, entre outros pontos. A adesão é voluntária, mas as universidades que aderirem ao programa terão que cumpri-lo integralmente – e serão cobradas se não implementarem pontos específicos.

Entenda o que já se sabe sobre o Future-se e o que ainda falta esclarecer

O MEC afirma que o programa pode atrair cerca de R\$ 100 bilhões às universidades. Segundo o ministério, os recursos virão da União, de fundos constitucionais, de leis de incentivos fiscais e depósitos à vista, de recursos da cultura e de fundos patrimoniais.

A UFRJ já anunciou que não vai aderir ao programa porque, na visão da instituição, ele comprometeria a integridade administrativa, pedagógica, científica e patrimonial da universidade. O conselho que reúne as fundações de apoio às instituições de ensino superior e pesquisa propôs que o Future-se priorize contratos com estas entidades que já atendem as universidades, em vez de organizações sociais, como está previsto no projeto.

O lançamento ocorre em meio ao contingenciamento de verbas das universidades, anunciado no fim de abril pelo governo. De acordo com a associação que representa os reitores das universidades federais, a Andifes, a medida atinge de 15% a 54% dos recursos que podem ser cortados das universidades federais.

Com o programa, as universidades poderão:

Celebrar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e da União. As reitorias poderão fazer PPPs, comodato ou cessão dos prédios e lotes;
Criar fundos patrimoniais (endowment), com doações de empresas ou ex-alunos, para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo;

Ceder os “naming rights” de campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras;

Criar ações de cultura que possam se inscrever em editais da Lei Rouanet ou outros de fomento.

Soluções do mercado financeiro

O Future-se, no modelo apresentado, se baseia em uma série de dispositivos do mercado financeiro. Segundo o MEC, essa “carteira de ações” inclui:

Fundo de patrimônio imobiliário

O MEC diz ter recebido R\$ 50 bilhões em lotes, imóveis e edifícios da União. Esse patrimônio será convertido em um fundo, e os lotes, cedidos à iniciativa privada. A rentabilidade das construções volta para o fundo, que ficaria disponível para o financiamento. Como exemplo, o MEC citou um lote de 65 mil metros quadrados próximo à Ponte JK, um dos cartões-postais de Brasília.

Microcrédito para startups

O MEC quer incluir no financiamento universitário uma linha de “microcrédito produtivo orientado”. Segundo Lima, hoje, 2% dos depósitos à vista ficam no Banco Central, e já há linhas de crédito para microempreendedores e pessoas em vulnerabilidade. A ideia é estender o modelo para start-ups.

Fundo soberano do conhecimento

Segundo o MEC, todo esse dinheiro será gerido em um “fundo soberano do conhecimento”. O capital privado, além do investimento direto em cada instituição, poderia entrar nesse fundo, de onde seria redistribuído às universidades. Royalties, patentes, parques tecnológicos também aportariam dinheiro nesse fundo.

O que diz a lei?

O artigo 207 da Constituição Federal prevê que as universidades gozam de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. Isso significa que nem o MEC nem o setor privado podem, em tese, interferir nos planos de ensino, pesquisa e extensão determinados pelas reitorias.

Já o artigo 213 define que as atividades de pesquisa, extensão e inovação nas universidades “poderão” receber apoio financeiro do poder público. Neste caso, o texto indica que o financiamento direto dessas atividades não é obrigatório.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas

São Paulo

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, informou nesta quinta-feira, 15, a suspensão da indicação de bolsistas. Com a medida, bolsas que estão neste momento ociosas em universidades e instituições de pesquisa deixarão de ser ocupadas.

A medida afeta bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que são concedidas a estudantes de graduação e pós por meio de instituições de ensino superior e de pesquisa. No total, haverá a suspensão de cerca de 4,5 mil dessas bolsas (de um total de mais de 50 mil oferecidas nessa modalidade).

Bolsas ociosas podem ser aquelas que, por exemplo, aguardam processos seletivos dentro das universidades para serem ocupadas. Segundo o CNPq, a medida foi tomada porque o órgão recebeu indicação de que “não haverá recomposição do orçamento de 2019”. O CNPq é a principal agência de fomento à ciência do governo federal.

O CNPq informou que bolsas concedidas diretamente pela agência aos pesquisadores, como aquelas de pós-doutorado e de produtividade em pesquisa, não serão afetadas por esta suspensão. Bolsas já destinadas, ocupadas pelos pesquisadores nas instituições, também não serão suspensas.

“Reforçamos o compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do País, e continuamos nosso esforço de buscar a melhor solução possível para este cenário”, informou o órgão.

O CNPq teme que as restrições orçamentárias afetem a concessão de todas as bolsas oferecidas a pesquisadores brasileiros a partir de setembro. No total, são 80 mil. Em entrevista ao Jornal da USP, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, disse que a folha de pagamento de agosto zera completamente o orçamento da agência.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de

pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

Ministro tenta convencer Paulo Guedes a pegar leve

Conforme informou a Coluna do Estadão, a equipe econômica já avisou aos ministros que a Lei Orçamentária do próximo ano, que deve ser encaminhada ao Congresso até o dia 31, virá apertada. Com o corte no orçamento deste ano, só há recursos para pagar as bolsas em andamento no CNPq até setembro. "Gasto com MCTI é retorno de investimento", disse o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, na tentativa de convencer Paulo Guedes a pegar leve.

Cientistas fazem abaixo-assinado contra cortes

Nesta terça-feira, 13, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), junto com outras 65 entidades científicas e acadêmicas, lançou uma petição online em defesa do CNPq. O abaixo-assinado alerta para a situação crítica em que se encontra a agência.

Segundo o texto, o governo "precisa urgentemente recompor o orçamento do CNPq" aprovado para 2019, com um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano.

Até as 20 horas desta quinta-feira, a petição já havia sido assinada por 94 mil pessoas.

topo 

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas

Medida afeta bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado de estudantes de graduação e pós por meio de instituições de ensino superior e de pesquisa

Brasília — O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, informou nesta quinta-feira (15) a suspensão da indicação de bolsistas. Com a medida, bolsas que estão neste momento ociosas em universidades e instituições de pesquisa deixarão de ser ocupadas.

A medida afeta bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que são concedidas a estudantes de graduação e pós por meio de instituições de ensino superior e de pesquisa.

No total, haverá a suspensão de cerca de 4,5 mil dessas bolsas (de um total de mais de 50 mil oferecidas nessa modalidade).

Bolsas ociosas podem ser aquelas que, por exemplo, aguardam processos seletivos dentro das universidades para serem ocupadas.

Segundo o CNPq, a medida foi tomada porque o órgão recebeu indicação de que "não haverá recomposição do orçamento de 2019". O CNPq é a principal agência de fomento à ciência do governo federal.

O CNPq informou que bolsas concedidas diretamente pela agência aos pesquisadores, como aquelas de pós-doutorado e de produtividade em pesquisa, não serão afetadas por esta suspensão. Bolsas já destinadas, ocupadas pelos pesquisadores nas instituições, também não serão suspensas.

“Reforçamos o compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do País, e continuamos nosso esforço de buscar a melhor solução possível para este cenário”, informou o órgão.

O CNPq teme que as restrições orçamentárias afetem a concessão de todas as bolsas oferecidas a pesquisadores brasileiros a partir de setembro. No total, são 80 mil.

Em entrevista ao Jornal da USP, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, disse que a folha de pagamento de agosto zera completamente o orçamento da agência.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas

São Paulo

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, informou nesta quinta-feira, 15, a suspensão da indicação de bolsistas. Com a medida, bolsas que estão neste momento ociosas em universidades e instituições de pesquisa deixarão de ser ocupadas.

A medida afeta bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que são concedidas a estudantes de graduação e pós por meio de instituições de ensino superior e de pesquisa. No total, haverá a suspensão de cerca de 4,5 mil dessas bolsas (de um total de mais de 50 mil oferecidas nessa modalidade).

Bolsas ociosas podem ser aquelas que, por exemplo, aguardam processos seletivos dentro das universidades para serem ocupadas. Segundo o CNPq, a medida foi tomada porque o órgão recebeu indicação de que "não haverá recomposição do orçamento de 2019". O CNPq é a principal agência de fomento à ciência do governo federal.

O CNPq informou que bolsas concedidas diretamente pela agência aos pesquisadores, como aquelas de pós-doutorado e de produtividade em pesquisa, não serão afetadas por esta suspensão. Bolsas já destinadas, ocupadas pelos pesquisadores nas instituições, também não serão suspensas.

"Reforçamos o compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do País, e continuamos nosso esforço de buscar a melhor solução possível para este cenário", informou o órgão.

O CNPq teme que as restrições orçamentárias afetem a concessão de todas as bolsas oferecidas a pesquisadores brasileiros a partir de setembro. No total, são 80 mil. Em entrevista ao Jornal da USP, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, disse que a folha de pagamento de agosto zera completamente o orçamento da agência.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

Ministro tenta convencer Paulo Guedes a pegar leve
Conforme informou a Coluna do Estadão, a equipe econômica já avisou aos ministros que a Lei Orçamentária do próximo ano, que deve ser encaminhada ao Congresso até o dia 31, virá apertada. Com o corte no orçamento deste ano, só há recursos para pagar as bolsas em andamento no CNPq até setembro. "Gasto com MCTI é retorno de investimento", disse o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, na tentativa de convencer Paulo Guedes a pegar leve.

Cientistas fazem abaixo-assinado contra cortes
Nesta terça-feira, 13, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), junto com outras 65 entidades científicas e acadêmicas, lançou uma petição online em defesa do CNPq. O abaixo-assinado alerta para a situação crítica em que se encontra a agência.

Segundo o texto, o governo "precisa urgentemente recompor o orçamento do CNPq" aprovado para 2019, com um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano.

Até as 20 horas desta quinta-feira, a petição já havia sido assinada por 94 mil pessoas.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Problema de orçamento do CNPq está “sendo resolvido”, diz ministro

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema da falta de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) está “sendo resolvido”. O titular da pasta informou que conversou com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e que ele teria dado resposta positiva.

O ministros da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, durante cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica, para instalação da Câmara do Agro 4.0

O ministros da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, durante cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica, para instalação da Câmara do Agro 4.0 – Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

“Temos uma questão de orçamento que está sendo resolvida. O ministro Onyx Lorenzoni já deu a sua palavra de que isso vai ser resolvido em setembro, em valores para completar esse orçamento”, afirmou, em cerimônia hoje (15) na sede do ministério para lançar a Câmara Agro 4.0.

O CNPq é uma das principais instituições de financiamento da pesquisa no país, que custeia dezenas de milhares de bolsas para estudantes, pesquisadores e professores. Em entrevistas, o presidente do órgão, João Luiz Filgueira de Azevedo, afirmou que há um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento da instituição.

Segundo Azevedo, o órgão não teria como pagar as bolsas a partir de setembro. O que implicaria no corte dos benefícios para mais de 80 mil pessoas em todo o país, de alunos em programas de iniciação científica a docentes com projetos de pesquisa.

Segundo Pontes, o risco da suspensão do pagamento das bolsas ainda existe. Mas o titular do MCTIC afirmou confiar na promessa do ministro da Casa Civil de acréscimo dos recursos. “Tem que ser um crédito novo. O risco existe até termos o número. Mas foi promessa do ministro e eu acredito na palavra dele”, declarou.

A Agência Brasil entrou em contato com a assessoria da Casa Civil e aguarda retorno.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas de estudo ociosas

Segundo a entidade, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, medida foi tomada após indicação de que "não haverá recomposição do orçamento de 2019".

A medida afeta bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que são concedidas a estudantes de graduação e pós por meio de instituições de ensino superior e de pesquisa (Thinkstock/VEJA/VEJA)

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, informou nesta quinta-feira, 15, a suspensão da indicação de bolsistas. Com a medida, bolsas que estão neste momento ociosas em universidades e instituições de pesquisa deixarão de ser ocupadas.

A medida afeta bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que são concedidas a estudantes de graduação e pós por meio de instituições de ensino superior e de pesquisa. No total, haverá a suspensão de cerca de 4,5 mil dessas bolsas (de um total de mais de 50 mil oferecidas nessa modalidade).

Bolsas ociosas podem ser aquelas que, por exemplo, aguardam processos seletivos dentro das universidades para serem ocupadas. Segundo o CNPq, a medida foi tomada porque o órgão recebeu indicação de que “não haverá recomposição do orçamento de 2019”. O CNPq é a principal agência de fomento à ciência do governo federal.

O CNPq informou que bolsas concedidas diretamente pela agência aos pesquisadores, como aquelas de pós-doutorado e de produtividade em pesquisa, não serão afetadas por esta suspensão. Bolsas já destinadas, ocupadas pelos pesquisadores nas instituições, também não serão suspensas.

“Reforçamos o compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do país, e continuamos nosso esforço de buscar a melhor solução possível para este cenário”, informou o órgão.

O CNPq teme que as restrições orçamentárias afetem a concessão de todas as bolsas oferecidas a pesquisadores brasileiros a partir de setembro. No total, são 80 mil. Em entrevista ao Jornal da USP, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, disse que a folha de pagamento de agosto zera completamente o orçamento da agência.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

Ministro tenta convencer Paulo Guedes a ‘pegar leve’

A equipe econômica avisou aos ministros que a Lei Orçamentária do próximo ano, que deve ser encaminhada ao Congresso até o dia 31, virá apertada. Com o corte no orçamento deste ano, só há recursos para pagar as bolsas em andamento no CNPq até setembro. “Gasto com MCTI é retorno de investimento”, disse o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, na tentativa de convencer Paulo Guedes a “pegar leve”.

Nesta terça-feira, 13, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), junto com outras 65 entidades científicas e acadêmicas, lançou uma petição online em defesa do CNPq. O abaixo-assinado alerta para a situação crítica em que se encontra a agência.

Segundo o texto, o governo “precisa urgentemente recompor o orçamento do CNPq” aprovado para 2019, com um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano. Até as 20h desta quinta-feira, a petição já havia sido assinada por 94 mil pessoas.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Fundo bilionário do MEC terá corregedoria em setembro

Papel será o de orientar os servidores do FNDE e gestores públicos envolvidos com os programas educacionais na aplicação dos recursos

O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia ligada ao MEC (Ministério da Educação), vai inaugurar sua corregedoria em setembro. A informação foi dada pelo presidente da instituição, Carlos Alberto Decotelli da Silva, à Agência Brasil.

A corregedoria é uma instância interna de órgãos públicos que analisa suspeitas ou denúncias de irregularidades e malfeitos por gestores públicos. “O FNDE não tinha uma corregedoria. Com o apoio da Controladoria-Geral da União nós estamos fazendo uma ação de iniciar a nossa corregedoria já no mês de setembro”, afirmou. Apesar da prerrogativa de análise de problemas e aplicações de sanções, o presidente do FNDE destacou que o primeiro papel da instância será educativo, buscando orientar os servidores do órgão e gestores públicos envolvidos com os programas educacionais conduzidos pelo órgão e com a aplicação dos recursos públicos destes.

“Antes de tudo a corregedoria é uma orientação didático-pedagógica. É para dar aos profissionais a segurança de como melhor trabalhar mediante os marcos regulatórios vigentes. A corregedoria tem aspecto também correcional, quando já temos necessidade de fazer alertas, aplicar exortações e eventuais penalidades para que haja adequação, prestação de contas e utilização de recursos públicos”, disse.

Denúncias de irregularidades nos serviços públicos ou gestão dos recursos relacionados ao Fundo devem ser encaminhadas à ouvidoria do FNDE, que pode ser acessada por meio de uma página específica no site da instituição. Se houver indícios claros, as suspeitas serão repassadas à corregedoria, que fará a análise de eventuais sanções.

“Primeiro ponto é diálogo com a ouvidoria, que é o primeiro ponto de contato, esclarecimentos e validação das percepções. Nem toda percepção não técnica pode ser validada como encaminhamento processual. A partir da avaliação da consistência

analisada pela ouvidoria, esta faz o encaminhamento para a corregedoria, que dará os enquadramentos pertinentes”, explicou o presidente.

A iniciativa faz parte do programa de integridade do FNDE. Este programa foi uma determinação a todos os órgãos públicos, envolvendo diversos tipos de ação, como: criação de comissão de ética, indicação de unidade de gestão de integridade e definição de procedimentos para verificar situações de nepotismo, conflito de interesses e tratamento de denúncias.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Inep apresenta novo Catálogo de Escolas e novidades do Saeb em fórum da Undime

Nesta quarta-feira, 14 de agosto, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, e o diretor de Estatísticas Educacionais, Carlos Eduardo Moreno Sampaio, anunciaram um novo produto educacional a partir da base de dados do Censo Escolar: o Catálogo de Escolas. A plataforma foi apresentada durante o 17º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, realizado na Bahia e promovido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), sob a temática "Qualidade da Educação: financiamento, gestão e aprendizagem".

O Catálogo de Escolas é dirigido a pesquisadores, gestores de redes de ensino, estabelecimentos escolares públicos e privados, organizações da sociedade civil da área de educação e imprensa. Em formato digital, a plataforma apresenta informações como a localização e a oferta educacional de escolas brasileiras de educação básica. “Com o Catálogo de Escolas, o Inep oferece mais um serviço à população, aos dirigentes educacionais e aos pesquisadores”, destacou Alexandre Lopes. “Na plataforma, será possível consultar as escolas de interesse por meio de filtros, como estado, município e porte do estabelecimento.” Alimentado pela base de dados do Censo Escolar, o novo produto do Inep será atualizado anualmente.

Saeb – As novidades da edição de 2019 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), como o questionário eletrônico, também foram apresentadas no evento. Além do modelo tradicional em papel, os formulários com perguntas serão preenchidos no meio digital, o que agiliza o processo. Neste ano, também haverá avaliação da educação infantil amostral, provas de ciências da natureza e de humanas, além da avaliação da alfabetização no 2º ano do ensino fundamental, e não mais no 3º. As médias de desempenho do Saeb, juntamente com os dados sobre aprovação, obtidos no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Fórum – O Fórum da Undime acontece até sexta-feira, 16 de agosto, em Mata de São João, na Costa do Sauípe (BA), e conta com mais de 1,5 mil participantes, entre dirigentes, técnicos de secretarias e educadores. Um dos destaques é o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como mecanismo de financiamento para a garantia da qualidade da educação. A vigência do atual Fundeb se encerra em 2020, por isso, o 17º Fórum Nacional será um momento determinante na formação de gestores e educadores, pois tradicionalmente é um espaço democrático de debate sobre os cenários postos para a educação.

Nos quatro dias de programação, os participantes também vão debater temas relativos ao futuro da educação básica, tais como ações intersetoriais na promoção da qualidade da educação, o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos municípios, além de políticas e programas para garantir o direito à educação.

Organização – Organizada em conferências, mesas-redondas, minicursos e oficinas, a 17ª edição do Fórum Nacional ainda proporcionará visitas dos participantes às salas de atendimento governamental – **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Secretaria de Alfabetização (Sealf) e Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) – ambas do Ministério da Educação (MEC).

Saiba mais sobre o Saeb

Assessoria de Comunicação Social - INEP (15.08.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Meio termo : Refletir para avançar

Durante quatro anos os Programas de Pós-graduação (PPGs) procuram melhorar a qualidade dos cursos oferecidos e aumentar suas notas na Avaliação Quadrienal. Neste processo, a autoavaliação e o compartilhamento de experiências entre os PPGs podem ajudar nesta evolução.

Durante o seminário de Meio Termo, os coordenadores dos PPGs têm a oportunidade de analisar o andamento dos programas desde a última Avaliação. A troca de experiências e a análise de indicadores ajuda nesta dinâmica desde os programas de excelência até os que ainda se encontram em fase de implementação e consolidação.

Vindo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que fica na fronteira Brasil-Paraguai, em Foz do Iguaçu (PR), Antônio Guizzo coordena o PPG de Literatura Comparada. O curso, recém-criado na Quadrienal de 2017, tem nota 3. Agora, o esforço é para aumentar a nota do programa para 4 e passar a oferecer doutorado. “A região oeste do Paraná carece de um doutorado nessa área. A nota 4 será fundamental para que possamos enviar nossa proposta e conseguir que a instituição também cresça a pós-graduação.”

Coordenador de um curso de excelência – nota 6, Ivã Carlos Lopes, do PPG de Semiótica e Linguística Geral, busca entender os próximos passos da Avaliação, como a mudança do formato para multidimensional. “Li a respeito disso nos documentos que nos foram passados, mas é algo que eu quero conhecer melhor. Nós temos o hábito das avaliações tais como elas foram feitas até o momento”.

Sérgio Avellar, coordenador-geral de Normatização e Estudos da Diretoria de Avaliação, afirma que o seminário ajuda a aprimorar o sistema de avaliação. “É um momento de debate, de discussão, que cada área faz com seus coordenadores, seus grupos, para tentar aprimorar toda a questão instrumental da Avaliação”.

Seminário de Meio Termo

O Seminário de Meio Termo é uma avaliação intermediária e fornece um diagnóstico da qualidade de cada área, que discute perspectivas para os próximos anos. O Seminário é uma etapa preparatória para a próxima Avaliação Quadrienal, que ocorre em 2021. Entre agosto e outubro, mais de 4,5 mil coordenadores de cursos são esperados na CAPES.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 15.08.2019

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

O crescente mercado de ensino a distância para profissionais da área da saúde

Em 1904, deu-se início a história da educação a distância no Brasil quando, no Jornal do Brasil, foi encontrado um anúncio nos classificados oferecendo curso de datilografia por correspondência. No entanto, o marco legal da educação a distância no País é o Decreto nº 5.622/05, posteriormente substituído pelo de nº 9.057/17.

De acordo com o Censo da Educação Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as matrículas em EAD cresceram 17,6% de 2016 para 2017. Os estudantes de educação a distância chegaram a quase 1,8 milhão em 2017 - o equivalente a 21,2% do total de matrículas em todo o ensino superior.

Especificamente para os profissionais da saúde, os cursos a distância podem incrementar a curva de aprendizado adicionando aos estudos a adrenalina da imersão. Segundo Luiz Guilherme Calderon, CEO do Instituto Terzius, o curso EAD é capaz de levar o conhecimento a regiões remotas que talvez nunca disponibilizariam de recursos para atualização médica. "A capacidade de introduzir o conhecimento teórico e prático utilizando uma plataforma virtual, antes de expor o profissional ao ambiente real, é algo imensurável quando comparado aos riscos que esses pacientes e profissionais são expostos."

Mais capacitação

O Instituto Terzius oferece três cursos de ensino a distância: Leitura e Interpretação do Eletrocardiograma, Acesso à Via Aérea na Emergência e Emergências Pediátricas em Realidade Virtual.

"O EAD vai ao encontro do público da Terzius. No geral, os profissionais da saúde levam uma vida corrida, com muitos plantões, e a facilidade de poder estudar no momento mais conveniente é um diferencial", avalia Luiz Guilherme.

Os cursos de ensino a distância da Terzius adotam recursos tecnológicos que permitem aos alunos acelerarem o aprendizado. O curso em Realidade Virtual, especificamente, proporciona a experiência de estar em diferentes cenários, expondo o profissional ao ambiente real, ao mesmo tempo em que concentra toda a atenção do aluno em um modelo de aprendizado único.

"O acesso ao conhecimento teórico em plataformas de aprendizado eficientes - incluindo a Realidade Virtual - antes da prática médica, seja em ambiente de treinamento ou real, acelera o conhecimento e facilita a evolução dos profissionais", conclui Luiz Guilherme Calderon.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Problema de orçamento do CNPq está "sendo resolvido", diz ministro

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema da falta de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) está "sendo resolvido". O titular da pasta informou que conversou com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e que ele teria dado resposta positiva.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, durante cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica, para instalação da Câmara do Agro 4.0 - Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

"Temos uma questão de orçamento que está sendo resolvida. O ministro Onyx Lorenzoni já deu a sua palavra de que isso vai ser resolvido em setembro, em valores para completar esse orçamento", afirmou, em cerimônia hoje (15) na sede do ministério para lançar a Câmara Agro 4.0.

O CNPq é uma das principais instituições de financiamento da pesquisa no país, que custeia dezenas de milhares de bolsas para estudantes, pesquisadores e professores. Em entrevistas, o presidente do órgão, João Luiz Filgueira de Azevedo, afirmou que há um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento da instituição.

Segundo Azevedo, o órgão não teria como pagar as bolsas a partir de setembro. O que implicaria no corte dos benefícios para mais de 80 mil pessoas em todo o país, de alunos em programas de iniciação científica a docentes com projetos de pesquisa.

Segundo Pontes, o risco da suspensão do pagamento das bolsas ainda existe. Mas o titular do MCTIC afirmou confiar na promessa do ministro da Casa Civil de acréscimo dos recursos. "Tem que ser um crédito novo. O risco existe até termos o número. Mas foi promessa do ministro e eu acredito na palavra dele", declarou.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

CNPq suspende oferta de 4,5 mil bolsas ociosas

São Paulo

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, informou nesta quinta-feira, 15, a suspensão da indicação de bolsistas. Com a medida, bolsas que estão neste momento ociosas em universidades e instituições de pesquisa deixarão de ser ocupadas.

A medida afeta bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que são concedidas a estudantes de graduação e pós por meio de instituições de ensino superior e de pesquisa. No total, haverá a suspensão de cerca de 4,5 mil dessas bolsas (de um total de mais de 50 mil oferecidas nessa modalidade).

Bolsas ociosas podem ser aquelas que, por exemplo, aguardam processos seletivos dentro das universidades para serem ocupadas. Segundo o CNPq, a medida foi tomada porque o órgão recebeu indicação de que "não haverá recomposição do orçamento de 2019". O CNPq é a principal agência de fomento à ciência do governo federal.

O CNPq informou que bolsas concedidas diretamente pela agência aos pesquisadores, como aquelas de pós-doutorado e de produtividade em pesquisa, não serão afetadas por esta suspensão. Bolsas já destinadas, ocupadas pelos pesquisadores nas instituições, também não serão suspensas.

"Reforçamos o compromisso com a pesquisa científica, tecnológica e de inovação para o desenvolvimento do País, e continuamos nosso esforço de buscar a melhor solução possível para este cenário", informou o órgão.

O CNPq teme que as restrições orçamentárias afetem a concessão de todas as bolsas oferecidas a pesquisadores brasileiros a partir de setembro. No total, são 80 mil. Em entrevista ao Jornal da USP, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, disse que a folha de pagamento de agosto zera completamente o orçamento da agência.

No fim de julho, o órgão anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa enquanto o governo federal não liberar crédito suplementar. O edital interrompido foi lançado em junho do ano passado e previa duas chamadas de pesquisadores selecionados, uma no início e outra no meio deste ano. No total, estava prevista a liberação de R\$ 60 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes.

Ministro tenta convencer Paulo Guedes a pegar leve

Conforme informou a Coluna do Estadão, a equipe econômica já avisou aos ministros que a Lei Orçamentária do próximo ano, que deve ser encaminhada ao Congresso até o dia 31, virá apertada. Com o corte no orçamento deste ano, só há recursos para pagar as bolsas em andamento no CNPq até setembro. "Gasto com MCTI é retorno de investimento", disse o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, na tentativa de convencer Paulo Guedes a pegar leve.

Cientistas fazem abaixo-assinado contra cortes

Nesta terça-feira, 13, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), junto com outras 65 entidades científicas e acadêmicas, lançou uma petição online em defesa do CNPq. O abaixo-assinado alerta para a situação crítica em que se encontra a agência.

Segundo o texto, o governo "precisa urgentemente recompor o orçamento do CNPq" aprovado para 2019, com um aporte suplementar de recursos da ordem de R\$ 330 milhões para que a agência possa cumprir seus compromissos deste ano.

Até as 20 horas desta quinta-feira, a petição já havia sido assinada por 94 mil pessoas.